

Maciel da Paixão Borges (Org.)

# Horizontes da EDUCAÇÃO



## Visões e Perspectivas

vol  
6  
2024

  
Editora  
**DUCERE**

Maciel da Paixão Borges (Org.)

# Horizontes da EDUCAÇÃO



## Visões e Perspectivas

60  
2024

Editora  
**DUCERE**

## **2024 – Editora Ducere**

[www.ducere.com.br](http://www.ducere.com.br)

editoraducere@gmail.com

### **Organizador**

Maciel da Paixão Borges

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Imagens, Arte e Capa:** Freepik/Ducere

**Revisão:** Respectivos autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Me. Ronei Aparecido Barbosa, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Dr. Fabrício dos Santos Ritá, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Dr. Claudiomir Silva Santos, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Borges, Maciel da Paixão
B732h Horizontes da Educação: Visões e Perspectivas - Volume 5 / Maciel da Paixão Borges (organizador). – Formiga (MG): Editora Ducere, 2024. 135 p. : il.
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-83222-03-9
DOI: 10.5281/zenodo.13619906
1. Educação. 2. Ensino e Aprendizagem. 3. Pesquisa e tópicos relacionados. I. Borges, Maciel da Paixão. II. Título.
CDD: 370.7
CDU: 37

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ducere  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.ducere.com.br](http://www.ducere.com.br)  
[editoraducere@gmail.com](mailto:editoraducere@gmail.com)

Formiga - MG  
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.ducere.com.br/2024/08/horizontes-da-educacao-6.html>



## AUTORES

ALEXANDRA DA SILVA  
ANA PAULA DE SOUSA COSTA  
ANDRESSA DA COSTA TITO  
BRUNA GOMES GIMENES  
EDNA REGINA DA SILVA ARTIOLI  
ELAINE TUNES PARREIRA  
ELIANA ESTER CRISTANTE MENDES  
ÉRICA NASCIMENTO LOPES  
FABIANA GIROLOMETTO FERREIRA  
FABIANA PONTES ELIAS  
FÁBIO JOSÉ BRITO DOS SANTOS  
FERNANDA BRITO DOS SANTOS  
FRANTIELI CORREA PEREIRA  
GESSIONI DOS SANTOS OLIVEIRA  
GRACIELLY KEITH DE SOUZA GIL  
JEANN APARECIDA FERREIRA DA COSTA  
JOSÉ AFRÂNIO FORTUNATO CELESTINO  
JOSIANI APARECIDA DE MELLO FRANÇA  
JULIANETE NUNES DA SILVA  
LUANA SILVA MARCACINE  
MARIA RITA SCARPASSI  
MARILZA MAILA  
NADIA GEANE BERNARDO NEVES  
NELI HOFFMANN  
OTÁVIO JUNIOR LARANJEIRA  
PATRÍCIA LANA OLIVEIRA RIGONATO  
RAYSSA AMANDHA DA SILVA RIBEIRO ROCHA  
ROSEMAR RODRIGUES DIAS CAMACHO  
SIMONE ALEXANDRE DA SILVA  
SIRLEY APARECIDA TRISTÃO  
TATIANE DE SOUZA GIL  
TATIANE FARIA ALVES  
THAIS MIRIAN FERREIRA  
VANESSA CRISTINA ANDRÉ FELICIO  
VANESSA GENÁRIO DE AQUINO SOARES  
VONILDA GERMANI OLIVEIRA  
WÉRICA MARTINS DO NASCIMENTO

## **APRESENTAÇÃO**

Apresentamos ao distinto leitor o volume "Horizontes da Educação: Visões e Perspectivas". Esta obra se constitui em uma compilação de reflexões profundas e análises criteriosas sobre o presente e o futuro da educação, elaboradas por alguns dos mais ilustres pensadores e praticantes da área.

No atual cenário global, em que as transformações sociais, tecnológicas e econômicas se desenrolam em ritmo vertiginoso, a educação emerge como um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades justas, equitativas e sustentáveis. O processo educativo, mais do que uma simples transmissão de conhecimentos, configura-se como um instrumento poderoso para a emancipação do indivíduo e o fortalecimento das comunidades.

Os capítulos que compõem esta obra trazem à luz diferentes perspectivas sobre os desafios e as oportunidades que se apresentam à educação contemporânea. Desde a importância da inovação pedagógica e tecnológica até a necessidade de políticas públicas inclusivas e eficazes, passando pela valorização do papel dos educadores e a busca incessante pela equidade e justiça social no acesso ao conhecimento, cada contribuição aqui presente oferece ao leitor uma visão ampliada e multifacetada do universo educacional.

Destaca-se a importância de se compreender a educação como um processo contínuo e dinâmico, que deve estar sempre alinhado às necessidades e aspirações da sociedade. A educação deve ser capaz de formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, sem perder de vista os valores éticos e humanos que fundamentam a convivência harmoniosa e o respeito à diversidade.

Em tempos onde a informação circula de maneira vertiginosa e as fronteiras do conhecimento se expandem a cada dia, este livro oferece um oásis de reflexão e profundidade, convidando-nos a um mergulho intelectual que, certamente, enriquecerá nossas práticas e ampliará nossos horizontes. Que esta leitura seja, portanto, uma fonte de inspiração e um convite à reflexão profunda sobre o papel essencial da educação na construção de um futuro mais justo e luminoso para todos.

## SUMÁRIO

### Capítulo 1

#### OS JOGOS E BRINCADEIRAS COMO AÇÕES PEDAGÓGICAS

*Edna Regina da Silva Artioli; Luana Silva Marcacine; Julianete Nunes da Silva; 09  
Tatiane Farias Alves; Jeann Aparecida Ferreira da Costa*

---

### Capítulo 2

#### JOGOS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

*Rayssa Amandha da Silva Ribeiro Rocha; José Afrânio Fortunato Celestino;  
Vonilda Germani Oliveira; Gessiani dos Santos Oliveira; Patrícia Lana Oliveira  
Rigonato; Otávio Junior laranjeira; Thais Mirian Ferreira; Alexandra da Silva;  
Rosemar Rodrigues Dias Camacho; Simone Alexandre da Silva* 19

---

### Capítulo 3

#### OS JOGOS COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA

*Ana Paula de Sousa Costa; Vanessa Genário de Aquino Soares; Wérica Martins do Nascimento; Eliana Ester Cristante Mendes; Nadia Geane Bernardo Neves; Bruna Gomes Gimenes* 30

---

### Capítulo 4

#### O PROFESSOR PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO NO COMBATE AO FRACASSO ESCOLAR

*Tatiane Farias Alves; Jeann Aparecida Ferreira da Costa; Andressa da Costa Tito;  
Fabiana Pontes Elias; Vanessa Cristina André Felicio* 39

---

### Capítulo 5

#### METODOLOGIAS E MECANISMOS: SUAS INFLUÊNCIAS E ABORDAGENS NA LEITURA E ESCRITA

*Fábio José Brito dos Santos; Fernanda Brito dos Santos* 49

---

### Capítulo 6

#### O USO DA MÚSICA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA DE ENSINO

*Maria Rita Scarpassi; Luana Silva Marcacine; Neli Hoffmann; Franttieli Correa Pereira; Marilza Maila; Edna Regina da Silva Artioli* 67

---

### Capítulo 7

#### O USO DAS TICS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UM OLHAR PARA NOVOS MULTILETRAMENTOS

*Maria Rita Scarpassi; Luana Silva Marcacine; Neli Hoffmann; Franttieli Correa Pereira; Marilza Maila; Edna Regina da Silva Artioli* 77

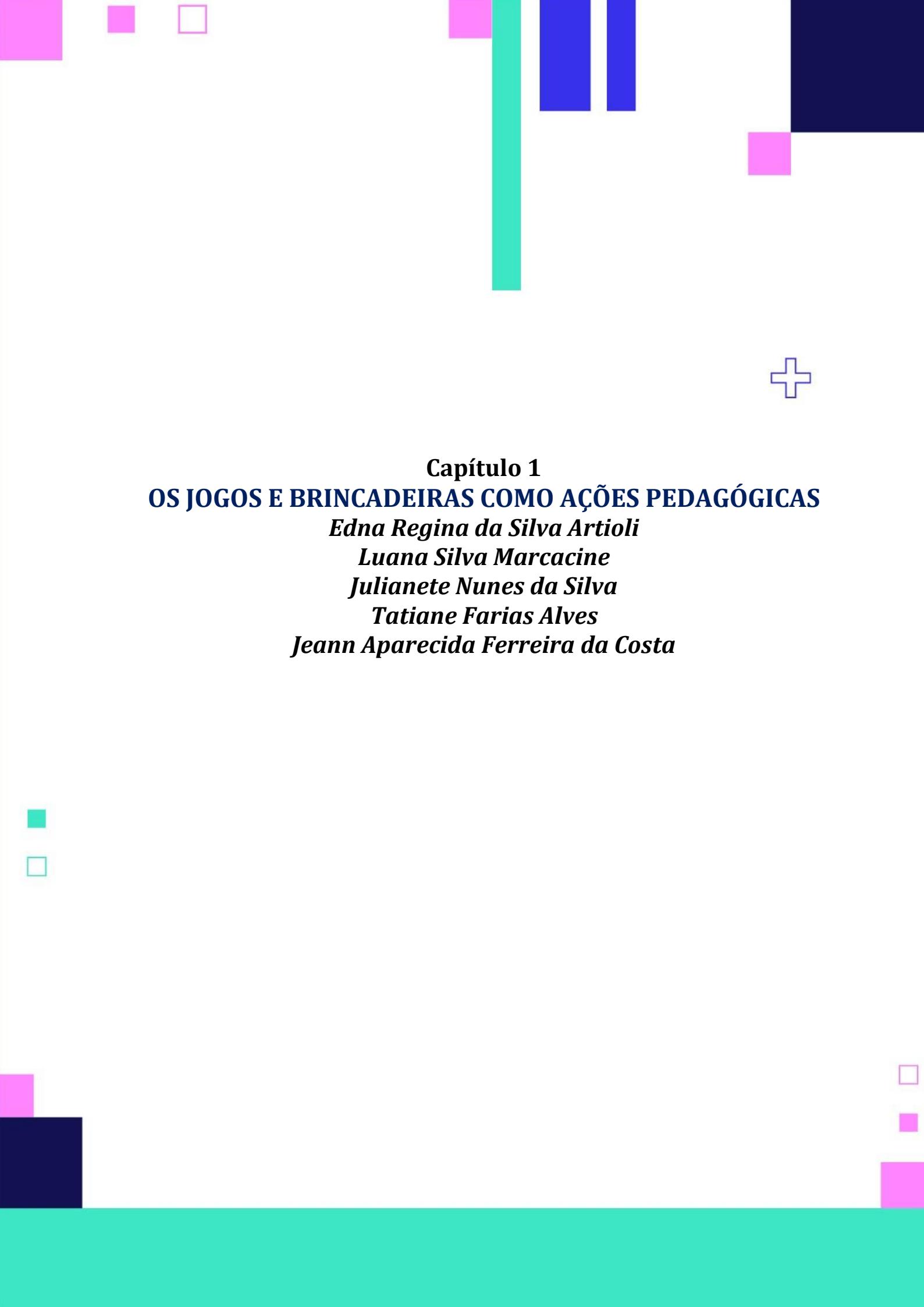
---

### Capítulo 8

#### EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - UM NOVO PARADIGMA

*Tatiane de Souza Gil; Gracielly Keith de Souza Gil; Elaine Tunes Parreira; Érica Nascimento Lopes; Josiani Aparecida de Mello França; Sirley Aparecida Tristão* 89

<b>Capítulo 9</b>	
<b>O USO DE AÇÕES LÚDICAS COMO FERRAMENTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	
<i>Ana Paula de Sousa Costa; Vanessa Genário de Aquino Soares; Wérica Martins do Nascimento; Eliana Ester Cristante Mendes; Nadia Geane Bernardo Neves; Bruna Gomes Gimenes</i>	<b>104</b>
<hr/>	
<b>Capítulo 10</b>	
<b>JOGOS LÚDICOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA</b>	
<i>Fabiana Girolometto Ferreira</i>	<b>114</b>
<hr/>	
<b>AUTORES</b>	<b>129</b>
<hr/>	
<b>ORGANIZADOR</b>	<b>134</b>



# **Capítulo 1**

## **OS JOGOS E BRINCADEIRAS COMO AÇÕES PEDAGÓGICAS**

*Edna Regina da Silva Artioli*  
*Luana Silva Marcacine*  
*Julianete Nunes da Silva*  
*Tatiane Farias Alves*  
*Jeann Aparecida Ferreira da Costa*

# **OS JOGOS E BRINCADEIRAS COMO AÇÕES PEDAGÓGICAS**

***Edna Regina da Silva Artioli***

*Graduada em Pedagogia*

***Luana Silva Marcacine***

*Graduada em Pedagogia*

***Julianete Nunes da Silva***

*Graduada em Pedagogia*

***Tatiane Farias Alves***

*Graduada em Pedagogia*

***Jeann Aparecida Ferreira da Costa***

*Graduada em Pedagogia*

## **RESUMO**

Objetivamos com esse trabalho, apresentar ações e práticas pedagógicas que promovam no aluno um melhor desenvolvimento nas aptidões cognitivas, fortalecendo a aprendizagem e propiciando diversão de forma lúdica e vivenciada, de modo que estimule o raciocínio lógico, pela criatividade, auxiliando assim as crianças no processo de construção do conhecimento. As atividades recreativas de hoje, como jogos e brincadeiras, servem ao propósito de ensino e aprendizagem. Em contraste, essas atividades eram vistas anteriormente apenas como formas de recreação, sem qualquer valor pedagógico e agora são reconhecidos como ferramentas valiosas que auxiliam no crescimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças. Consequentemente, eles têm importância significativa para o desenvolvimento geral do aluno, bem como para a aquisição de várias habilidades e conhecimentos. Esta pesquisa conduz uma revisão bibliográfica da literatura científica relevante para enfatizar o papel que os jogos e as brincadeiras desempenham como recursos pedagógicos dentro do ambiente escolar. Para isso, consideraremos alguns princípios teóricos que permeiam

nossa pesquisa, pautados em autores como BACHA (2002), BROUGÈRE (2003), MACEDO (1992), KISHIMOTO (2011), entre outros estudiosos que nos auxiliarão na elucidação da pesquisa.

**Palavras-chave:** Lúdico. Práticas Pedagógicas. Desenvolvimento.

### **ABSTRACT**

Our objective with this work is to present pedagogical actions and practices that promote better development in students' cognitive skills, strengthening learning and providing fun in a playful and experienced way, in a way that stimulates logical reasoning, through creativity, thus helping children in the process of knowledge construction. Today's recreational activities, such as games and games, serve the purpose of teaching and learning. On the other hand, these activities were previously seen only as forms of activity, without any pedagogical value and are now recognized as valuable tools that assist in the physical, cognitive, emotional and social growth of children. Consequently, they have significant importance for the student's overall development, as well as for the acquisition of various skills and knowledge. This research conducts a bibliographical review of relevant scientific literature to emphasize the role that games and games play as pedagogical resources within the school environment. To do this, we will consider some theoretical principles that permeate our research, based on authors such as BACHA (2002), BROUGÈRE (2003), MACEDO (1992), KISHIMOTO (2011), among other scholars who will help us in elucidating the research.

**Keywords:** Playful. Pedagogical Practices. Development.

## **INTRODUÇÃO**

Dentro do contexto educacional, muito vem se destacando as ações pedagógicas em que utilizamos Jogos e as Brincadeiras, sobretudo nos Anos Iniciais. Esse trabalho pedagógico, tem como objetivo argumentar por meios dos textos e artigos sobre a prática educativa por meio da ludicidade, onde os jogos e as brincadeiras fazem parte de uma aprendizagem significativa nas ações pedagógicas adotadas pelos professores, que podem ser implementadas no planejamento do professor. Os profissionais da educação das séries iniciais das escolas públicas de ensino, podem utilizar elementos lúdicos para o contexto do planejamento escolar, como sendo uma proposta de ensino e aprendizagem, aproximando o aluno com o cotidiano obtendo maior experiência mediante a convivência.

Ao analisarmos no contexto escolar, onde o cotidiano dos professores é natural que as crianças adotem os brinquedos a partir dos primeiros anos de vida, onde no cotidiano a criança está mais interessada em conhecer, podendo utilizar a curiosidade como uma

técnica para o saber. Para os educadores, além de estudos na área, é possível entender que a utilização dos jogos e brincadeiras como uma aprendizagem significativa na vida das crianças, aplicada de forma satisfatória pode promover o desenvolvimento psicológico e cognitivo, onde as atividades físicas também são implementadas gerando a sócio afetividade, também a compreensão de diversas situações geradas durante esta convivência entre os colegas. Da metodologia da pesquisa foi por meio da revisão bibliográfica onde forma analisados textos e artigos da internet referentes ao tema proposto nesse trabalho.

### **Os Jogos e Brincadeiras como fatores importantes no desenvolvimento da criança**

Com reconhecimento da fase da infância na criança e suas particularidades, o jogo começa a ser introduzido na sala de aula. No entanto, durante o século XVI, esse lúdico ainda é muito ligado ao que está sendo descoberto da criança, ou seja, o que se acredita que o jogo representa no processo ensino-aprendizado ainda não é concreto.

Porém, é no século XVIII que essa relação entre o lúdico e o aprendizado da criança fica mais forte (BROUGERE, 2003). No entanto as escolas ainda acreditam que as brincadeiras são tão diabólicas quanto às crianças que as brincam, já que essas brincadeiras são próprias da infância e, por tanto, são vistas com o mesmo olhar que essas crianças nessa fase da vida (BACHA, 2002).

Essa atribuição negativa dada à criança, de um ser do mal, se dá pela associação do pecado original que, segundo a igreja, a criança traz consigo desde sua concepção.

Os jogos e as brincadeiras sempre fizeram parte no contexto educacional nos alunos, pois estão sempre motivo de alegria em qualquer tempo e lugar, em todas as épocas de diversas localidades no mundo inteiro. Os povos e estudiosos avaliam como sendo a principal razão de proporcionar alegria no viver, nisto sendo de grande importância para o desenvolvimento do ser humano nas etapas da vida em todas as formas de sociabilidade.

Até hoje os jogos e brinquedos estiveram presentes de forma participativa no desenvolvimento dos alunos, por esta razão que todo educador deve utilizar os brinquedos lúdicos para o desenvolver das atividades de sejam elas as brincadeiras, as poesias, as histórias, as músicas, os jogos..., como sendo um elemento catalisador para o processo de ensino-aprendizagem.

A postura lúdica sendo adotada para desenvolver o comportamento adequado para a formação do indivíduo, pode criar estruturas psicológicas e recreativas embasando com maior amplitude os conhecimentos das disciplinas durante todo o ensino básico ao superior, ajudando na construção de atividades psicomotoras para o pleno exercício na cidadania.

Kishimoto (2005) fala sobre a importância dos brinquedos e brincadeiras como indispensáveis em frente às situações imaginárias, pois só se desenvolve a imaginação quando se dispõe de experiências que trazem formas de organização e reorganização. Por meio da brincadeira, de acordo com Kishimoto (2005), a criança reproduzirá seu alto discurso externo, fazendo internalizar construindo seu próprio pensamento.

Quando a criança está brincando ela movimenta-se indo em busca da utilização e do funcionamento como o objetivo de explorar novas perspectiva diante do que está ao seu alcance, como se fosse uma forma de comunicar-se com múltiplas linguagens nos diversos campos científicos que podemos conhecer.

Em parceria com o brincar o aluno pode fornecer informações e as possibilidades em relação a ação de brincar como um fator preponderante e motivacional onde a realidade vivida fora daquele espaço de brincadeira deixa de ser um quadrado para ela.

As regras podem ajudar a criar novas dimensões neste contexto, enriquecendo o pensamento de que tudo há um limite em todas as coisas que se faz, cabendo a realizar de um certo trabalho na perspectiva de a regra ajudará a desempenhar uma determinada função no futuro.

Logo, os jogos e brincadeiras não podem ser separadas como um contexto pedagógico ao ser implantada em um planejamento anual em seu conteúdo pedagógico de ensino, pois possibilitará uma melhor relação interpessoal com o aluno e com o seu próprio profissionalismo desempenhando uma função de coletividade, interação e integração entre professor e aluno.

O jogo, o brinquedo e também a brincadeira andaram sempre juntas desde o seu nascimento onde a ludicidade desempenha o desenvolvimento, e tendo o momento oportuno se encontra em transe para conhecer os elementos que compõe o jogo ou a brincadeira pois que r fazer parte dela como uma consequência de sua felicidade no momento da diversão.

Ao se utilizar os jogos no espaço escolar da educação infantil, deve-se tomar alguns cuidados, o professor não deve apenas aplicar o jogo no dia

a dia da sala de aula, mas sim, mostrar qual papel o jogo desempenhará no desenvolvimento infantil. “Os que trabalham com a educação de crianças até 6 anos falam muitas vezes em jogo simbólico, sem, contudo, dar mostras de terem elaborado de um modo mais científico como ele ocorre e qual sua função no desenvolvimento humano. (OLIVEIRA, 2008, p. 230).

Alguns autores ou todos talvez acreditam que tem conceitos distintos entre jogo, brinquedo e brincadeira, onde (MIRANDA, 2001 p. 12) diz que o “lúdico abarca” todos eles. Segundo Macedo (1992, p. 1380), os “jogos que tem regras também abarcam em um mundo de muitos desafios”, como vencer o concorrente, conhecer diversos sentimento onde aos poucos vai conhecendo seus nomes e suas funções como inveja, crítica, ciúmes, ajudar ao próximo, e outros que vão auxiliar no desenvolvimento social do indivíduo durante as brincadeiras.

A natureza humana precisa sentir segurança caso contrário pode provocar problemas na saúde, onde alguns casos muitos pais e professores não entendem certas circunstâncias, porém outros entendem devendo rever seu plano de aula.

Macedo (1992, p. 1380) vai valoriza o jogo destacando a importante atividade quanto as diferentes manifestações do ponto de vista afetivo, social, motor e moral, desempenhando de forma natural a inteligência da criança. Com isso, o pedagogo deve alinhar seu plano de aula as diversas forma de aprendizagem por meio dos jogos e brincadeiras, além disso precisa fazer com que a criança adapte ao mundo coletivo, onde possa construir diversos significados diante das teorias e conceitos que possam apresentar durante o jogo e o professor é quem comandará as estratégias de competividade e de integração sendo o mediador nas atividades propostas em seu planejamento pedagógico.

O divertimento é um estimulador natural que proporciona na criança um desenvolvimento no pensar crítico podendo criar no imaginário as ocorrências encontradas como um discurso na tomada de soluções.

A realidade para a criança está condicionada ao divertimento por meio de jogos, brinquedos e brincadeiras, nisto facilitando no entendimento de fatores sócias, afetivos e psicológicos na formação como ser vivo.

A integração social é indispensável a todos os seres humanos, que desde a infância deve ser embasada com o estudo sociológico e filosófico no contexto educacional vivido por diversas etapas que todos nós devemos passar involuntariamente ou consequentemente.

Todo ser tem uma cultura formada em si mesmo com seus paradigmas e conceitos implementados durante as circunstâncias da vida onde é preciso ter regras e respeito, além de outras condições instáveis e extáveis que aos poucos cada criança vai alto analisando qual a área de interesse em que vai descobrir e através das brincadeiras ela vai se familiarizando no conhecimento das profissões existente que um dia poderá escolher quando crescer.

O sentimento de liberdade ao descobrir que pode descobrir novas ideias, e com o passar dos anos as mudanças quanto à perspectiva sócio educativas vão tomado novas formas no limiar do agir na sociedade e, que aos poucos vão surgindo novas sociedades ao entendimento do aluno, trabalhando com a criação de sua descoberta será sempre de forma inovadora, de um mundo onde nem sempre acontece como desejamos mas tem a existência da palavra chamada “escolhas” durante as fases de crescimento como ser humano possuidor de responsabilidades.

A ideia crítica vai sendo formada, mas embora surjam novas patologias pode comprometer o desenvolvimento, mas sempre contando com a ajuda de profissionais nas áreas como psicólogos, fonoaudiólogos, professores, médicos, quanto aos problemas que podem surgir durante o processo de aprendizagem do aluno.

Os jogos e as brincadeiras podem ajudar diversos profissionais no direcionamento com a construção como ser individual e social da criança e muitos são os pesquisadores há muito tempo vem se empenhando em demonstrar isso, além do quanto essa ferramenta pode ajudar na construção de um indivíduo mais feliz, bem-sucedido e realizado.

Com sabemos que a brincadeira pode contribuir para o desenvolvimento do ser social e individual da criança, estimulando a criatividade e a autonomia na resolução de problemas do cotidiano pelo contato direto na resolução e tomada de decisões que o brincar lhes oferece, de forma prática, cabe, agora, ao professor assumir seu papel de mediador entre diversão e aprendizado. Ninguém pode fazer aquilo que não se gosta, logo, o professor precisa, acima de tudo, sentir gosto pela brincadeira, e precisa conhecer o jogo na prática para se estabelecer uma relação de troca com os alunos.

O contato da criança com os jogos estabelece uma relação de confiança e amizade com aqueles que interagem onde o professor se torna o mediador assumindo uma postura de forma mais significativa quando há uma troca de informações com o pensamento criativo.

Ao fazer isso o professor estará permitindo que a criança aprenda coisas novas a partir do que ela já possui gerando novos conhecimentos, entre o primeiro e o segundo está o que Vygotsky chama de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ou seja, a possibilidade a ela de agregar ao que já domina - nível de desenvolvimento real - habilidades capazes de lhe permitir resolver problemas com autonomia.

A criatividade vai decorrer diante a cada fase do nível de desenvolvimento onde aos poucos a criança vai percebendo o seu gosto pelos jogos e brincadeiras vai sendo aos poucos sendo menos importante durante a fase de crescimento.

Cada criança durante a fase de aprendizagem, onde o professor vai ver o que a criança já sabe, e aplicar o necessário oportunizando o estímulo para a aprendizagem. Sendo assim, é importante que o professor aplique no planejamento de ensino atividades que desenvolvam o sendo cognitivo por meio dos jogos e brincadeiras, pois é algo que fazem parte da vida por onde quer que for, sendo um complemento indicativo na interação com o mundo que o cerca, auxiliando no desenvolvimento psicomotor e social do aluno.

As diversas fases de crescimento estão sendo desenvolvidas em conjunto com os planos que o professor promove de tempo em tempo na sala de aula, interagindo com os colegas participando com os jogos e atividades propostas pelo professor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho foi de suma importância para a nossa formação acadêmica visando no melhor empenho quanto a elaboração de projetos de ensino integralizados, e de grande conformidade com as atividades que nas crianças podem discorrer durante as aulas.

Os jogos e as brincadeiras são importantes recursos de aprendizagem onde vai promover na criança novas descobertas, novos conceitos de tudo que está em sua volta, desenvolvendo nas crianças sentimentos de afetividade e interação, e o cognitivo sendo e afetivo mediante a mediação durante o ensino em sala de aula.

O professor é o mediador onde traz novas expectativas para o aluno, fazendo com que o aluno tenha o entusiasmo pela aprendizagem e neste trabalho foi de grande relevância ao entendermos que é possível utilizar os recursos pedagógicos durante a sala de aula para os alunos possibilitando melhor interação e desenvolvimento sócio educativo.

A Política Nacional de Educação tem contribuído para levar uma melhor qualidade de ensino aos estudantes brasileiros promovendo documentos importantes para ser integralizados no planejamento do professor, onde mostra as habilidades e objetivos de ensino dando o apoio necessário para a classe profissional educativa, com projetos e ações que podem ser desenvolvidas por meio de jogos e brincadeiras inseridos no planejamento e prática pedagógica

## REFERÊNCIAS

- BACHA, M. N. **A arte de formar: o feminino, o infantil e o epistemológico.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- BROUGÈRE, Giles. **Jogo e Educação.** Porto Alegre: Artmed, 2003
- CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança.** São Paulo: Summus, 1987.
- Colégio Koelle. **Conheça a importância dos jogos e brincadeiras no Ensino Fundamental I.** Disponível em: <<https://www.colegiokoelle.com.br/blog/conheca-a-importancia-dos-jogos-e-brincadeiras-no-ensino-fundamental-i/>>. Acesso em: 08/10/2021
- MACEDO, Lino de. **Para uma visão construtivista do erro no contexto escolar.** In: Coletânea de textos de Psicologia HEM/CEFAM, Vol. 1 Psicologia da Educação. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1992.
- MALUF, A. M. **Brincar: prazer e aprendizado.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- MIRANDA, Nicanor. **210 jogos infantis.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- KISHIMOTO (2002.). **Educação Física e atividade lúdica:** o papel da ludicidade no desenvolvimento psicomotor. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 154, Marzo de 2011. Acesso em: 14 de Setembro de 2021
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 4<sup>a</sup> ed. São Paulo, 2008.
- RONCHI, Genildo. **Atividades educacionais complementares.** Disponível em: <[https://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20200430\\_educacao\\_especial.pdf](https://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20200430_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: 21 de Setembro de 2021
- SANTANA, Emik Barbosa de. **Os Jogos e as Brincadeiras nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Pública: Realidade da Prática Pedagógica.** <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22811/1/2017\\_EmikBarbosaDeSantana\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22811/1/2017_EmikBarbosaDeSantana_tcc.pdf)>

>. Acesso em: 21 de Setembro de 2021

SEMED. Disponível em: VARGAS, Jamily Charão; ZAVELINSKI, Angélica Lopes. **Práticas Docentes no Ensino Fundamental: Reflexões Sobre o Brincar e o Estudar.** Revista Didática Sistêmica, v. 13, n. 2, 2011.

VARGAS, Jamily Charão; ZAVELINSKI, Angélica Lopes. **Práticas Docentes no Ensino Fundamental: Reflexões Sobre o Brincar e o Estudar.** Revista Didática Sistêmica, v. 13, n. 2, 2011.



## Capítulo 2

# JOGOS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

*Rayssa Amandha da Silva Ribeiro Rocha*

*José Afrânio Fortunato Celestino*

*Vonilda Germani Oliveira*

*Gessiani dos Santos Oliveira*

*Patrícia Lana Oliveira Rigonato*

*Otávio Junior laranjeira*

*Thais Mirian Ferreira*

*Alexandra da Silva*

*Rosemar Rodrigues Dias Camacho*

*Simone Alexandre da Silva*

# **JOGOS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**

***Rayssa Amandha da Silva Ribeiro Rocha***

*Universidade Anhanguera - UNIDERP. Pedagogia*

***José Afrânio Fortunato Celestino***

*Universidade Estadual do Mato Grosso do sul- UEMS- Normal Superior*

***Vonilda Germani Oliveira***

*Centro Universitário Cidade Verde- Pedagogia*

***Gessiani dos Santos Oliveira***

*Centro de Ensino Superior Unicesumar-Pedagogia*

***Patrícia Lana Oliveira Rigonato***

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)- Pedagogia*

***Otávio Junior laranjeira***

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Ciências Sociais*

***Thais Mirian Ferreira***

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)- Pedagogia*

***Alexandra da Silva***

*Associação Educacional Nove De Julho- UNINOVE- Pedagogia*

***Rosemar Rodrigues Dias Camacho***

*Universidade Anhanguera - UNIDERP. Pedagogia*

***Simone Alexandre da Silva***

*Universidade Anhanguera - UNIDERP. Pedagogia*

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo destacar a importância do aspecto lúdico no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança, situando a ludicidade como elemento essencial para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem, especialmente na educação infantil. Diante do fato de que os jogos são frequentemente subestimados por educadores e instituições escolares em geral, busca-se evidenciar o papel do jogo como recurso facilitador na aprendizagem, reconhecendo-o como um instrumento pedagógico fundamental para o desenvolvimento intelectual e social do educando. No contexto da infância, o jogo se apresenta como uma ferramenta poderosa para a expansão de capacidades, exploração da realidade, e reflexão sobre a cultura em que a criança está inserida. Além disso, o jogo permite a incorporação e o questionamento de regras e papéis sociais, contribuindo para a construção de uma compreensão mais profunda e crítica do mundo ao seu redor. Para embasar essas considerações, o estudo se apoia nas contribuições de educadores e pensadores da Educação, que reforçam a importância da ludicidade na prática pedagógica. Conclui-se que o jogo desempenha diferentes papéis no trabalho pedagógico, e este artigo visa estimular no profissional docente uma reflexão aprofundada sobre a utilização do lúdico como um aliado na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos alunos.

**Palavras-chave:** Ensino-Aprendizagem; Jogos; Ludicidade.

## **INTRODUÇÃO**

A evolução tecnológica com sua rapidez e extensão trouxe para a sala de aula a necessidade da ressignificação no sistema de ensino no que se refere às metodologias e estratégias, recursos materiais e humanos utilizados no processo ensino-aprendizagem.

Embora as diversas modalidades de comunicação, como expressões gestuais, formas visuais, gráficas e verbais, sejam amplamente reconhecidas, a prática educacional tem se limitado, em grande parte, ao uso convencional da leitura e da escrita nas atividades escolares. Essa abordagem restrita ignora a riqueza comunicativa que outras formas de expressão podem trazer para o ambiente educacional. Diante da inevitável incorporação dessas modalidades alternativas de comunicação nas instituições de ensino, este artigo propõe discutir a inclusão do jogo como uma dessas formas essenciais de

comunicação que permeiam nossa sociedade, reforçando a importância de sua integração no processo pedagógico.

O jogo, como instrumento de aprendizagem, apresenta-se como um recurso de grande valor para educadores, uma vez que sua relevância está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento integral do ser humano, abrangendo perspectivas sociais, criativas, afetivas, históricas e culturais. É crucial que os profissionais da educação infantil se interessem e busquem aprofundar seus conhecimentos sobre essa temática, pois, como sugerem estudos anteriores, isso permitirá um direcionamento mais eficaz em suas práticas pedagógicas (Melo & Valle, 2005).

### **Resgatando Sonhos e Criatividade**

Paulo Freire (2006, p. 37) nos lembra de que a capacidade de fantasiar, tão natural e poderosa na infância, é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional. Através da fantasia, as crianças exploram mundos imaginários que lhes permitem compreender e reinterpretar a realidade, muitas vezes alcançando insights que os adultos, em sua rigidez e esquecimento das próprias fantasias, não conseguem alcançar.

Infelizmente, à medida que crescemos, tendemos a abandonar esses sonhos e fantasias, perdendo uma parte vital de nossa criatividade e capacidade de inovação. No entanto, Freire nos alerta para o potencial transformador que a ficção e a fantasia têm, não apenas para as crianças, mas também para os adultos que conseguem preservar ou redescobrir essa habilidade.

Reconhecer o valor da fantasia no processo educativo é essencial para fomentar a criatividade, a inovação e a capacidade crítica dos alunos, incentivando-os a pensar além das convenções e a sonhar com novas possibilidades para o mundo. Defendemos que a ludicidade como ferramenta pedagógica é a maneira mais segura de motivar a criança para aprender-lo e finalmente concretizar este processo, pois as brincadeiras mesclam o mundo interno da criança onde à imaginação, fantasia e os símbolos são preponderantes com o mundo externo que experimentam e concomitantemente a este processo, ao brincarem, criam condições de separarem esses dois mundos e as conduz a assumirem uma postura autônoma sobre eles.

Como suporte teórico às ideias explicitadas, trazemos à luz do estudo pensamentos de renomados educadores e pensadores da Educação, a começar por Paulo Freire (2006, p. 37) dispõe que:

Viajando pela fantasia, a criança vai longe. Conhece coisas que nós, adultos, já vivemos e esquecemos, e muitas vezes vão além de quase todos os adultos. No entanto, há pessoas mais velhas que enveredam pela ficção, e são capazes de trazer de lá conhecimentos que revolucionam o mundo. É uma pena que os homens quase sempre esqueçam suas fantasias e sonhos!

Freire nos lembra da importância da fantasia como um veículo para o conhecimento e a inovação, algo que muitas vezes é negligenciado à medida que envelhecemos. Piaget (1978, p. 29) complementa essa visão ao afirmar que "os jogos de regras são: atividade lúdica do ser socializado", reforçando a ideia de que o brincar, seja através da fantasia ou de jogos estruturados, é fundamental para o desenvolvimento social e intelectual. Portanto, ao valorizar a fantasia e os jogos na educação, estamos não apenas resgatando a capacidade de sonhar, mas também promovendo um ambiente de aprendizagem onde a criatividade e a socialização se entrelaça para formar indivíduos mais completos e críticos.

Piaget deixa claro que as atividades acadêmicas devem educar as crianças em todos os aspectos, incluindo cognitivos, sociais, afetivos e culturais. Defendeu ainda que as atividades lúdicas são essenciais para o desenvolvimento intelectual das crianças. Brincadeiras não são apenas uma maneira de relaxar ou liberar energia, de acordo com seus estudos. Existem andaimes cognitivos, emocionais e sociais que ajudam e melhoram o desenvolvimento intelectual. Neste momento trazemos as contribuições de Vygotsky (1991, pag.122) diz:

"É na atividade de jogo que a criança desenvolve o seu conhecimento do mundo adulto e é também nela que surgem os primeiros sinais de uma capacidade especificamente humana, a capacidade de imaginar (...). Brincando a criança cria situações fictícias, transformando com algumas ações o significado de alguns objetos".

A citação destaca a importância do jogo no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança, enfatizando como ele serve como uma ponte entre o mundo infantil e o mundo adulto. Ao engajar-se em atividades lúdicas, a criança não apenas explora e comprehende o ambiente ao seu redor, mas também começa a desenvolver a capacidade de imaginar e criar realidades alternativas. Esse processo de transformação, onde objetos e situações

ganham novos significados, é fundamental para o desenvolvimento de habilidades cognitivas complexas, como a criatividade, a resolução de problemas e o pensamento crítico.

O brincar permite que as crianças experimentem papéis e situações que lembram o mundo dos adultos, mas em um ambiente seguro e controlado, onde eles podem testar limites, aprender sobre regras sociais e crescer como indivíduos. Vygotsky (1991) afirma que essa habilidade de criar situações fictícias, uma característica do jogo simbólico, é o que distingue os humanos de outras espécies e é fundamental para a construção do pensamento abstrato. Portanto, os jogos são mais do que apenas um meio de entretenimento; eles também são uma ferramenta educativa poderosa que ajuda a criança a se desenvolver de forma completa, preparando-a para os desafios que a esperam quando ela for adulta.

O jogo é uma atividade natural para as crianças e desempenha um papel importante em sua aprendizagem e crescimento. Através do jogo, as crianças exploram o mundo ao seu redor, experimentam papéis diferentes e desenvolvem habilidades cognitivas, sociais e emocionais. O jogo permite que elas se envolvam ativamente, sejam criativas, resolvam problemas e interajam com os outros modos de vida. Portanto, ao propor uma nova "pedagogia da criança" baseada no jogo, estamos reconhecendo o valor intrínseco do jogo como uma metáfora da experiência humana. Ao permitir que as crianças.

## **O Papel do Brincar na Escola**

O brincar na escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, atuando como uma poderosa ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Friedman (1996), é essencial dar atenção especial ao jogo, pois ele permite que as crianças realizem tarefas de maneira lúdica, proporcionando prazer e facilitando a liberação de limitações e inseguranças que podem dificultar o aprendizado.

A proposta de "aprender brincando, e brincar para aprender" sublinha a diferença entre o brincar na escola e em outros contextos. Na escola, a brincadeira é intencionalmente planejada com objetivos psicopedagógicos, envolvendo toda a equipe pedagógica em um processo que exige pesquisa, elaboração e comprometimento. Ao transformar a ludicidade em um instrumento educativo, o brincar não só promove a

aquisição de conhecimentos, mas também contribui para o desenvolvimento emocional e social da criança, preparando-a para enfrentar os desafios do aprendizado de forma mais confiante e criativa. Friedman contempla as três formas de jogo de acordo com a teoria de Piaget, as quais são baseadas nas estruturas mentais, sendo que a primeira forma é o:

Jogos de Exercício Sensor motor - Caracterizam a etapa que vai do nascimento até o aparecimento da linguagem, apesar de reaparecerem durante toda a infância O jogo surge primeiro, sob a forma de exercícios simples cuja finalidade é o próprio prazer do funcionamento. Esses exercícios caracterizam-se pela repetição de gestos e de movimentos simples e têm valor exploratório. Dentro desta categoria podemos destacar os seguintes jogos: sonoro, visual, tátil, olfativo, gustativo, motor e de manipulação. (1995, p. 56).

Os jogos de exercício sensoriomotor, que se manifestam desde o nascimento até o surgimento da linguagem, desempenham um papel crucial no desenvolvimento inicial da criança. Esses jogos são fundamentais porque proporciona prazer através da repetição de gestos e movimentos simples, o que é essencial para a exploração e o entendimento do próprio corpo e do ambiente ao redor.

Como apontado por Friedman (1995), esses jogos são categorizados em diferentes modalidades sensoriais, incluindo jogos sonoros, visuais, táticos, olfativos, gustativos, motores e de manipulação. Cada uma dessas categorias oferece experiências sensoriais únicas que ajudam a criança a descobrir e interpretar o mundo de maneira incremental. Por exemplo, os jogos sonoros e visuais podem estimular a percepção auditiva e visual, enquanto os jogos táticos e olfativos envolvem o sentido do tato e do olfato, respectivamente.

Esses jogos não apenas fornecem prazer e entretenimento, mas também desempenham um papel exploratório importante. A repetição e a prática desses movimentos simples ajudam as crianças a desenvolver habilidades motoras básicas e a coordenação entre os sentidos e as ações, facilitando a construção de uma base sólida para habilidades cognitivas e motoras mais complexas. Além disso, a possibilidade de reaparecer desses jogos ao longo da infância demonstra sua importância contínua no processo de aprendizado e desenvolvimento, reforçando a ideia de que o brincar é uma parte fundamental e persistente do crescimento infantil.

Os jogos de regras começam a se manifestar entre os quatro e sete anos e se desenvolvem significativamente entre os sete e doze anos. Durante essa fase, as crianças deixam de lado os jogos egocêntricos para adotar atividades mais socializadas, onde a

aplicação efetiva das regras e a cooperação entre os jogadores se tornam fundamentais. Esse tipo de jogo, que pode se manter e se desenvolver ao longo da vida adulta, é caracterizado por duas categorias principais de regras: as transmitidas e as espontâneas.

As regras transmitidas referem-se a jogos que se tornam institucionais e são preservadas e passadas de geração para geração, como no caso dos jogos de bolinha de gude. Já as regras espontâneas surgem da socialização de jogos mais simples, como os jogos de exercício ou simbólicos, e são de natureza contratual e momentânea. Os jogos de regras envolvem combinações sensorimotoras, como corridas e jogos de bola, ou intelectuais, como cartas e xadrez, e são regulamentados por códigos transmitidos ao longo das gerações ou acordos momentâneos, refletindo a complexidade crescente na interação social e intelectual dos indivíduos (Friedmann, 1995).

O brincar é uma atividade inerente à infância e desempenha um papel essencial no desenvolvimento integral da criança. Durante o brincar, as crianças têm a oportunidade de explorar, experimentar, imaginar, criar, interagir e construir significados a partir de suas próprias vivências e experiências.

Por meio do brincar, as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras. Elas aprendem a resolver problemas, a tomar decisões, a trabalhar em equipe, a expressar emoções e lidar com desafios. Além disso, o brincar estimula a imaginação, a criatividade e a autonomia das crianças, permitindo que elas sejam protagonistas de seu próprio aprendizado.

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (BRASIL, 1998, Vol. 2, p. 22).

O brincar é essencial para o desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças, como destacado no Referencial Curricular de 1998. Desde cedo, as crianças utilizam gestos e sons para se comunicar, e à medida que crescem, começam a representar papéis em suas brincadeiras, o que fomenta a criatividade e a imaginação. Essa capacidade de criar e explorar cenários fictícios são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e emocional.

Durante as brincadeiras, as crianças desenvolvem várias habilidades importantes. A atenção é aprimorada à medida que elas se concentram em atividades lúdicas, enquanto a imitação permite que elas pratiquem e entendam diferentes comportamentos e papéis sociais. A memória é exercitada quando as crianças recordam e aplicam regras e narrativas das brincadeiras, e a imaginação é estimulada ao criar e vivenciar novas situações.

Além disso, o brincar facilita o amadurecimento das capacidades de socialização. A interação com outras crianças durante as brincadeiras permite a experimentação e a compreensão de regras sociais e papéis, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção da identidade. Assim, o brincar não é apenas uma forma de diversão, mas um componente crucial na formação das competências e no crescimento pessoal das crianças, preparando-as para interações sociais e desafios futuros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A integração do lúdico no processo educativo é amplamente reconhecida como fundamental para o desenvolvimento físico, mental e social das crianças. Os textos analisados destacam a importância dos jogos e da ludicidade no ensino-aprendizagem, sublinhando que o brincar não é apenas uma forma de entretenimento, mas um meio essencial para a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral dos alunos.

Conforme evidenciado, o uso de atividades lúdicas contribui significativamente para a construção da autoestima, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, e a promoção da socialização. O ambiente educacional que incorpora jogos cria um espaço gratificante e estimulante, essencial para o aprendizado efetivo. A proposta de "aprender brincando e brincar para aprender" é apoiada pela ciência e pela prática, como destacam tanto Friedman (1996), mostra que a ludicidade facilita a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal ao longo da vida.

Os jogos de regras, por exemplo, emergem como uma etapa crucial no desenvolvimento da criança, passando de atividades egocêntricas para interações mais complexas e socializadas. A inserção de jogos e brincadeiras na educação não só promove a compreensão de conceitos importantes, mas também prepara a criança para a vida social e cidadã, ensinando habilidades como atenção, disciplina, respeito e coordenação.

É imperativo que os professores reconheçam e valorizem a importância do lúdico, buscando continuamente aprimorar seu conhecimento e habilidades nesta área. A formação lúdica dos educadores é essencial para que eles possam utilizar técnicas que envolvam jogos de maneira eficaz, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais envolvente e participativo. Além disso, a responsabilidade do professor ao utilizar o jogo como instrumento pedagógico é garantir que ele seja integrado de forma significativa ao processo educativo, considerando as necessidades dos alunos, o contexto histórico e os recursos disponíveis.

Portanto, a ludicidade se revela como um alicerce valioso na educação, oferecendo não apenas um meio de aprendizado, mas também um caminho para o desenvolvimento integral da criança. Ao promover o brincar como uma atividade fundamental e intencional, educadores podem criar experiências de aprendizagem que são ao mesmo tempo prazerosas e educativas, preparando os alunos para enfrentar desafios com confiança e criatividade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998. EDUCAÇÃO Infantil, disponível em <http://www.infoescola.com/educacao/educacaoinfantil/>. Acesso em 10 de junho de 2022.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: Teoria e prática da Educação Física**. Editora. Scipione. São Paulo, 1997.

FRIEDMANN, A. Brincar: crescer e aprender: **o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

MELO LL, Valle ERM. **O Brinquedo e o brincar no desenvolvimento infantil**. Psicologia Argumento. 2005.

PIAGET, J. **A construção do homem: conhecimento, afeto e moral. A formação do símbolo na criança**. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1978.

SANTOS, S, M. P. dos. (org). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994. **A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes**, 4<sup>a</sup> ed., 1991

VYGOTSKI, L. S. **Fundamentos da Defctologia:** Obras Escogidas V. Madri: Visor, 1997.



## Capítulo 3

# OS JOGOS COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA

*Ana Paula de Sousa Costa*

*Vanessa Genário de Aquino Soares*

*Wérica Martins do Nascimento*

*Eliana Ester Cristante Mendes*

*Nadia Geane Bernardo Neves*

*Bruna Gomes Gimenes*

# **OS JOGOS COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA**

***Ana Paula de Sousa Costa***

*Graduada em Pedagogia*

***Vanessa Genário de Aquino Soares***

*Graduada em Pedagogia*

***Wérica Martins do Nascimento***

*Graduada em Pedagogia*

***Eliana Ester Cristante Mendes***

*Graduada em Pedagogia*

***Nadia Geane Bernardo Neves***

*Graduada em Pedagogia*

***Bruna Gomes Gimenes***

*Graduada em Pedagogia*

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo debater a importância dos jogos para o ensino da matemática, onde serão apontados os principais benefícios que os jogos proporcionam a aprendizagem de alunos do ensino fundamental, anos iniciais. A linha de pesquisa principal é apresentar uma proposta de ensino que possa ser desenvolvida em sala de aula, utilizando os jogos como um recurso pedagógico que estimule a aprendizagem matemática de maneira significativa, mostrando como os jogos podem melhorar o processo de aprendizagem e aquisição de conhecimentos matemáticos. Com os jogos matemáticos, os alunos podem encontrar equilíbrio entre o real e o imaginário e com isso

ampliarem seus conhecimentos e o raciocínio lógico-matemático, passando a usar conceitos matemáticos em situações cotidianas. Para elucidar os preceitos teóricos, utilizaremos teóricos de renome como BORIN (1998) e GANDRO (2000).

**Palavras-chave:** Jogos. Ensino. Matemática

### **ABSTRACT**

This article aims to discuss the importance of games for teaching mathematics, highlighting the main benefits that games provide to elementary school students in their early years. The main line of research is to present a teaching proposal that can be developed in the classroom, using games as a pedagogical resource that stimulates mathematical learning in a significant way, showing how games can improve the learning process and acquisition of mathematical knowledge. With mathematical games, students can find a balance between the real and the imaginary and thus expand their knowledge and logical-mathematical reasoning, starting to use mathematical concepts in everyday situations. To elucidate the theoretical precepts, we will use renowned theorists such as BORIN (1998) and GANDRO (2000).

**Keywords:** Games. Teaching. Mathematics

## **INTRODUÇÃO**

Os jogos podem ser um recurso pedagógico com imensas e várias formas de uso no contexto escolar como um elemento que agrega a aprendizagem dos alunos. Os jogos no ensino da matemática têm uma importância singular, pois leva o aluno a descobrir e explorar diferentes vertentes dos problemas propostos até chegar a uma resposta correta.

Através dos jogos matemáticos a criança aprende a se relacionar consigo mesma e com o mundo. O uso planejado de jogos em atividades pedagógicas, voltadas para o ensino da matemática, tem o poder de encantar e favorecer o entendimento das propriedades matemáticas em suas diferentes nuances e contextos.

O planejamento da atividade serve à estruturação e o desenvolvimento do pensamento do aluno, e na conduta diante dos desafios que um jogo impõe se trabalha a formação básica da sua cidadania. A execução desse projeto leva pais, professores e acadêmicos a ter uma nova visão sobre o uso de jogos aliado ao ensino da matemática.

A organização desse projeto está dívida em tópicos, sendo os principais o tema, a justificativa, o referencial teórico, os objetivos e a metodologia, junto com outras informações importantes para a realização da proposta em sala de aula. Ao longo do projeto são dadas informações baseadas em estudos de autores renomados que abordam

o tema e sua importância no contexto educacional.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A matemática faz parte da vida da maioria das pessoas desde muito cedo, estando presente direta ou indiretamente, em diversas situações cotidianas. Em quase todos os contextos da vida social em diferentes momentos, exercita-se os conhecimentos matemáticos. Mesmo sendo utilizada praticamente em todas as áreas do conhecimento, em momentos e contextos diversos, nem sempre é fácil ensinar aos alunos os conteúdos necessários e sua importância de maneira objetiva e significativa.

Isso acontece porque muitos alunos acham a aprendizagem da matemática algo difícil de ser aprendido de maneira contextualizada, e muitos acabam desmotivados na aprendizagem matemática passando a executar cálculos e resoluções de problemas de modo mecânico, descontextualizado do seu cotidiano.

O ensino da matemática muitas vezes está pautado apenas na aquisição de conhecimentos voltados para a realização de problemas e cálculos, muitas vezes complexos, desconexos da realidade e necessidades dos alunos, isso torna a aprendizagem maçante e, por vezes, impossível de ser adquirida.

Segundo as Diretrizes para o Ensino da Matemática (2006), um dos principais desafios no ensino da matemática é a abordagem de conteúdos voltados para a resolução de problemas e cálculos simples. Isso acontece porque muitas vezes os assuntos relacionados a esses conteúdos são introduzidos aos alunos em sala de aula de maneira mecânica, sem qualquer interligação com a realidade em que ele se encontra, logo o aluno não ver sentido em aprender aquilo, pois julga que não vai precisar usar aqueles conhecimentos no futuro.

Para mudar essa realidade o professor de matemática necessita lançar mão de estratégias de ensino inovadoras que aproximem os conteúdos da realidade contextual dos alunos, usando metodologias adequadas de acordo com os interesses dos mesmos. Nesse sentido os jogos matemáticos se constituem uma opção viável para o ensino aprendizagem de modo significativo, principalmente no ensino fundamental, uma vez que alunos que estão nessa etapa do ensino se interessam bem mais por jogos por remeterem ao caráter da ludicidade, competição e cooperação.

Na visão de Rêgo e Rêgo (2000) é de extrema importância a introdução de novas

metodologias de ensino, onde o aluno seja ativo e participativo na construção de sua própria aprendizagem, respeitando- se o seu contexto e levando em consideração os aspectos recreativos e lúdicos das motivações próprias de sua idade, sua imensa curiosidade e desejo de realizar atividades em grupo.

No ensino dos conteúdos voltados a resolução de problemas e cálculos simples, a introdução de jogos como estratégia de ensino- aprendizagem na sala de aula se apresenta como um recurso pedagógico inovador e que motiva a aprendizagem significativa do aluno, pois cria situações que permitem ao aluno desenvolver métodos de resolução de problemas usando diferentes caminhos e possibilidades, estimula a sua criatividade a partir do desafio e ao mesmo tempo gerador de motivação para aprender sempre mais e superar suas próprias possibilidades.

O uso de jogos para o ensino da matemática estimula o raciocínio lógico do aluno, sua imaginação e criatividade, o espírito coletivo e colaborativo, além da aprendizagem significativa onde o aluno internaliza dos conteúdos e os leva para seu cotidiano efetivamente. Os jogos matemáticos também facilitam o trabalho do professor, que pode dispor de diferentes tipos de estratégias para introduzir os conteúdos matemáticos e com isso chamar a atenção dos alunos e estimular sua aprendizagem.

O jogo propicia o desenvolvimento de diversas habilidades, tais como raciocínio mais apurado, resolução de problemas de diferentes maneiras, comunicação, cálculos rápidos e assertivos, entre outros. Isso acontece porque ao jogar, o aluno tem a oportunidade de resolver problemas, investigar e descobrir a melhor jogada a ser feita, refletir e analisar as regras do jogo, estabelecendo relações entre os elementos do jogo e os conceitos matemáticos. Pode- se dizer que o jogo possibilita uma situação de prazer e aprendizagem significativa nas aulas de matemática (SMOLE; DINIZ; MILANI, 2007).

Segundo Gandro (2000) o jogo propicia o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a resolução de problemas na medida em que também possibilita a investigação e a exploração do conceito através da estrutura matemática relacionada ao jogo e que pode ser vivenciada, pelo aluno, quando ele joga, elaborando estratégias e testando-as com o objetivo elucidar os desafios de vencer o jogo proposto. Nessa perspectiva, o jogo é um recurso pedagógico que estimula a aprendizagem de diferentes conceitos matemáticos, onde o aluno aprende efetivamente os conteúdos, deixando de lado a aprendizagem mecânica ao qual são submetidos nas aulas tradicionalmente executadas no dia a dia escolar.

O trabalho com jogos para o ensino da matemática é defendido por Smole, Diniz e Milani (2007), que ressaltam que os jogos se constituem em um dos recursos pedagógicos que mais favorece o desenvolvimento da linguagem e comunicação, de diferentes processos de raciocínio e de interação entre os alunos. Por meio dos jogos os alunos têm a possibilidade de acompanhar e interagir com as jogadas uns dos outros, desenvolvendo assim, o senso crítico, defendendo pontos de vista e aprendendo a ser mais confiante.

O uso de jogos no ensino da matemática contribui não só para a aprendizagem de conceitos matemáticos, mas reflete em outros campos da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno. Sobre isso Borin (1998) corrobora que dentro das situações que envolvem o jogo, é impossível que os alunos fiquem passivos e isso gera uma grande motivação, é possível notar que, ao mesmo tempo em que estes alunos falam de matemática, apresentam também uma melhora significativa na construção de atitudes mais positivas frente a seus processos de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento.

Trabalhar com jogos nas aulas de matemática possibilita a diminuição dos bloqueios apresentados por muitos dos alunos que tem medo da matemática e sentem-se incapacitados de aprender os conteúdos a ela relacionados. Então o jogo matemático tem uma função educativa que influencia diretamente na autoestima do aluno, que se sente mais motivado a aprender significativamente.

Ao ensinar matemática por meio dos jogos o professor proporciona ao aluno a possibilidade de aliar a aprendizagem a ludicidade, mas sem com isso deixar a aprendizagem de lado. Os próprios alunos encaram o jogo como um momento sério, onde eles querem superar os próprios desafios e mostrar que aprendeu um determinado conteúdo.

Segundo Borin (1998), os alunos próprios alunos, à medida que vão jogando, percebem que o jogo não tem apenas o caráter lúdico e que precisa ser levado a sério e não encarado apenas como mais uma brincadeira. Ao jogar o aluno analisa as regras do jogo e desenvolve certas habilidades que os levam a relacionar aspectos desse jogo com determinados conceitos matemáticos. Isso serve de pressuposto para que os alunos inter-relacionem o que já sabem para poder superar os desafios do jogo.

Os jogos podem ser usados para que os alunos que estão em fase de aprendizagem aprendam as regras matemáticas mais facilmente, os jogos também instigam a memorização de conceitos matemáticos que são difíceis de serem lembrados. Segundo as

Diretrizes do MEC (2006), os jogos são um eficiente recurso para estimular a memorização de regras matemáticas e sugerem que há vários tipos de jogos que podem ser utilizados para instigar a memorização dos conteúdos de modo significativo, e não de forma mecânica.

A utilização de jogos para o ensino da matemática leva o aluno a percorrer diferentes caminhos até se chegar a resposta esperada, isso é de extrema importância pois o faz refletir sobre as várias possibilidades de aprendizagem. O erro também é uma forma de aprender, d ver onde é preciso melhorar. O jogo é um norteador tanto da aprendizagem do aluno, quanto da prática pedagógica do professor, pois através dos jogos o professor vai perceber em quando conteúdos precisa reforçar a aprendizagem do aluno, procurando metodologias inovadoras para dar o conteúdo novamente.

A resolução de problemas matemáticos em suas diferentes complexidades é uma das metodologias mais indicadas para o uso de jogos como recurso pedagógico. Na visão de Borin (1998) a resolução de problemas é a metodologia mais adequada para desenvolver uma postura crítica no aluno diante de qualquer situação que exija dele uma resposta mais completa. A cada hipótese formulada ou cada jogada feita pelo aluno desencadeia nele uma série de questionamentos sobre qual estratégia usar, que caminhos seguir para atingir a resposta correta e vencer o jogo. Ao efetuar as jogadas o aluno frequentemente se questiona sobre os erros que cometeu e porque escolheu esse caminho, isso o leva a testar diferentes meios de aprendizagem.

Essa metodologia representa, em sua essência, uma mudança de postura em relação ao que é ensinar matemática, ou seja, ao adotá-la, o professor será um espectador do processo de construção do saber pelo seu aluno, e só irá interferir ao final do mesmo, quando isso se fizer necessário através de questionamentos, por exemplo, que levem os alunos a mudanças de hipóteses, apresentando situações que forcem a reflexão ou para a socialização das descobertas dos grupos, mas nunca para dar a resposta certa. Ao aluno, de acordo com essa visão, caberá o papel daquele que busca e constrói o seu saber através da análise das situações que se apresentam no decorrer do processo (BORIN, 1998, p.10- 11).

É função do professor, ao preparar suas aulas com a utilização de jogos procurar escolher técnicas que explorem todos os potenciais de aprendizagem que o jogo oferece, devendo também analisar as metodologias mais adequadas aos tipos de objetivos que pretende alcançar. Nesse sentido (STAREPRAVO, 1999) diz que o trabalho com jogos requer do professor certas atitudes que o levem a considerar como uma atividade a ser realizada durante todo o ano letivo, e não de modo esporádico, relacionando o jogo como

uma estratégia aliada à construção do conhecimento, devendo planejar cuidadosamente sua execução e os objetivos que pretende alcançar.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) não há um caminho exclusivo para o ensino de qualquer disciplina, em particular, a matemática. As possibilidades de trabalho são diversas, na qual o educador poderá construir e estruturar sua própria prática pedagógica, com diferentes metodologias. Dessa forma, o jogo se apresenta como um recurso que fornece as informações do problema a ser resolvido e ao mesmo tempo, faz com que o aluno desenvolva estratégias para solucioná-lo.

O jogo deve ser visto como um instrumento pedagógico que favorece a aprendizagem do aluno, em especial a aprendizagem matemática, pois através dos jogos os alunos vão percebendo que é possível aprender de forma lúdica e divertida, passando assim, a compreender e utilizar regras que serão empregadas ao longo de todo o processo de ensino aprendizagem.

Ao aprender matemática por meio dos jogos o aluno tem um melhor aprendizado em relação aos conteúdos que precisam ser aprendidos e ainda compreendem que a escola não é o único local de realização de atividades matemáticas, podendo ser realizada e vivenciada nos diferentes espaços e momentos. Outro ponto importante a ser destacado é que os jogos tanto podem ser físicos quanto virtuais, uma vez que, na era tecnológica muitas crianças tem um contato frequente com aparelhos eletrônicos que podem ser aliados no processo de ensino aprendizagem.

Sendo assim, a utilização dos jogos no ensino da matemática leva os alunos se esforçam para superar obstáculos, tanto cognitivos quanto emocionais, sendo que se estão motivados, ficam mais dispostos mentalmente a aprender de maneira significativa.

Logo os jogos matemáticos, com seu caráter lúdico são um recurso indispensável para uma aprendizagem completa do aluno, que desenvolve diferentes habilidades de grande importância para a sua formação humana. Portanto, propiciar situações com jogos é investir no prazer, no desafio e numa melhora pontual do desempenho dos alunos na aprendizagem de conceitos matemáticos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização deste projeto sobre a importância dos jogos para o ensino da matemática foi de extrema importância para aquisição de novas aprendizagens, pois

permitiu uma reflexão mais profunda sobre a necessidade de inovação nas práticas pedagógicas tradicionais.

Após a realização dos estudos realizados sobre o tema abordado e a revisão bibliográfica com base nos estudos de diversos autores, fica evidente que os jogos exercem uma influência positiva no processo de ensino aprendizagem dos alunos que estão no ensino fundamental, pois através da metodologia de resolução de problemas eles são levados a adquirir novos conhecimentos que podem ser usados e vivenciados em seu cotidiano.

Os jogos são um elemento a mais que auxilia no desenvolvimento do aluno em diversos aspectos, proporcionando a aprendizagem significativa de modo lúdico, mas sem perder o caráter objetivo do ensino formal. O jogo leva o aluno a testar diferentes possibilidades e superar os desafios que se impõe, aprendendo os conceitos matemáticos de maneira mais objetiva e completa.

Com esse projeto espera-se que os resultados sejam positivos quando da sua aplicação, proporcionando novas formas de ver o uso dos jogos como estratégia de ensino da matemática. Neste sentido com esse projeto professores e acadêmicos podem rever seus conceitos e inovar a prática pedagógica.

## REFERÊNCIAS

**BORIN, J. Jogos e resolução de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática.** 3.ed. São Paulo: IME/USP, 1998.

**BRASIL.** Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

**GANDRO, R.C. O conhecimento matemático e o uso de jogos na sala de aula.** Tese. Doutorado. Universidade de Campinas. Campinas: Unicamp, 2000.

**BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais.** Resolução CNE/CP nº 1, de 15/12/2006 para os cursos de Pedagogia. Brasília: MEC, 2006.

**RÊGO, R.G.; RÊGO, R.M. Matemática ativa.** João Pessoa: Universitária/UFPB, INEP, Comped: 2000.

**SMOLE, K.S.; DINIZ, M.I.; MILANI, E. Jogos de matemática do 6º ao 9º ano.** Cadernos do Mathema. Porto Alegre: Artmed 2007.

**STAREPRAVO, A.R. Jogos, desafios e descobertas: o jogo e a matemática no ensino fundamental, séries iniciais.** Curitiba: Renascer, 1999.



## Capítulo 4

# O PROFESSOR PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO NO COMBATE AO FRACASSO ESCOLAR

*Tatiane Farias Alves*

*Jeann Aparecida Ferreira da Costa*

*Andressa da Costa Tito*

*Fabiana Pontes Elias*

*Vanessa Cristina André Felicio*

# O PROFESSOR PEDAGOGO E SUA ATUAÇÃO NO COMBATE AO FRACASSO ESCOLAR

**Tatiane Farias Alves**

*Graduada em Pedagogia*

**Jeann Aparecida Ferreira da Costa**

*Graduada em Pedagogia*

**Andressa da Costa Tito**

*Graduada em Pedagogia*

**Fabiana Pontes Elias**

*Graduada em Pedagogia*

**Vanessa Cristina André Felicio**

*Graduada em Pedagogia*

## **RESUMO**

Buscamos desenvolver uma reflexão sobre pontos críticos que permeiam com um tema bastante atual, pois como a educação tem sofrido no decorrer dos anos uma inversão de valores, ele irá demonstrar que todos devem participar para que haja paz no âmbito escolar. Dentro da perspectiva deste projeto é possível que se possa compreender algumas questões importantíssimas que são elas: como lidar com alunos agressivos? Quais são as maiores causas de indisciplinas no âmbito escolar? O que contribui para o crescimento destes abusos causados pelos alunos? Portanto é necessário que se faça uma reflexão para identificar as respostas para essa problemática e que se possa amenizar ou solucionar na melhor maneira possível. Assim, pautamos nossas pesquisas em Documentos de Referências Nacionais e teóricos como Freire (1997) Fante (2005) Piaget (1975), entre outros.

**Palavras-chave:** Fracasso Escolar. Desenvolvimento cognitivo. Evasão.

## ABSTRACT

We seek to develop a reflection on critical points that permeate a very current theme, since education has suffered an inversion of values over the years, it will demonstrate that everyone must participate in order for there to be peace in the school environment. Within the perspective of this project, it is possible to understand some important questions, such as: how to deal with aggressive students? What are the main causes of indiscipline in the school environment? What contributes to the increase in abuse caused by students? Therefore, it is necessary to reflect on the answers to this problem and to alleviate or solve it in the best possible way. Thus, we base our research on National and Theoretical Reference Documents such as Freire (1997), Fante (2005), Piaget (1975), among others.

**Keywords:** School Failure. Cognitive Development. Dropout.

## INTRODUÇÃO

Atualmente os educadores sofrem com o desafio da indisciplina dentro das instituições de ensino, alguns dos alunos, acabam por não terem disciplina, desenvolvendo atitudes de desrespeitos e até agressões verbais e físicas cometidas contra os seus colegas de sala e professores. Alguns fatores contribuem para que haja evasão no espaço educativo, existem problemas socioeconômicos, problemas de discriminação, Bullying e também a indisciplina que é cometida no decorrer dos anos.

O texto tem por problematização o seguinte questionamento: Quais são as causas de evasão escolar e porque há tanta indisciplina nos espaços educativos? Alguns pais se julgam ocupados demais com os afazeres diários, e não se sentem obrigados a participarem da educação dos filhos na escola, dessa forma não só os seus filhos são prejudicados, pois a partir do momento em que eles se sentem solitários e perdidos dentro do espaço escolar, desenvolvem atitudes violentas e desrespeitosas na intenção de se protegerem ou até mesmo de chamarem atenção dos pais, como também os pais são prejudicados, quando os filhos sofrem advertências no espaço educativo, através das atitudes indisciplinares dos alunos, não só eles sofrem as consequências , mas todas as pessoas que convivem no seu círculo social.

A justificativa para a escolha dessa temática é trazer um maior entendimento sobre alguns fatores que contribuem para o índice de evasão no espaço educativo, bem como compreender algumas ações e estratégias que podem diminuir ou erradicar a evasão escolar. Dentre alguns destes aspectos estão questões que envolvem a participação da

família no processo de ensino e aprendizagem dos filhos, e também um fator bastante importante para diminuir os casos de indisciplina.

Neste sentido pode-se afirmar que este trabalho voltado para a indisciplina e evasão escolar, no entanto é fundamental o estudo para demonstrar que os educadores precisam saber lidar com vários tipos de situações de indisciplina para que possam desenvolver métodos, para combater o desrespeito dentro do ambiente escolar, transmitindo para os pais, o texto também aborda a importância da afetividade tanto no âmbito escolar quanto da família para se evitar que alunos saiam do espaço educativo e fiquem sem condições de buscar uma melhoria para seu crescimento intelectual e também para seu futuro profissional.

### **Dificultando o crescimento intelectual por causa da indisciplina**

É importante que o pai reconheça as necessidades especiais dos seus filhos, e tenha um olhar a tempo para sempre trabalhar em conjunto com o professor, e não deixar que a situação possa chegar a um estado crítico, ou seja, é importante participação constante entre o educador, a família e o Aluno.

Neste sentido o respeito que a família dá para o papel desenvolvido pela escola, é algo que contagia o ambiente familiar, pois ele demonstra que o educador tem o papel de transmitir os conhecimentos e assim fazer com que o seu filho venha crescer intelectualmente e como um cidadão de bem.

É de suma importância que se repense na educação que é dada aos filhos dentro dos lares, pois com valores distorcidos como os da atualidade, os educadores têm tido muito trabalho para educá-los da maneira correta. Sobre esse assunto, Lisboa (2006, p. 55) se manifesta, em linguagem contundente, afirmando:

Eis como você cria uma criança violenta: ignore-a, humilhe-a e provoque-a. Grite um bocado. Mostre sua desaprovação a tudo o que ela fizer. Encoraje-a a brigar com irmãos e irmãs. Brigue bastante, especialmente no sentido físico, com seu parceiro conjugal na frente da criança. Bata-lhe bastante. Eu adicionaria: ameace-a, castigue-a, engane-a, minta-lhe, seja permissivo, ensine-a que o mundo é dos ‘vivos’, vangloriando-se diante dela de atos dos quais deveria se envergonhar (...).

Neste contexto, deve ser ressaltado que uma educação baseada na falta de respeito, provoca desde pequeno, que a criança cresça e se torne um adulto que não respeita o seu

próximo, e pratique também as mesmas atitudes incorretas praticadas pelos seus pais. Este autor relaciona o egocentrismo infantil com o comportamento moral da criança:

O egocentrismo infantil, longe de constituir um comportamento anti-social, segue sempre ao lado do constrangimento adulto. O egocentrismo só é pré-social em relação à cooperação. É preciso distinguir, em todos os domínios, dois tipos de relações sociais: a coação e a cooperação, a primeira implicando um elemento de respeito unilateral, de autoridade, de prestígio; a segunda uma simples troca entre indivíduos iguais. [...] A coação alia-se ao egocentrismo infantil: é por isso que a criança não pode estabelecer um contato verdadeiramente recíproco com o adulto, porque fica fechada no seu eu. [...] No tocante às regras morais, a criança intencionalmente se submete, mais ou menos por completo, às regras prescritas. Mas estas, permanecendo, de qualquer forma, exteriores à consciência do indivíduo, não transformam verdadeiramente seu comportamento. É por isso que a criança considera a regra como sagrada, embora não a praticando na realidade. (PIAGET, 1997, p. 53)

A autora Fante (2005) explica, em sua obra, que existem alguns fatores que podem desencadear a manifestação de comportamentos agressivos no ambiente escolar, que são: fatores internos que dizem respeito ao clima escolar, relações interpessoais e características individuais, e fatores externos que englobam o contexto social, meios de comunicação e família. Ainda a respeito dessas características que muitas vezes fazem parte do cotidiano das crianças vejamos a importância de intervenções para se diminuir atitudes agressivas.

Alguns estudos como Ormeño (2004), Silva e Del Prette (2003), Silva (2006) e Luizzi (2006) demonstraram que uma das formas de mudar o comportamento agressivo das crianças é por meio de intervenções salientando um modelo positivo, de respeito e relacionamento afetuoso com as crianças, contrapondo-se às maneiras de se lidar com a agressão através de sanções ou punições de forma coercitiva no relacionamento professor-aluno.

As crianças que são agressivas com seus colegas são rapidamente rejeitadas, e os colegas passam a se comportar de maneira desconfiada, aumentando a probabilidade de reações agressivas, o que só é agravado com o manejo comportamental afetivo dos professores, que pouco encorajam os comportamentos positivos da criança, e punem excessivamente os comportamentos tidos como “indesejáveis”, podendo até expulsá-la da sala de aula.

Isto pode ocorrer porque crianças desobedientes e com comportamentos “indesejáveis” desenvolvem relacionamentos pobres com os professores e

consequentemente, recebem menos suporte dos mesmos. (SILVA e DEL PRETTE 2003, p. 96).

### **Indisciplina e a família**

O primeiro contato com o que é certo ou errado e com a educação a criança terá sob os cuidados de sua família, é óbvio. Porém, ainda hoje existem responsáveis que acreditam que toda a educação de seu filho deverá ser trabalho da escola, desde as coisas mais simples como o conhecimento de um "Obrigado!" Até os cálculos mais difíceis da geometria.

E esse pensamento, digamos egoísta e pequeno, torna a indisciplina um fator comum e diário. Pois se criança não foi ensinada a respeitar os próprios pais, por qual motivo ela respeitará um professor desconhecido anos mais tarde. Para De La Taille (1994, p.120) “se desde cedo a criança aprende que há limites a serem respeitados, aos poucos ela própria vai compreendendo que as regras são como contratos estipulados para que todas as partes sejam beneficiadas”.

O professor é a maior e melhor ferramenta de acréscimo intelectual na vida de um estudante durante todo o seu ciclo educacional, por esse motivo, o professor precisa saber lidar com cada aluno de maneira saudável e inteligente, assim como foi dito anteriormente. Segundo Paulo Freire (1996, p.96)

[...] o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma ‘cantiga de ninar’. Seus alunos cansam não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

E ainda na linha do pensamento de Para Freire (1996, p.73):

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca.

Porém, nem sempre essa marca deixada será boa. Mas com experiência, reflexão e alguns modos, são possíveis sim alcançar tal feito fazendo com que anos mais tarde tal aluno lembre-se de você não como um professor, rancoroso, mas como alguém que o

ensinou com amor e o ajudou a perceber e corrigir suas indisciplinas ainda na infância.

De acordo com Lopes (2005, p.45) diz que manter a disciplina é uma arte que poucos educadores dominam e que o autoritarismo, os gritos e o “já para a direção” não funcionam mais. Sendo assim, diante de alunos cada vez mais indisciplinados, muitos professores não sabem que estratégias de prevenção e/ou intervenção podem tomar frente a tal problemática.

Dessa maneira, foram selecionados abaixo alguns métodos alternativos que tem como objetivo a prevenção à indisciplina em sala de aula, segundo Vasconcellos. Inicialmente ele propõe a construção de uma postura comum entre educandos e educadores estabelecendo algumas regras na escola (o que não pode o que pode etc.).

Segundo o autor é interessante que haja atividades diversificadas para que haja uma maior concentração e envolvimento do aluno nas atividades propostas pelo professor do que permanecer sentado durante 4 a 5 horas ouvindo apenas o professor lecionando como se dessa maneira os alunos fossem ficar milagrosamente quietos. É necessário que seja feita atividades nas quais eles possam se divertir, mas também aprender.

### **Jogos na educação: um aliado para combater indisciplina**

Os jogos são aliados para combater a indisciplina e promover um ambiente agradável entre os alunos e educadores.

De acordo com o RCNEI:

Nas brincadeiras e jogos espontâneos a conversa também costuma estar presente. Ao lado desses momentos, é recomendável que o professor acolha as conversas também durante as atividades mais sistematizadas, tal como a realização de uma colagem, de um desenho, a redação de um texto ou leitura de um livro. Compartilhar com o outro suas dúvidas, expressar suas ansiedades, comunicar suas descobertas, são ações que favorecem a aprendizagem. A cooperação consolida-se como interação possível nesta faixa etária. Pode ser desenvolvida por meio de atividades em grupo em que cada criança desempenha um papel ou tarefa para a realização de um objetivo comum. O adulto pode auxiliar na distribuição das funções, mas o interessante é que as crianças adquiram progressiva autonomia para fazê-lo. Paralelamente a esse processo de divisão de tarefas para a integração em torno de um objetivo comum, as crianças desenvolvem o sentimento de pertencer a um grupo. Cuidar das relações que se criam entre os vários elementos que compõem o grupo deve ser uma preocupação do professor. (RCNEI, p.43, 1998)

De acordo com uma das definições de Huizinga (1999, p.33) para o fenômeno do jogo:

O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentido de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana”.

Ao tratarmos de jogos cooperativos, fazemos com que os alunos se divertem e se socializem, combatendo assim as agressões e a indisciplina. Pode-se dizer que a vantagem dos jogos cooperativos, é a participação de todos de forma que todos vencem e se divertem. Elas brincam uns com os outros ao invés de contra, eliminando o medo e a sensação de fracasso entre o grupo. Assim, os jogadores adquirem disciplina e reafirma a confiança despertando um valor em si mesmo como uma pessoa aceitável e digna (ORLICK, 1978).

Para Brotto (1999) é necessário que o ser humano aprenda a conviver em sociedade para aperfeiçoamento de suas habilidades. Desta forma, utilizam-se os jogos cooperativos como exercício de convivência, fazendo do jogo um meio extremamente rico para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, ainda assim apresentadas separadamente estas categorias estão correlacionadas e normalmente em uma mesma situação imposta pelo educador mais de uma categoria pode estar presente (BROTTO, 1999).

### **Jogos cooperativos**

No Brasil cada vez mais os jogos cooperativos estão sendo conhecidos, como um meio de melhorar as relações humanas em adultos, crianças, adolescentes e idosos (MARINHO et al., 2007). Os jogos cooperativos são ótimas ferramentas para serem utilizados em aulas de Educação Física, por meio destes muitos valores surgem em situações que envolvam a cooperação fazendo assim com que estas atividades se tornem importantes na formação do indivíduo enquanto pessoa e cidadão (SOLER, 2006). Para Brotto (1999) o ser humano necessita aperfeiçoar suas habilidades de se relacionar e aprender a viver uns com os outros ao invés de um contra os outros. De acordo com o PCNs:

Nos jogos, ao interagirem com os adversários, os alunos podem desenvolver o respeito mútuo, buscando participar de forma leal e não violenta. Confrontar-se com o resultado de um jogo e com a presença de um árbitro permitem a vivência e o desenvolvimento da capacidade de julgamento de justiça (e de injustiça). Principalmente nos jogos, em que é fundamental que se trabalhe em equipe, a solidariedade pode ser exercida e valorizada. Em relação à postura diante do adversário podem-se desenvolver atitudes de solidariedade e dignidade, nos momentos em que, por exemplo, quem ganha é capaz de não provocar e não humilhar, e quem perde pode reconhecer a vitória dos outros sem se sentir humilhado. (PCNs, 1998)

Os parâmetros curriculares nacionais descrevem que os jogos cooperativos e recreativos podem ser utilizados à cooperação e aceitação das funções atribuídas dentro do trabalho em equipe, o qual proporciona ao aluno, respeito ao limite pessoal e ao limite do outro, respeito à integridade física e moral do outro e a predisposição em cooperar com o colega ou grupo nas situações de aprendizagem (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998). De acordo com MENDES, PAIANO e FILGUEIRAS (2009), tiveram como objetivo verificar se os jogos cooperativos podem influenciar positivamente nas atitudes e no relacionamento de crianças do Ensino Fundamental.

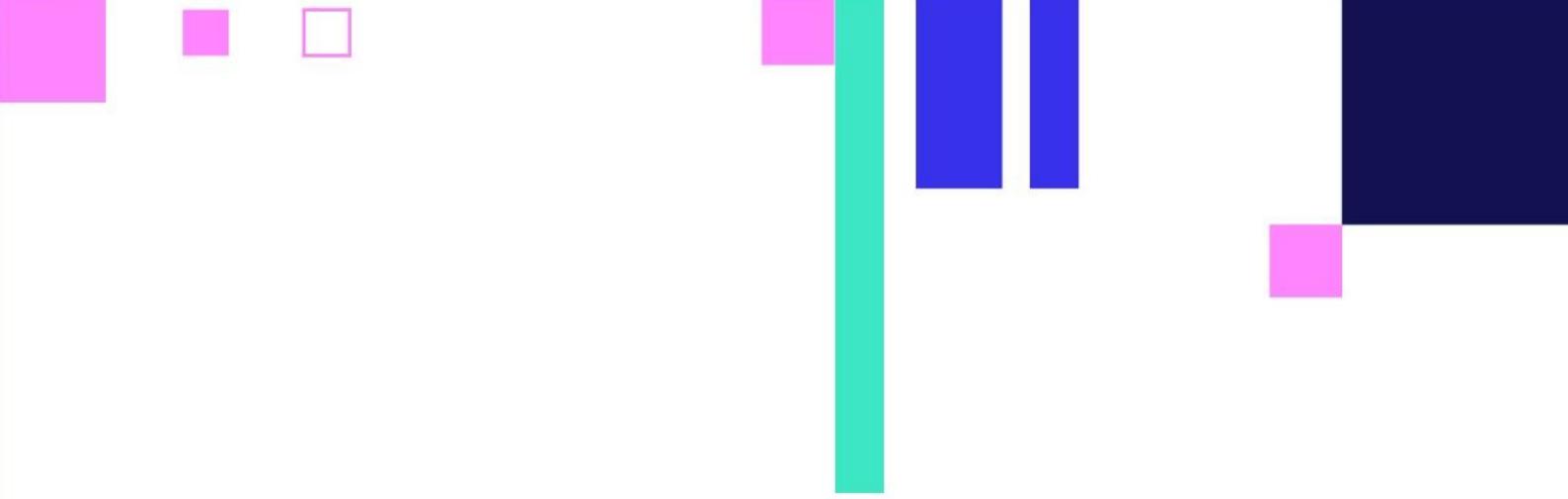
## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao escrever essas análises, foi possível chegar ao entendimento de que os profissionais da área da educação vêm enfrentando muitos problemas, no que se refere à indisciplina escolar. Portanto, através das pesquisas realizadas foi possível entender que é muito importante às relações de afetividade e harmonia devem ser inseridas no espaço educativo, no trabalho entre professores e alunos para promover um ambiente harmonioso em sala de aula.

O trabalho trouxe uma maior compreensão da importância dos pais, participarem da educação dos filhos e sempre ressaltar no ambiente familiar o respeito que os filhos devem ter com seus educadores e colegas de sala de aula. O embasamento teórico trouxe um aprendizado importantíssimo para a minha carreira profissional, pois demonstrou que os educadores sempre teremos desafios a serem enfrentados, e devem ser criativos para elaborar propostas pedagógicas diferenciadas, para trabalhar de maneira harmônica no espaço educativo.

## REFERÊNCIAS

- FANTE, C. Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2005.
- FREIRE, J. B. Educação de Corpo Inteiro – teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1997.
- FREIRE, J. B. O jogo entre o riso e o choro. Campinas, SP: Autores associados, 2002.
- FREIRE, J. B. Da escola para a vida. In: VENÂNCIO, S; FREIRE, J. B. (orgs.) O jogo dentro e fora da escola. Campinas, SP: Autores associados, 2005, p. 3-26.
- HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- KISHIMOTO, T. M. O jogo e a Educação Infantil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.
- LISBOA, A.M.J. A Primeira Infância e as raízes da Violência. Brasília: LGE Editora, 2006.
- ORMEÑO, G.I.R. Intervenção com crianças pré-escolares agressivas: suporte à escola e à família em ambiente natural. 2004. 88f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2004.
- PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- PRODÓCIMO, E. et al. Jogo e emoções: implicações nas aulas de Educação Física Escolar, Motriz, Rio Claro, v.13 n.2 p.128-136, abr./jun. 2007.
- SILVA, A.T.B.; DEL PRETTE, A. Problemas de comportamento: um panorama da área. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. ABPMC – Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental, São Paulo, v.5, n.2, p. 91-103, julho/dez, 2003.



## Capítulo 5

# METODOLOGIAS E MECANISMOS: SUAS INFLUÊNCIAS E ABORDAGENS NA LEITURA E ESCRITA

*Fábio José Brito dos Santos  
Fernanda Brito dos Santos*



# **METODOLOGIAS E MECANISMOS: SUAS INFLUÊNCIAS E ABORDAGENS NA LEITURA E ESCRITA**

**Fábio José Brito dos Santos**

*Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Quilombola paraense e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Mestre em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, E-mail: fabyosantos819@gmail.com*

**Fernanda Brito dos Santos**

*Mestranda em Etnodiversidade pela Universidade Federal do Pará – UFPA, quilombola paraense e bolsista da Coordenação Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Licenciada em Matemática pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA, e-mail: feffesanttos@gmail.com*

## **RESUMO**

O presente trabalho traz uma abordagem da leitura e escrita através de pilares que norteiam o processo de ensino aprendizagem como: currículo, metodologias, práticas e outras ações pedagógicas, atualmente a alfabetização vem inserindo outros conceitos a partir de outras possibilidades que surgiram, como a alfabetização digital, alfabetização mediática e até mesmo científica, no entanto, discutiremos o seu sentido mais tradicional, embora haja um diálogo com essas conceituações mencionadas. O objetivo geral do trabalho é discutir a alfabetização na perspectiva das práticas que influenciam diretamente a relação entre alunos e professores, tendo como foco os instrumentos coordenados entre ambas partes. Como metodologia adotou-se uma revisão bibliográfica, diante disso coletaram-se trabalhos disponíveis na plataforma Google Acadêmico. Por fim, conclui-se que as metodologias, mecanismos e currículos são parte estruturantes da alfabetização, isto é, da efetivação da leitura e escrita, dessa forma as técnicas utilizadas incluem vários aspectos que coordenam o processo alfabetizador, bem como, as matrizes curriculares que incluem as competências e princípios que desenvolvem a aplicação, na prática.

**Palavras-chave:** Leitura. Escrita. Metodologia. Escola.

## ABSTRACT

The present work brings an approach to reading and writing through pillars that guide the teaching-learning process such as: curriculum, methodologies, practices and other pedagogical actions, currently literacy has been inserting other concepts from other possibilities that have emerged, such as literacy digital, media and even scientific literacy, however, we will discuss its more traditional meaning, although there is a dialogue with these aforementioned concepts. The general objective of the work is to discuss literacy from the perspective of practices that directly influence the relationship between students and teachers, focusing on instruments coordinated between both parties. As a methodology, a bibliographic review was adopted, therefore works available on the Google Scholar platform were collected. Finally, it is concluded that the methodologies, mechanisms and curricula are a structuring part of literacy, that is, the implementation of reading and writing, thus the techniques used include several aspects that coordinate the literacy process, as well as the curricular matrices that include the skills and principles that develop application in practice.

**Keywords:** Reading. Writing. Methodology. School.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho faz uma discussão em relação à alfabetização e outros eixos cruciais que permeiam o ambiente escolar, tendo como perspectiva os mecanismos que docentes adotam em sala de aula, as metodologias de leitura e escrita são essenciais para os processos cognitivos e habilidades envolvidos no desenvolvimento escolar.

O objetivo da pesquisa é discutir a alfabetização na perspectiva das práticas que influenciam diretamente a relação entre alunos e professores, dessa forma, explanam-se outros fatores que são inseridos no contexto da sala de aula ou se aproximam desse encadeamento.

Quanto aos procedimentos metodológicos foram selecionados artigos, livros, ebooks e outras obras que discutem a temática, identificando possíveis fatores que agregam na teorização da alfabetização, abrangendo atores como: alunos, docentes, pais e até mesmos coordenadores pedagógicos.

Diante disso, citaremos os teóricos recrutados nesse estudo, tais como: Batista e Santos (2016); Bedin e Pino (2017); Dewey (1959); Failla (2016); Flores (2016); Freinet (1966); Geraldi (1966); Maciel e Lúcio (2008); Montessori (1965); Moraes e Pirola (2015); Morin (1998); Rousseau (1995); Soares (2013); Vygotsky (1991) e Zorzi (2015).

Ademais alguns documentos oficiais também foram inseridos na análise, sendo: Acre (2010); BNCC (2018) e Brasil (1998) e LDB (2013).

### **Curriculum, Abordagens, Alfabetização, Docência**

Em meios tantas invertidas, a educação formal que acontece dentro de sala de aula, necessita inteiramente da atuação trabalhada, com os seus mecanismo ou metodologia, essas concepções são as grandes responsáveis pelo processo de aquisição de ler e escrever; já com a ausência desses métodos que compõe o currículo; muitos impasses e dificuldades passam a ocorrer de forma corriqueira, justificando o resultado que a instituição educativa presencia atualmente, que em seus documentos oficiais é assegurado.

De acordo com a LDB (2013):

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e do educando (LDB, 2013, p. 19).

Como vimos, a lei de diretrizes bases da educação, em sua orientação se recomenda a diversificação da educação, ou melhor, critica a padronização vivenciada por muitos profissionais; uma grande contribuinte para essas relações são as características regionais, que devem ser olhada e respeitada nesse longo processo, as escolhas governamentais é a grande dominadora de todos aqueles que ali se incluem; que podem atingir uma sociedade fechada aos olhos da conscientização humana, a qual habita uma cadeia de informações favorecidas aos indivíduos que participam ativamente desta prática degastadora e influenciadora, que oprimem, humilham, pressionam e se posicionam desta cúpula.

De acordo Dewey (1959) a escola e docentes devem praticar:

Um currículo, que guarda as responsabilidades sociais da educação, deve apresentar situações cujos problemas são relevantes para a vida em sociedade e, em que usamos observações e conhecimento para desenvolver a inteireza e o interesse social (Dewey, 1959, p. 212).

Cientistas das ciências humanas impulsionam o professor com o currículo flexível, explicitando que a comunhão dos dois juntos é a saída das falhas do processo, colocando

ambos em um nível de atenção, mediados pelo mundo onde tudo ocorre, retratando a realidade que estabelece o ser humano como um ser inacabado e inconcluso, sempre necessitando de uma amparo e conhecimento adicional da sabedoria pedagógica, transformando o social em portas que possam se abrir frequentemente, visando a massa mais necessitada, se tornando mais introdutório, inclusivo, crítico e formador do seus próprios pensamento e opiniões próprias.

Desta forma, o aluno como ser humano social tem que conseguir sua mera compreensão de que sua vivência na sociedade é um papel de extrema importância para o melhoramento de seu ambiente como um aprendiz, que todos possuem um posto igualitário e de muita objetividade quando se tratamos da tão manipulação vivida e retratada em todos os seguimentos governamentais, mais ainda quando se dirige à educação e servidores públicos de uma determinada rede.

Contudo, voltando a alfabetização, o ato de ler e escrever têm passado por muitas metodologias e mecanismo, que ao longo da jornada pedagógica vem passando por brutas e equilibradas mudanças; só de imaginar o professor nos anos iniciais alfabetizando, pode-se repensar que Zorzi (2015) diz que se os ditos “normais” já não são nada fáceis aprender ler e escrever, agora se calcule para aqueles alunos que realmente apresentam problemas e distúrbios na aprendizagem.

O autor concretiza, que o exercício informativo é uma ideologia de aprendizagem bem momentaneamente, assim é implicada nas mais diversas capacidades do aluno; na amenização das dificuldades que tanto falamos e presenciamos é induzida essa capacidade, tão importante no momento da interpretação de textos que liberta a educação e traz essa nova concepção do mundo; o corpo discente da escola precisa dessa informação tão precisa e útil para o sistema de ensino-aprendizagem, independentemente onde e qual é implantado essas práxis pedagógicas, sempre se busca essa onda de conhecimento, tão vasta e sublime.

Nesta diversificação, conceituamos a aula prática, usando as mais distintas formas de leitura e contextos, podem gerar altos rendimentos na base da educação pensante de cada um, é uma nova tendência de alfabetizar com conscientização e informação.

Segundo a (BNCC, 2018, p. 72) reconstrói a reflexão que é necessário “relacionar o texto com suas condições de produção, seu contexto sócio – histórico de circulação e com projetos de dizer: leitor e leitura previstos, objetivos, pontos de vistas e perspectivas”.

O documento afirma, que as produções transmitidas pelos educadores têm grande relevância, principalmente visto como uma nova forma de mudança, numa sociedade tão opressora e sugadora, na qual o sistema escolar sofre com tratamentos reféns, de velhas e ultrapassadas metodologias, sendo que, só a comunhão ou união dessas ideias revolucionam de forma expressiva.

Com isso, na maioria das vezes todas as esferas vêm se confrontando internamente, que podem causar conflitos pedagógicos, atingindo maiormente, cuja escolas que lutam por um futuro mais acolhedor e próspero para aqueles que ali se constituem, isso se encaixa quando o autor acima se refere em “limitações”, logo depois, dificilmente acontece essa tal informação, para que todos tenham plena convicção dos acontecimentos de ambas partes. Conhecer os indivíduos que realmente têm dificuldades comprovadas, não é uma tarefa fácil e simples, é necessária uma identificação árdua, isso para os professores pode se tratar de algo praticamente impossível, já que os alunos precisam de uma atenção maior quando portam essa peculiaridade, similarmente quando se trata das competências discursivas.

Conforme o Ministério da Educação (1998):

A competência discursiva para falar, escutar, ler e escrever nas diversas situações de interação. Em decorrência disso, os conteúdos de Língua Portuguesa articulam-se em torno de dois eixos básicos: o uso da língua oral e escrita, e a reflexão sobre a língua e a linguagem (Brasil, 1998, p. 34).

O Ministério da Educação discrimina os eixos básicos da língua portuguesa, isso dar-se pelas quais principais vertentes que a compõe; ler e escrever são a base de todo esse procedimento que articula a alfabetização, também a discussão de si trabalhar na escola. O ser humano é um formador de ideias próprias, isso sempre é sabido, ensina, aprende e repassa seus conhecimentos adquiridos ou implantados, o que o educador não pode forçar são reflexões negativas de decorrência, que podem atingir bruscamente o pedagógico e o sensor motor do aluno, professores têm que somarem com a base dos indivíduos que ali se incluem, mas jamais transmitir a distinção, podendo considerar uma grave ação envolvendo a aprendizagem motora dos discentes, sendo que “a função educativa não está de modo algum confinada às paredes da escola” (Freinet, 1966, p. 296).

O autor compartilha a não proliferação de uma função educativa fechada, com referência de leitura da palavra de um lado e escrita do outro; ou seja, deixando duas situações presentes bem distante uma da outra na questão de ensino-aprendizagem,

porquanto essas práticas de conversão de valores sejam revistos, que também os mecanismos tradicionais foram criticados, mas de forma neutra e criteriosa, que não possa invadir o real sentido de liberdade de ninguém, em nenhum aspecto, muito menos em setores público; mas sim conhecendo quem é quem, neste conturbado processo social, essa citação nos dá boas percepções quando tratamos das escolas pesquisadas, pois elas abrangem um imenso conhecimento cultural e sócio comum.

Saber lidar na escola com novas práxis que venha agregar a forma de o aluno ler e consequentemente a de escrever é uma atitude que vale ser exaltada e expandida, pois é na base dos anos do ensino fundamental que a criança vai construindo seu sistema cognitivo, com isso o mesmo terá a compreensão que vale a pena estudar, e que no meio em que vivemos é suma eficiência saber corretamente não só ler, mas compreender e usar o conhecimento para preencher os campos de informação.

Nesse campo de complexidade, professores necessitam da construção de um novo método de aprender, podemos levar em consideração a educação inovadora que tanto proporcionou uma diversidade de conhecimento para o campo da educação, que há anos constrangia-se, a qual “viabilizar o diálogo entre os mesmos, a escolas e os estudantes, pois cada vez mais cresce a necessidade de desenvolver trabalhos contextualizados a realidade local” (Bedin; Pino, 2017, p. 41).

Com a citação acima, observou a colocação oriundos da aprendizagem que transfigura a comunidade regional e suas culturas, ou melhor, o educador tem que ter a noções que das tipicidades local formadas muito antes dos indivíduos ingressarem no âmbito escolar, sendo assim o educando já começa a formar suas viabilizações de pensamento muito antes do que imaginamos, diante disso, a escola como transformadora irá aprimorar essas ideias alimentadas no passado mentalmente, e vivente no meio social.

A transformação social da educação está gerando muitas mudanças, reestruturações que estão surgindo a cada momento, e a escola, procura estar atenta para acompanhar essa evolução presentemente no cotidiano de nossas crianças.

De acordo com o pensador citado; a questão fundamental não é somente a inovação, mas o tipo de relação estabelecida entre essas correlações de costumes e culturas, as quais transformações que nela se operam com o passar dos anos. Podendo haver às vezes a expectativa de que os mecanismos junto com o educador resolvam aquilo que a escola não se vê em condições de resolver, mas por outras, há demandas ilegítimas de parte a parte.

O mais importante é que a escola assuma a sua responsabilidade pelo aluno, a qual nenhuma instituição substitui a outra, mas que se unem forças em prol de pessoas em comum. O pensamento de Morin (1998) relaciona que sejam articulados saberes disciplinares variados na escola, para que o aluno tenha uma compreensão ao todo das aquisições pertinentes.

O que surpreende-se é essa compreensão que nem sempre é diversificada, buscando a leitura com a escrita de tudo àquilo que lhe ache interrogatório, as funções e os valores e condutas dos objetos culturais e históricos de suma importância para a construção do saber implantado, criado por cada ser que ali habita; isso pode nos deixar uma incógnita de quais os caminhos essa inteligência popular vem surgindo, seja ela contribuinte ou até mesmo não, num bom cenário respeitador e tolerante das ideias divergentes individuais. Por fim, o pensamento nos dá certeza que a leitura é uma ação ampla dos educandos, se dando antes mesmo de conhecer a sala de aula, começando de primeiramente lendo ao seu redor, contendo na imaginação e compreensão, nas quais, a criança começa dando seus primeiros sentidos cognitivos e sensoriais.

Entre muitos e outros anseios, que qualquer organização tende a avançar e obter, os âmbitos educacionais procuram a se revitalizar de acordo com o tempo vivente e “Se a escola quisesse ser bem-sucedida [...] poderia proporcionar a maior diversidade possível de interações: é delas que a criança extrairá diferentes regras de uso da linguagem, porque diferentes são as instâncias” (Geraldi, 1996, p. 41).

Podemos refletir, que o autor elabora seu pensamento englobando tudo que circula na facilitação da aprendizagem dos alunos, isto é, permitindo a entrada do conhecimento a fácil acesso e assimilação, usando e usufruindo desses mecanismos e métodos de ensinar e aprender, tornado tudo mais acessível e inspirador.

Os mecanismos de uma escola facilitadora são pontos de sustentação para o desenvolvimento do ser humano, sendo necessária a harmonia, o envolvimento e o diálogo, conseguinte para fortalecer essa parceria significativa em busca de uma educação de qualidade. Essa aproximação da consciência e escola contemporânea tem uma importância relevante na identificação de deficiência que possa existir no aluno, essa sintonia é fundamental para que haja diálogo entre pessoas, que almejam sempre o melhor para seus filhos e alunos.

A família também precisa manter um diálogo amigável com seus filhos, saber o que está vivenciando na escola, refletindo juntos sobre os erros e acertos e procurar soluções, sabendo ouvir um ao outro com humildade.

Na escola, o diálogo é fundamental, para que haja entendimento sobre as diversidades encontradas. Cada docente tem uma maneira de ensinar e cada aluno de aprender dentro de suas regras, se não houver esse diálogo, essa troca de experiências não há aprendizado. É viável que “o espírito destas regras é dar às crianças mais verdadeira liberdade e menos domínio, deixar que façam mais por si mesmas e exijam menos dos outros” (Rousseau, 1995, p. 55).

A liberdade de comunicação é uma ferramenta relevante para uma convivência saudável, mantendo aproximação e promove sentimentos de igualdade e influência na maneira de viver de cada pessoa. Tendo um olhar mais direto no conteúdo autoral, realmente deixa explícito que o professor é também um inventor de metodologias mecanizadas pedagógicas, as quais, venham facilitar o aluno como aprendiz, trazendo novas ideias e laços de avanços, mas sem esse espírito comunicativo e até mesmo de uma informação vinda de um segmento da educação do órgão em que se enquadra; esse educador talvez passe despercebido as veracidade que muito podia colaborar no seu trabalho e melhorar a aprendizagem de seus alunos, ou melhor, é uma ação preocupante.

Em qualquer que seguimento que seja, o intuito é sempre buscar o bem-estar e a melhoria daqueles que ali se compõe, em dentro de sala de aula é viável que tenha “a relação teoria/prática é a base para que não haja a idealização de uma escola que, muitas vezes, é percebida como distante da realidade dos problemas sociais que permeiam a rotina escolar” (Batista, Santos, 2016, p. 201).

Conduzido pela visão do autor, nos relaciona que é perceptível que o princípio da alfabetização é igualado a uma aliança com os teóricos metodológicos, está baseado na construção de uma sociedade educativa mais ampla com conhecimento próprio e não deixando de lado suas peculiaridades de onde habitam, seja ela socialmente e internamente.

Cada professor tem a capacidade de estimular a criatividade de seus alunos, de formá-los a fim de superar conflitos por meio do diálogo, estabelecendo um elo com a família tornando-se fortalecidos e preparados para as dificuldades da vida.

A escola como mediadora da educação é uma grande responsável pela transformação e reformulação desses estímulos pensantes; porém percebe-se que a

transformação escolar tem um mesmo objetivo em relação à educação das crianças e adolescentes, mas ainda essas duas instituições, nem sempre estabelecem de forma ativa, esse laço de união de extrema necessidade para o bom desenvolvimento do ser humano, com dedicação, cooperação, cumplicidade e amor, o qual deve prevalecer na vida de muitas crianças e adolescentes que tanto almejam uma educação mais humanizada, ao ponto de vista da minoria oprimida e desgastada, na qual há todo um envolvimento associativo que circula em muitas concepções externas.

É incrível que o relato do autor é um apego a teoria e prática, que pode ser ainda muito distante de escolas contemporâneas, o mesmo nos diz que noções de ensinar só tem bons êxitos quando aquele possui um engajamento ligado as práticas sociais que afligem aquela ideia de reverter a realidade.

O conhecimento científico sempre vai dar suportes a profissionais que queiram favorecer sua clientela, mesmo que as vezes seja um pouco limitado na visão do que vivenciasse dentro do mercado ativo de trabalho, enquanto ao professor, ele carrega consigo um comprometimento ainda mais amplo e maior, pois ele não só trabalha com o presente, mas fundamentalmente com o futuro de uma nação esperançosa.

Conforme a Secretaria de Educação do Acre (2010):

Do ponto de vista pedagógico, o desafio, portanto, é propor boas situações de ensino e aprendizagem, ou seja, situações que de fato levem em conta as hipóteses e os conhecimentos prévios dos alunos sobre o que pretendemos que eles aprendam e que lhes coloquem novos desafios (Acre, 2010, p. 6).

É com essa concepção que todos os segmentos escolares se firmem na reinvenção para progredir cada vez mais, pois é a relação de aluno e professor que se muda a sociedade tão manipulada, educadores e educando devem se estabelecer numa parede de entrelaçamento, uma vez que, a educação é uma porta detentora da conscientização e liberdade dessa pedagogia de transformadora.

A tendência rejeitada é uma prática que se alastrá completamente em nossos meios públicos, afetando o ensino-aprendizagem diretamente, neste sentido o professor media feito um objeto sujeitado, como também explorado.

As ideologias progressistas embasam-se concretamente com a lida dessa situação comum, interligando o professor e o aluno num vínculo mais próximo e aconchegado, pois essa interação que ambos irão mediar o mundo como uma forma de conquista e

superação, por quanto as más práticas mesmo sendo poupada, estarão presentes em qualquer ambiente, seja ela pública ou particularizada.

O diálogo é o principal eixo que contribui para essa nova visão articulada, interpolando esse novo planejamento associado aos estabelecidos vindouros do poder público; comumente com a contextualização do “Ser Mais”, que respalda todos como uma força ativa e potencializada, objetivando-se aos grandes determinados, que essas minorias imponham sobre a maioria, que justamente é o mais atingido e sofrido, executando ideologias alheias e propositais, que podem gerar dificuldades e desigualdades, seja ela de aprendizado ou conservadas da base comum.

O que talvez possa ocorrer é indivíduos preocupados e defendendo outros fatores, deixando de lado o coletivo. O essencial é que todos tenham o ponto de vista mais desafiador, que o próprio autor cita acima, com isso é sempre bom salientar que a educação é para todos e com todos, com qualidade, extensiva e principalmente apartidária.

Levar e conduzir conhecimento com êxito é uma praticidade pedagógica, em que todos se sintam como consumidores de conhecimento, pois nos anos iniciais do fundamental esse trajeto é entrelaçado com muito esforço, procurando sempre alfabetizar e solucionar a quem precisa.

Segundo Moraes e Pirola (2015) afirmam:

[...] as atividades realizadas nas aulas tenham, na medida do possível e do interesse das crianças, vínculos com situações *reais*. [...] é importante que tais atividades contribuam para a compreensão dos diversos fenômenos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais e venham a contribuir para a formação da cidadania dessas crianças (Moraes; Pirola, 2015, p. 63).

O autor nos dá determinante, que influenciam os fenômenos na ajuda da compreensão dessa nova educação; sabemos que ultimamente precisamos tomar novos rumos, pois o sistema de educar requer muitos requisitos que são vistos como diferenciais: distância, isolamento, carência de materiais didáticos, capacitação e qualificação dos educadores e principalmente os projetos pedagógicos que a escola desenvolve; todos esses citados é um vínculo real.

Todas as vertentes apontam as direções cabíveis a questões pedagógicas, todos os segmentos como: alunos, professores e famílias devem tomar suas opiniões favoráveis a si mesmo, relevantemente na clareza de uma educação mais justa e igualitária; se

libertando das camadas dos mais favorecidos, que em compensação é oriundo de um turbilhão de problematizações que são enfrentados socialmente em todas as esferas públicas, vivenciando e pondo obstáculos aos indivíduos de exercem sua cidadania.

Assim é perceptível as contradições da educação, os mesmos que dão a linha para a opressão são os próprios que se lamentam e repudiam mais tarde, essa conscientização dos corpos discentes e docente escolar vem por meio também da posição do professor em sala de aula, esclarecendo o que há de se melhorar e amenizar quando se trata desse sistema.

A educação ainda deve ser muito desvendada nessas escolas, quando se tratamos de muitos mecanismos que às vezes pode nem chegar. Isso nos dá a certeza de que muito há de se avançar, pois a facilitação de conhecimentos é uma chave de rota mais lucrativa e de organização, gestar, administrar e ensinar são ações decisivas.

Os alunos são meros inocentes de uma formação, que é primordialmente um campo de repasses de teorias e práticas que se juntando é a composição infalível para o sucesso no processo de alfabetização. Segundo Soares (2013) afirma:

O processo de alfabetização deve levar a aprendizagem não de uma mera tradução do oral para o escrito, e deste para aquele, mas à aprendizagem de uma peculiar e muitas vezes idiossincrática relação fonemas - grafemas, de outro código que tem, em relação ao código oral, especificidade morfológica e sintática, autonomia de articulação do texto e estratégias próprias de expressão/compreensão (Soares, 2013, p. 16).

Diante da citação, analisa-se que ser ausente em relação às articulações é a falta de informação adequada, cada aluno traduz suas autonomias, suas expressões e compreensões são códigos articulados.

Essas articulações nem sempre são consideradas, retratando-se com a relação dos códigos existentes em sala de aulas, nestes casos se torna muito comum a distorção de conhecimentos para muitos indivíduos, em várias situações é perceptível que os fonemas e grafemas são totalmente particularizados a língua, que é uma obrigação na leitura, tornando um conhecimento primário. Os grupos escolares que já exercem passam por essa etapa, neste caso metodologias se fundamentam também no diagnóstico do professor.

Sobre a observação do diagnóstico Montessori (1965) afirma:

O método de observação há de se fundamentar-se sobre uma só base: a liberdade de expressão que permite às crianças revelar-nos suas

qualidades e necessidades que permaneciam ocultas ou recalcadas num ambiente infenso à atividade espontânea (Montessori, 1965, p. 42).

É gratificante quando se há essa identificação na escola, o que parte do docente e contribui no decorrer do processo de ensino aprendizagem, acredita-se que o professor estará atento aos problemas que ocorrem, tanto no que se refere à aprendizagem, assim como, a conduta.

Quando há entrosamento entre todos os corpos discentes e docentes responsáveis pelo avanço escolar, consequentemente surgirão mudanças positivas, afinal toda ação gera reação, sendo que na educação há peculiaridades ainda maiores, bons projetos atraem bons rendimentos, más condutas atraem péssimos resultados, reiterando a fala do autor, refletimos a inadequação do ensino-aprendizagem, ou seja, imprópria para o que a escola enfrenta, sendo que essas metodologias devem estar embasadas com cada sistema, que a mesma vem enfrentando no seu dia a dia. O que diferencialmente em que cada situação deve ser amenizada com uma carga distinta, para obter o êxito do encorajamento do indivíduo que se preocupa com o saber, estruturado e inclusivo, sendo viável qualquer expressão de interesse.

É sugerido que criar e inovar o modelo de alfabetização, seja colocado de forma em que os alunos se sintam estimulados ao conhecimento, quebrando e rompendo barreiras, e que todos consigam sensibilizar que “Ler melhor implica ler mais, muito mais, e, não evitar ler, como comumente fazem as pessoas que têm dificuldades de leitura” (Flores, 2016, p. 22).

A leitura deve ser enxergada como um meio libertador, não como opressor, na qual todos educadores devem puncioná-los na formação acadêmica de nossos educandos, como o principal mediador do mundo atual, trazendo para a sala de aula o compromisso de conscientização.

A finalidade de metas e do mecanismo escolarizado é totalmente diferenciada das metas do ser humano com sua visão positivista, podendo danificar a educação que almejamos, as vezes a educação é uma barreira para outros interesses, pois os mesmos alfabetizados desconhecem os erros em geral: escolar, familiar e principalmente o governamental que é a base de onde se inicia o processo de construção social, seja ela institucional ou não, mas o que importa nessa ação é a educação, pois é com ela que se dá a porta de entrada para a formação do ser pensante.

Na formação, a falta de leitura pode gerar a desigualdade, que é um instrumento resultante de uma educação muito privada e para poucos, manipulada e camouflada pelos próprios profissionais que atuam nessa área, a democracia de aprendizagem e o direito de todos aprenderem dignamente é uma arma ainda restrita pelas mãos de poucos, mas atingido negativamente uma imensa parcela de pessoas dependente destas necessidades do bem comum, que justamente é a educação pública para todos, muitos âmbitos escolares podem ser uma amostra de como o sistema público de educação é retratado, com as atribuições vindouras dessa estrutura política e governamental.

O que podemos perceber, voltado para a citação, afirmando-se que quanto mais se ler, menos dificuldades o aluno encontra, analisamos uma grande diferença existente, com casos de quem ler muito e quem evita a leitura, pois as normas e regras são bem mais claras e trabalhadas quando se tem a prática.

É de muito convívio real quando o indivíduo tem apego a livros ou qualquer outro instrumento que exercita a alfabetização, pois é muito gratificante quando ele tende a construir um texto e até mesmo executar uma boa leitura mais acentuada e com presença de público e em sala de aula.

Segundo Maciel e Lúcio (2008) afirmam:

Daí a importância de se perceber a sala de aula como um espaço que possa promover tanto o domínio das capacidades específicas da alfabetização, quanto o domínio de conhecimentos e atitudes fundamentais envolvidos nos diversos usos da leitura e da escrita (Maciel; Lucio, 2008, p. 17).

Pesquisamos e colocamos esse pensamento tão realista, indo direto aos olhos crítico desse processo tão presente, que deixa explícito as necessidades escolares, que o domínio de promoção das capacidades podem evitar inúmeras culpas vindo do sistema interno da escola, é notório que se formos fazer uma avaliação no geral, muitos de todos os fatores que engloba os diversos usos da leitura, poderá ser visto que talvez venha se partindo das esferas públicas; introduzindo uma chamada de “mitos” que se escondem em muitos questionários, pesquisas e avaliações que se dizem unicamente em busca de melhorias, como também muito comum a falta de percepção da realidade encontrada.

As comunidades escolares não podem se deixarem possuírem com uma ligação articulada, pois com isso pode se tornarem um obstáculo para todos, há de vir esforços nesta parede de relações diretas e principalmente indiretas com todos seus iguais.

Na verdade a ausência dos fundamentos envolvidos com os alunos, que é o alvo das maiorias das pesquisas realizadas, viabilizasse que seja uma contribuição para a realidade do ensino-aprendizagem, o mesmo pode ser rompido com o caráter pedagógico, analisado pelos educadores como uma chave de conquista para todo um trabalho conjunto, que é uma das grandes possibilidades de desvendar as verdades que circulam presencialmente, mas muito mascaradas aos olhos sociais e verídicos; aluno e professor são relações concretas e únicas de todas as integrações educativas, a qual é indispensável na objetividade da valorização ética social.

Quando é tratada a forma pensante acima, é comum que venha surgindo também uma falta de informação constante, que acaba trazendo outros itens não existentes, que também, venha somar nas diversas necessidades que a escola já possui, por fim, são fatos tumultuados, o essencial é que o espaço seja um palco de reprodução de conhecimento, em que oportuniza-se todos os discentes, vivenciando a coletividade produtiva, através de reflexões e elaborações de habilidades que usem e dominem ferramentas desenvolvidas. Na concepção de Vygotsky (1991) a criança não se resume apenas como ativa, mais principalmente como interativa, nas relações de aprendizagem social e interpessoal.

Em qualquer construção social de conhecimentos relacionados ao seres humanos, é concretizada na presença da família como um alicerce positivo ou negativo, pois é com ele que as crianças têm os primeiros contatos, aprendendo os princípios básicos da vida, com isso é verídico que seja explícito como cita o autor Failla (2016) que “o potencial de influenciar o hábito de leitura dos filhos está correlacionado à escolaridade dos pais – filhos de pais analfabetos e sem escolaridade tendem a serem menos leitores que filhos de pais com escolaridade” (Failla, 2016, p. 35).

As informações mais científicas, geralmente estão presentes nas escolas e academias, mas o conhecimento é ligado a família, de qualquer localidade do meio em que vivenciamos; muitas das famílias podem não ter o conhecimento mínimo do que são suas correlações com o mesmo, na qual sabem ou não a lida desses fatores tão encontrados na escola, muita das vezes podem faltar até esse senso de conhecimento com os próprios professores.

Neste ponto que o autor cita, é de suma importância, pois a participação familiar que obtém papel na construção de informações, é uma tarefa que serão transmitidos para criança, é na intimidade que se sustenta pontos de sensibilidade na formação do educando

humanizado, responsabilizando sua conduta ética, fortalecida com essa parceria inevitável.

É perceptível que a relação família e escola, se referem há uma moeda que gera muitas transformações, ou seja, a falta de disciplina que é uma responsabilidade também da família, é que vai resultar em muitos itens, que vem de uma situação espontânea, a qual vai surgindo muitos anseios e promoções que são tão presentes.

Encontrar pais analfabetos em um país que carrega índices consideravelmente altos comparado a países desenvolvidos, é comumente normal para a realidade brasileira, quando se trata de educação do campo é muito mais notável. A escola tem que se planejar para prever essas situações em que envolve muitos aspectos da família e que se associa muito com as relações da educação, que deste modo, também começa em casa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante disso, este trabalho foi uma breve revisão de como a leitura com a escrita estão condicionadas a outros fatores que são essenciais na construção do processo educacional, não se resumindo apenas aos tradicionais conceitos de alfabetização, desse modo, debater sobre os processos de aprendizagem vai muito além dos parâmetros mais causais.

Discutir as formas de aprendizagem é contemplar a escola em sua base, trazendo análises importantes para professores, coordenadores e demais profissionais que atuam em sala de aula, bem com, as metodologias e estratégias que são ofertadas ao atendimento escolar.

Em síntese a pesquisa foi apenas uma partitura das inúmeras problematizações que circulam a escola e as práticas escolares, dado que, incluir novas práticas e ressignificar as concepções de leitura e escrita são imprescindíveis na concretização de caminhos mais viáveis.

## **REFERÊNCIAS**

**ACRE. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental:** Língua Portuguesa. Caderno 1.Rio Branco: SEE-AC, 2010.

BATISTA, Maria Luíza; SANTOS, Eliane Aparecida Galvão dos. **A construção da leitura e da escrita pela criança:** contribuições do PIBID. Revista Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 17, n. 2, p. 197-216, 2016.

BEDIN, Everton; PINO, José Claudio del. **Desempenho pedagógico:** a emersão da interdisciplinaridade na educação básica à luz da reestruturação curricular. Revista Signos, Lajeado/RS, n. 1, p. 24-43, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa:** Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASÍLIA. Lei nº 9.394 **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** de 20 de dezembro de 1996. Atualizada em 8/5/2013. Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, Brasília, 2013.

DEWEY, John. **Democracia e educação.** Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3º Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FAILLA, Zoara. (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 4.** Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FLÓRES, OniciC.(Org.). **Ensinando a ler e a escrever:** o português brasileiro, seus princípios fonológicos e os vínculos entre fala, escuta, leitura e escrita. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2016.

FREINET, C. **Pedagogia do Bom Senso.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

GERALDI, J W. **Linguagem e ensino:** exercício de militância e divulgação. São Paulo: Mercado das Letras: Associação de leitura do Brasil, 1996.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; LÚCIO, Iara Silva. **Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática.** In: CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Izabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2008. p: 13 – 33.

MORAES, Mara Sueli Simão; PIROLA, Nelson Antônio. **Atitudes positivas em relação à Matemática.** Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Alfabetização matemática na perspectiva do letramento. Caderno 07/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional – Brasília: MEC, SEB, 2015.

MONTESSORI, M. **Pedagogia Científica:** a descoberta da criança. São Paulo. Flamboyant, 1965. 309 p.

MORIN, E. **Ciência com Consciência.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Berhand, 1998.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martin Fontes, 1995.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2013.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 4<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZORZI, J. L.; CIASCA, S. M. **Questões para reflexão do fonoaudiólogo educacional frente aos desafios para ensinar a ler e escrever**. In: QUEIROGA, Bianca Arruda Manchester de (Org.). Fonoaudiologia educacional: reflexões e relatos de experiências. Brasília, DF: Kiron, 2015



**Capítulo 6**  
**O USO DA MÚSICA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA DE**  
**ENSINO**

*Maria Rita Scarpassi  
Luana Silva Marcacine  
Neli Hoffmann  
Franttieli Correa Pereira  
Marilza Maila  
Edna Regina da Silva Artioli*

# O USO DA MÚSICA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA DE ENSINO

***Maria Rita Scarpassi***

*Graduada em Pedagogia*

***Luana Silva Marcacine***

*Graduada em Pedagogia*

***Neli Hoffmann***

*Graduada em Pedagogia*

***Franttieli Correa Pereira***

*Graduada em Pedagogia*

***Marilza Maila***

*Graduada em Pedagogia*

***Edna Regina da Silva Artioli***

*Graduada em Pedagogia*

## **RESUMO**

Este trabalho traz uma análise direta da aplicação da música como atividade pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental. Buscamos com nosso artigo, elucidar diversas pesquisas científicas e observação de vídeo aulas, onde foi possível chegar à compreensão de que a música é uma ferramenta indispensável para a evolução e desenvolvimento educacional. Incorporar música na educação permite que os professores se envolvam de forma mais dinâmica e interativa com os alunos, facilitando uma experiência de ensino e aprendizagem mais agradável e criativa à medida que eles exploram as descobertas dessa fase. Pois através da música várias áreas do cérebro são trabalhadas, potencializando o desenvolvimento humano. Desse modo, com a perspectiva de ir além daquilo que já é apresentado na educação infantil,

propomos e vemos como fundamental a inclusão dessa metodologia para as atividades dos anos iniciais. Para pautar nossas pesquisas, utilizamos alguns teóricos como PAZ (2000), ROSA (1990), PENNA (2008) e BRÉSCIA (2003).

**Palavras-chave:** Música. Ensino. Lúdico.

### **ABSTRACT**

This paper provides a direct analysis of the application of music as a pedagogical activity in the early years of elementary school. Our article seeks to elucidate several scientific studies and observation of video classes, which allowed us to understand that music is an indispensable tool for educational evolution and development. Incorporating music into education allows teachers to engage with students in a more dynamic and interactive way, facilitating a more enjoyable and creative teaching and learning experience as they explore the discoveries of this phase. Through music, several areas of the brain are worked, enhancing human development. Thus, with the perspective of going beyond what is already presented in early childhood education, we propose and see as fundamental the inclusion of this methodology for activities in the early years. To guide our research, we used some theorists such as PAZ (2000), ROSA (1990), PENNA (2008) and BRÉSCIA (2003).

**Keywords:** Music. Teaching. Playful.

## **INTRODUÇÃO**

Através de pesquisas científicas podemos compreender que a música faz parte da vida das crianças desde muito cedo, portanto existe uma maior facilidade na compreensão de conteúdos transmitidos através de músicas e sons que estimulam o desenvolvimento dos alunos. Cujo tema é: Musicalidade nos anos iniciais.

A justificativa desse projeto se dá por entender que a música tem papel importante na educação das crianças e formação de cidadãos críticos, pois ela é uma fonte essencial para o desenvolvimento dos seres humanos, sendo assim ela auxilia no despertar de habilidades criativas, levando os alunos a desenvolver a sua criatividade, para que eles possam criar e inovar sempre que se deparar com um desafio. A musicalidade oferece uma ampliação de várias áreas da linguagem e do cérebro, potencializando o aperfeiçoamento da sensibilidade e da concentração.

Nesse sentido podemos dizer que é essencial que os professores busquem sempre desenvolver projetos voltados para essa temática, a fim de alcançar cada vez mais alunos, buscando a capacitação para transmitir o conhecimento e uma educação de qualidade. O

processo de desenvolvimento será realizado durante uma semana, onde todas as atividades serão voltadas para o ensino com a musicalidade, onde terá a participação de professores e alunos, e convidados.

A avaliação será feita continuamente durante todas as atividades, onde será avaliado o desenvolvimento e interesse dos alunos pela temática e pela metodologia aplicada. O referencial teórico servirá para dar embasamento teórico, onde a contribuição de diversos autores será essencial para a eficácia desse projeto.

### **A música e suas linguagens: uma nova construção**

A música é uma linguagem, traduzida em formas sonoras, que são capazes de expressar e desenvolver a comunicação através de sentimentos, sensações e pensamentos, por meio do relacionamento expressivo do silêncio e o som.

A música se faz presente em várias ocasiões, em comemorações, festas, rituais religiosos entre outros. Faz parte da educação, ao longo dos anos a música veio se tornando fundamental na formação de alunos, juntamente com a filosofia e matemática.

É importante ressaltar, que a musicalidade dentro da educação faz ligação entre os aspectos afetivos, sensíveis, cognitivos e estéticos, promovendo também uma comunicação social e interação. A linguagem musical é considerada uma forma importante da expressão humana, que justifica por si só a sua significância dentro da educação, principalmente na educação infantil.

De acordo com RCNEI (VOL3):

A música no contexto da educação infantil vem, ao longo de sua história, atendendo a vários objetivos, alguns dos quais alheios às questões próprias dessa linguagem. Tem sido em muitos casos, suporte para atender a vários propósitos, como a formação de hábitos, atitudes e comportamentos: lavar as mãos antes do lanche, escovar os dentes, respeitar o farol etc.; a realização de comemorações relativas ao calendário de eventos do ano letivo simbolizados no dia da árvore, dia do soldado, dia das mães etc.; a memorização de conteúdos relativos a números, letras do alfabeto, cores etc., traduzidos em canções. Essas canções costumam ser acompanhadas por gestos corporais, imitados pelas crianças de forma mecânica e estereotipada. Outra prática corrente tem sido o uso das bandinhas rítmicas para o desenvolvimento motor, da audição, e do domínio rítmico. Essas bandinhas utilizam instrumentos — pandeirinhos, tamborzinhos, pauzinhos etc. — muitas vezes confeccionados com material inadequado e consequentemente com qualidade sonora deficiente. Isso reforça o aspecto mecânico e a imitação, deixando pouco ou nenhum espaço às atividades de criação ou às

questões ligadas a percepção e conhecimento das possibilidades e qualidades expressivas dos sons. (p.23, 1998)

Nesse contexto podemos afirmar que através da musicalidade os Educadores podem trabalhar de forma lúdica com temáticas diversas, visando alcançar um número cada vez maior de alunos, buscando incentivar o gosto pela educação.

Através da dança os alunos têm a oportunidade de desenvolverem as suas capacidades motoras e trabalhar a expressão corporal. É importante que as instituições de ensino promovam os eventos de música, e teatro, para que as crianças da educação infantil despertam o interesse pela arte, desenvolvendo assim o seu ponto crítico e se tornando cidadãos críticos.

Ainda segundo RCENEI (VOL3):

A música está presente em diversas situações da vida humana. Existe música para adormecer, música para dançar, para chorar os mortos, para conamar o povo a lutar, o que remonta à sua função ritualística. Presente na vida diária de alguns povos, ainda hoje é tocada e dançada por todos, seguindo costumes que respeitam as festividades e os momentos próprios a cada manifestação musical. Nesses contextos, as crianças entram em contato com a cultura musical desde muito cedo e assim começam a aprender suas tradições musicais. Mesmo que as formas de organização social e o papel da música nas sociedades modernas tenham se transformado, algo de seu caráter ritual é preservado, assim como certa tradição do fazer e ensinar por imitação e “por ouvido”, em que se misturam intuição, conhecimento prático e transmissão oral. Essas questões devem ser consideradas ao se pensar na aprendizagem, pois o contato intuitivo e espontâneo com a expressão musical desde os primeiros anos de vida é importante ponto de partida para o processo de musicalização. Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados. (p.11, 1998)

Baseando-se nesse contexto podemos entender que a música faz com que as crianças tenham uma experiência real de percepção e reflexão, levando esses alunos a níveis mais elevados de consciência. Existem vários estudos relacionados a música, comprovando que cada música desperta algo diferenciado no ser humano, o que você escuta está ligado com as suas reações, gostos e atitudes.

Algumas músicas podem proporcionar um relaxamento físico e mental, outras músicas podem despertar uma disposição para se mover, algumas músicas servem para promover o conhecimento etc. Portanto os profissionais da educação devem optar pelas

as músicas que trazem coisas boas para os alunos e principalmente que tragam o conhecimento, para que essas crianças entendam a música em todas as suas formas e possam decidir qual o tipo de som, é mais significativo para a sua vida.

No entanto os alunos devem ter a liberdade para descobrirem os seus gostos musicais e os Educadores devem respeitar a familiarização que eles desenvolverem pela a música até o momento.

Segundo PAZ (2000):

[...] O ensino de música deve ser, desde o começo, uma força viva. [...] a criança, muito antes de dominar as regras gramaticais, utiliza palavras com fluência e formula frases já com entonação. A linguagem é, para ela, uma coisa viva e, não, regras no papel. Deve-se educar o ouvido para que sejam sentidas, perfeitamente, modulações e combinações sonoras diversas. Deve-se deixar o aluno perceber a harmonia com seu próprio ouvido, antes de se deparar com o ensino da mesma. O conhecimento das regras não deve ser o objeto e, sim, uma necessidade a ser atendida em tempo devido. [...]. (PAZ, 2000 p.16 e 17).

Em se tratando dos instrumentos musicais, eles também são muito importantes para a formação dos alunos da educação infantil, dessa forma os Educadores podem trabalhar com a coordenação motora, percepção auditiva, desenvolvendo dessa forma a autonomia dessa criança. Pois ele se sentirá livre para escolher o tipo de instrumento que gosta de tocar e poderá desenvolver todo o seu potencial artístico.

De acordo com ROSA (1990, p 22-23):

A linguagem musical deve estar presente nas atividades [...] de expressão física, através de exercícios ginásticos, rítmicos, jogos, brinquedos e roda cantadas, em que se desenvolve na criança a linguagem corporal, numa organização temporal, espacial e energética. A criança comunica-se principalmente através do corpo e, cantando, ela é ela mesma, ela é seu próprio instrumento.

Além de canto as crianças desde muito pequenas tem o interesse pelos os instrumentos musicais, procurando compreender como eles funcionam e que de forma é produzido o som. O incentivo pelos os instrumentos musicais podem vir por familiares que tocam, pelas cantigas de ninar, vídeos musicais entre outros.

A partir do primeiro contato com a música as crianças em sua maioria despertam um grande interesse pelos os sons, procurando eles mesmos reproduzirem os sons através de instrumentos musicais de brinquedo ou até mesmo de objetos que emitem sons, desse modo essas crianças desenvolvem vários sentidos, a audição se destaca mais e essas crianças vão desenvolvendo as suas preferências musicais.

Geralmente a preferência pelas músicas oferecidas pela mídia, chama mais atenção, mas as crianças são receptivas a desenvolverem gosto por vários estilos e gêneros musicais, contando que tenham a oportunidade de conhecer.

É importante oferecer, também, a oportunidade de ouvir música sem texto, não limitando o contato musical da criança com a canção que, apesar de muito importante, não se constitui em única possibilidade. Por integrar poesia e música, a canção remete, sempre, ao contexto da letra, enquanto o contato com a música instrumental ou vocal sem um texto definido abre a possibilidade de trabalho com outras maneiras. As crianças podem perceber sentir e ouvir, deixando-se guiar pela sensibilidade, pela imaginação e pela sensação que a música lhes sugere e comunica. Poderão ser apresentadas partes de composições ou peças breves, danças, repertório da música chamada descritiva, assim como aquelas que foram criadas visando a apreciação musical infantil (RCNEI, 1998, p.65).

Nesse momento entra a parte do Educador, que deve introduzir vários estilos musicais e estímulos através dos sons, para que eles alunos tenham a oportunidade de conhecerem mais sobre o universo musical. Esses profissionais devem buscar sempre adaptarem métodos de ensino através da musicalidade, desenvolvendo atividades e projetos para alcançar o objetivo desejado.

De acordo com JEANDOT (1990):

Todos nós ouvimos a música de acordo com nossas aptidões, variáveis, sob certo aspecto, em três planos distintos: sensível, expressivo e puramente musical, o que corresponde a ouvir, escutar e compreender. Essa é a razão pela qual o professor deve respeitar o nível de desenvolvimento em que a criança se encontra, adaptando as atividades de acordo com suas aptidões e de seu estágio auditivo (COPLAND apud JEANDOT, 1990, p.22).

Portanto os Educadores devem perceber o gosto de cada criança, e a partir de aí introduzir as atividades musicais, para que eles possam conhecer novos estilos de música.

A audição pode ser mais trabalhada, com diversos detalhes, observando e acompanhando o desenvolvimento da capacidade de concentração e atenção das crianças. Algumas atividades como aprender uma canção, ouvir música, brincar de roda, jogos de mão ou brinquedos rítmicos despertam o gosto pela as atividades musicais, atendendo as necessidades de expressão cognitiva e afetiva.

Através desse contato a música assume diversos significados em cada cultura, cada pessoa tem um gosto musical diferenciado, algumas pessoas se interessam mais e outras menos.

Segundo PENNA (2008):

[...] uma linguagem cultural, consideramos familiar aquele tipo de música que faz parte de nossa vivência; justamente porque o fazer parte de nossa vivência permite que nós nos familiarizemos com os seus princípios de organização sonora, o que torna uma música significativa para nós. (p. 21).

Nesse sentido, a partir desses padrões as pessoas se acostumam, com os vínculos familiares, tradições, costumes, locais entre outros. Portanto o que a música representa para as crianças nas suas primeiras experiências está diretamente ligada ao que representa para os seus familiares.

Ainda de acordo com a PENNA (2008).

[...] a compreensão da música, ou mesmo a sensibilidade a ela, tem por base um padrão culturalmente compartilhado para a organização dos sons numa linguagem artística, padrão este que, socialmente construído, é socialmente apreendido – pela vivência, pelo contato cotidiano, pela familiarização – embora também possa ser aprendido na escola. (PENNA, 2008, p. 29).

Os pais geralmente não demonstram muito interesse em ensinar sobre a música para os seus filhos, com exceção de pais que são ligados a uma cultura musical, pais que cantam, tocam, produzem ou tem um interesse maior pela a música em si. A maioria dos pais acha mais fácil que seus filhos conheçam a música pelas mídias, e utilizando recursos tecnológicos, isto não é algo ruim, no entanto pode limitar o aprendizado dessas crianças, a serem apenas espectadores e não participantes do universo musical.

Desse modo é de suma importância que se estabeleça na escola uma aproximação com a música em suas várias formas, pois o ensino musical nas instituições de ensino, principalmente na educação infantil, contribui não só para se obter uma formação musical nas crianças, mas é uma ferramenta de extrema eficiência para a formação social. Portanto o âmbito escolar promove uma relação social de amizade, respeito e cooperação, bem como uma reflexão necessária e importante para o desenvolvimento e formação humana.

De acordo educador musicais Hentschke e Del Ben (2003), auxiliar crianças, adolescentes e jovens no processo de apropriação, transmissão e criação de práticas músico-culturais como parte da construção de sua cidadania. O objetivo primeiro da educação musical é facilitar o acesso à multiplicidade de manifestações musicais da nossa cultura, bem como possibilitar a compreensão de manifestações musicais de culturas mais distantes. Além disso, o trabalho com música envolve a construção de identidades

culturais de nossas crianças, adolescentes e jovens e o desenvolvimento de habilidades interpessoais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas contribuições dos autores e das colações mencionadas durante toda essa produção textual, a respeito da música e da sua importância para a educação nos anos iniciais, podemos concluir que esta é benéfica para o aprendizado e desenvolvimento infantil, pois demonstra que está educação caminha por momentos de crescimento, o que realmente acaba por ensinar diversas maneiras de agir em frente às diversas situações e circunstâncias vivenciada no cotidiano. Segundo essa linha de pensamento podemos dizer que a música pode ser trabalhada na educação infantil, e durante toda a vivência escolar dos alunos.

Esse projeto nos trouxe uma reflexão a respeito das colocações educacionais musicais, nos possibilitando compreender que a utilização da música é sala, pode ensinar os alunos a aprenderem sobre as normas sociais, bem como compreender sobre as normas que precisam serem cumpridas para que possam ter uma convivência harmônica dentro do espaço social em que se encontraram inseridas.

Nesse sentido concluímos que é possível chegar a esse entendimento, pelo motivo de que a música se encontra em vários ambientes, possibilitando assim as crianças darem continuidade ao aprendizado que foi iniciado em sala de aula.

Por fim, podemos concluir que a elaboração desse projeto trouxe bastante conhecimento e contribuiu significativamente para a compreensão da importância da música para a formação do ser humano. As pesquisas científicas, contribuições teóricas dos autores e os materiais disponibilizados para estudo, foram importantes para que a aprendizagem através desse projeto fosse significativa.

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Nº 9.394 de 20 de

**BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, v. 3. Conhecimento de Mundo. MEC/SEF, 1998.

BRÉSCIA, Vera Pessagno. **Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva.** Campinas: Átomo, 2003.editora Brasil. Dezembro de 1996. Editora do Brasil.

FONTERRADA, Marisa, Trench, Oliveira. **De tramas e fios – Um ensaio sobre música e educação.** São Paulo: Editora UNESP. 2005.

GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudos de psicopedagogia musical.** [Tradução de Beatris A. Cannabrava]. 2.ed. São Paulo: Summus,1988.vol.31.

JEANDOT, Nicole. **Explorando o universo da música.** 16 ed. São Paulo: Scipione, 1990.

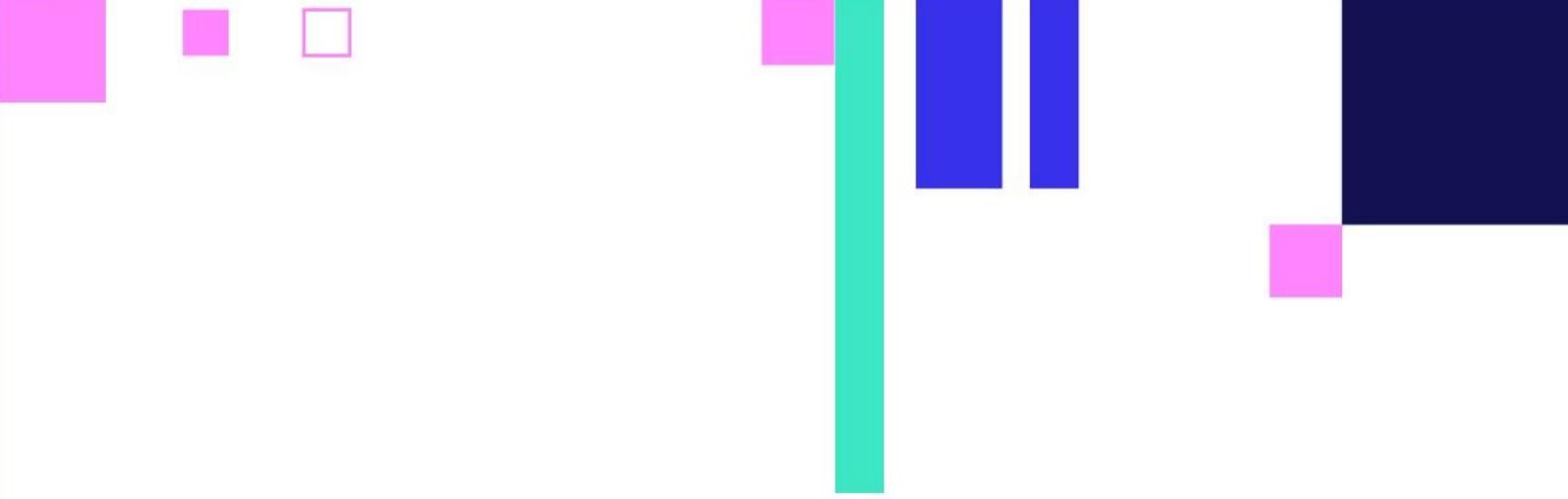
JOLY, Elza, Zene, Leme, (2003). **Educação e educação musical: conhecimentos para compreender a criança e suas relações com a música.** In: \_\_\_. HENTSCHKE, L; DEL BEN, L. (Orgs.). Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula. São Paulo: Ed. Moderna. Cap. 7.

NOGUEIRA, M.A. **A música e o desenvolvimento da criança.** Revista da UFG, PAZ, Ermelinda A. **Pedagogia musical brasileira no século XX: metodologias e tendências.** Brasília: MusMed, 2000.

PENNA, Maura. **Música (a) e seu ensino.** Porto Alegre: Sulina, 2008.

ROSA, Nereide Schilaro Santa. **Educação musical para a pré-escola.** São Paulo: Ática, 1990.

SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 3º ed. São Paulo: Cortez, 1997



## Capítulo 7

# O USO DAS TICS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UM OLHAR PARA NOVOS MULTILETRAMENTOS

*Maria Rita Scarpassi  
Luana Silva Marcacine  
Neli Hoffmann  
Franttieli Correa Pereira  
Marilza Maila  
Edna Regina da Silva Artioli*



# O USO DAS TICS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UM OLHAR PARA NOVOS MULTILETRAMENTOS

***Maria Rita Scarpassi***

*Graduada em Pedagogia*

***Luana Silva Marcacine***

*Graduada em Pedagogia*

***Neli Hoffmann***

*Graduada em Pedagogia*

***Franttieli Correa Pereira***

*Graduada em Pedagogia*

***Marilza Maila***

*Graduada em Pedagogia*

***Edna Regina da Silva Artioli***

*Graduada em Pedagogia*

## **RESUMO**

Buscamos apresentar no texto algumas reflexões de que somente a alfabetização, no sentido do domínio das estruturas da língua, não garante a aprendizagem significativa do aluno com o intuito de que ele possa agir de maneira ética e crítica no mundo social, de modo que as ações de inclusão da tecnologia, sobretudo no mundo moderno, em que crianças com pouca idade conseguem desenvolver atividades, muitas das vezes sem a alfabetização concluída, sendo fator crucial para que possamos obter boas práticas pedagógicas através do uso das TIC's. Assim, vários campos, incluindo indústria, comércio, investimento e educação, utilizam Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O

objetivo principal das TICs é facilitar o acesso à informação e automatizar a comunicação. Portanto, há um importante elo entre alfabetização, letramento e tecnologia está na teoria dos multiletramentos (COPE; KALANTZIS, 2009; ROJO, 2009, 2013) que possibilita, aos alunos em processo de alfabetização, o contato com as práticas sociais da linguagem que estão no suporte da Internet.

**Palavras-chave:** TICs. Letramento. Prática social

### **ABSTRACT**

In this text, we seek to present some reflections on the fact that literacy alone, in the sense of mastering the structures of the language, does not guarantee significant learning for the student, so that he or she can act ethically and critically in the social world. Therefore, actions to include technology, especially in the modern world, where young children can develop activities, often without having completed literacy, are a crucial factor in achieving good pedagogical practices through the use of ICTs. Thus, several fields, including industry, commerce, investment and education, use Information and Communication Technologies (ICTs). The main objective of ICTs is to facilitate access to information and automate communication. Therefore, there is an important link between literacy, literacy and technology, which is found in the theory of multiliteracies (COPE; KALANTZIS, 2009; ROJO, 2009, 2013), which enables students in the process of learning to read and write to have contact with the social practices of language supported by the Internet.

**Keywords:** ICTs. Literacy. Social practice

## **INTRODUÇÃO**

Por meio deste texto, é possível apresentar uma abordagem a respeito da importância das tecnologias da informação e da comunicação como facilitadora do processo de alfabetização e de letramento. A justificativa pela escolha dessa temática se deu ao perceber o quanto as tecnologias podem ser importantes ferramentas com o intuito de contribuir para uma aprendizagem mais significativa das crianças e dos adolescentes na atualidade. O objetivo principal desta Projeto de ensino é propor a reflexão sobre de que maneira as TICs podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem de alunos do ciclo de alfabetização.

Através das pesquisas científicas realizadas e das contribuições de diversos pensadores é possível perceber que se que as TICs podem contribuir de maneira significativa para o processo de alfabetização ao estarem apoiadas em abordagens que forneçam as ferramentas necessárias para que os alunos possam compreender e refletir de maneira crítica sobre as novas práticas de letramento que circulam em nossa sociedade

nos diferentes suportes semióticos.

Assim, a teoria dos multiletramentos propõe a reflexão sobre possibilidades de trabalho com as práticas discursivas da linguagem no âmbito da alfabetização escolar, bem como a importância que a tecnologia possui para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, a temática abordada é de suma importância por oferecer um norte para que os educadores consigam realizar as mudanças necessárias para dar continuidade ao processo de alfabetização diante das exigências de um mundo globalizado e digital. Esse texto disponibiliza pesquisas que servem como suporte para que todos os participantes do espaço educativo possam refletir sobre soluções para se adaptarem ao novo cenário educativo da atualidade.

### **Alfabetização e letramento: algumas considerações iniciais**

Segundo Magda Soares, alfabetização é a “[...] ação de ensinar a ler e a escrever” (SOARES, 2001, p. 47). Já o termo letramento é caracterizado como o “[...] estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce práticas sociais que usam a escrita” (SOARES, 2001, p. 47).

Para falar de alfabetização e de letramento, é fundamental que se fale com seriedade do trabalho da educadora Magda Soares, pois ela fundou, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1990, o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), no qual a autora ainda permanece sendo pesquisadora e diretora emérita. Assim, Soares possui bastante bagagem e embasamento teórico para elucidar os assuntos de suma importância a respeito do uso das TICs no processo de alfabetização.

Há os que consideram que o objeto é o processo linguístico e cognitivo de aquisição da tecnologia da escrita – domínio dos sistemas alfabético e ortográfico de escrita, e das convenções que governam o uso desses sistemas. Por outro lado, há os que consideram que, sendo a finalidade da leitura e da escrita a construção de significados e sentidos dos materiais escritos que circulam em práticas socioculturais, o objeto da aprendizagem da língua escrita é, desde o seu primeiro momento, a compreensão, na leitura, e a utilização, na escrita, de numerosos e variados gêneros e portadores de texto, vivenciados em diferentes contextos, visando a diferentes objetivos e a diferentes destinatários. Finalmente, há os que [...] consideram que o objeto da alfabetização é a língua escrita em sua inteireza, envolvendo todas as suas dimensões e componentes (SOARES, 2017, p. 133).

Os conceitos de alfabetização e de letramento são distintos e indissociáveis, pois alfabetização faz referência ao processo mediante no qual uma pessoa aprende a ler e a escrever, mas, nesse caso, pode não haver a compreensão e nem a contextualização do que está sendo lido ou escrito. Já letramento é o ato de ensinar em que engloba, ou melhor, socializa os usos da linguagem dentro de uma prática discursiva e dialógica.

Com isso, é possível concluir que alfabetização e letramento complementam um ao outro, pois, com a união dessas duas concepções de ensino difundidas no Brasil, o aluno será capaz de ter melhor domínio da língua com mais clareza, compreensão e criticidade.

Ainda de acordo com Magda Soares (2017):

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e de escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (SOARES, 2017, p. 44).

Sendo assim, é fundamental que seja considerado o ‘alfabetizar letrando’, dando significado e ênfase às práticas de aprendizagens, e que, através desse processo, venha trazer sentido às vivências dos alunos, bem como utilizar ferramentas que já são familiares a eles. Partindo desse pressuposto, Magda Soares afirma que: “[...] ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado” (SOARES, 2001, p. 47).

Segundo Cagliari, “a leitura é a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma” (CAGLIARI, 1997, p. 148).

Nesse sentido, o objetivo da escrita é a leitura, assim quem escreve, escreve para ler. Ensinar a ler e a escrever por meio de gêneros textuais relevantes socialmente faria com que essa tarefa ficasse muito mais prazerosa e contextualizada, e, ao mesmo tempo, estaríamos formando, além de crianças alfabetizadas, leitores assíduos, bons escritores e profissionais criativos, reflexivos e críticos, já que, segundo Moraes: “[...] aprendizagem da leitura é um produto cultural, baseado sem dúvida em capacidades naturais, mas pressionado por aquilo que as famílias e as instituições educacionais oferecem à criança” (MORAIS, 1996, p. 201).

No entanto, diante da globalização e da era digital, as novas práticas de letramento precisam ser consideradas nesse processo para que os alunos possam também refletir sobre o seu papel de cidadão do mundo. Segundo essa linha de pensamento, a interação e a comunicação são processos fundamentais para a formação do ser humano, que, desde a antiguidade, dialogava sobre as suas aventuras e as suas caças através de diversas figuras rupestres. Além disso, antigamente, era bastante comum realizar pesquisas nas bibliotecas e os alunos aprendiam a ler através das cartilhas, porém, atualmente, esse cenário mudou e a nova geração de alunos são considerados nativos da Internet, sendo que desde muito pequenos já manuseiam computadores, *tablets*, celulares, entre outros. Esses recursos tecnológicos podem potencializar o aprendizado e têm grande relevância para o processo de ensino-aprendizagem.

### **Multiletramentos e a relevância das tics no processo de alfabetização**

O ato de ler não significa apenas compreender e entender uma escrita, ele vai além ao estabelecer uma interação com o outro através das palavras. Dessa forma, um leitor crítico não é apenas um decifrador de sinais, mas aquele que se coloca em posição de travar um diálogo com o escritor, sendo capaz de construir o universo textual e produtivo à medida que refaz o percurso do autor, instituindo-se como sujeito do processo de ler. Nessa concepção de leitura, onde o leitor dialoga com o autor, a leitura torna-se uma atividade social de alcance político. Ao permitir a interação entre os indivíduos, a leitura não pode ser compreendida apenas como a decodificação de símbolos gráficos, mas como a leitura do mundo, que deve ser constituída de sujeitos capazes de compreender o mundo e nele atuar como cidadão. Freire afirma que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1992, p. 11-12).

Assim, esse tipo de leitura é muito mais do que um simples processo de apropriação de códigos linguísticos; a leitura crítica deve ser caracterizada como um estudo, pois se concretiza numa proposta pensada pelo ser no mundo dirigido ao outro.

De acordo com o livro Alfabetização e Letramento de Magda Soares (2001), o termo letramento ganhou maior visibilidade na tentativa de refletir sobre os problemas

do analfabetismo, assim como o desenvolvimento cultural, social, político e econômico, trazendo novas, variadas e intensas práticas de escrita e de leitura que possibilitassem o acesso às práticas de linguagem de maneira mais crítica. Para essa autora, o letramento possui duas dimensões principais, que são elas: a social e a individual.

A dimensão social traz o letramento como um fenômeno cultural que se refere ao conjunto de atividades e demandas sociais que utilizam e envolvem o uso da língua em suas diferentes modalidades. Já a dimensão individual é um atributo pessoal que se refere a posse de habilidades individuais de escrita e de leitura, por exemplo.

Partindo desse pressuposto, pode-se compreender que, assim como fenômeno social, o letramento está presente na vida cotidiana das pessoas, sendo cada vez mais cercadas de informações por vários locais onde passam, seja em casa, nas ruas, nos mercados, nos ônibus, na escola e em diversos outros ambientes. Portanto, o letramento é fundamental para se obter a compreensão desse mundo, bem como possibilita uma atuação autônoma e crítica diante dele.

Assim sendo, com o surgimento de novos fenômenos sociais que envolvem o uso da língua, surgem diversas palavras para conceituá-los. E desse mesmo modo, aconteceu com a palavra letramento, que surgiu para especificar essa nova exigência social, a ação de escrever e ler o mundo, pois já não é suficiente uma simples codificação e decodificação das palavras/letras, é necessária uma ação muito mais profunda mediante ao sistema de escrita.

Pelo fato desse termo ser usado para conceituar uma nova demanda social das práticas de escrita e de leitura, diversas vezes se torna difícil formular uma exata definição de um imutável letramento. Mediante os pressupostos teóricos de Magda Soares, é possível dizer que é praticamente impossível formular um único conceito de letramento, que seja adequado para todas as pessoas, exatamente pela o fato de ser complexo, determinado pelo contexto social, político e cultural, assim como pelo tempo histórico. Seguindo essa linha de pensamento, é fundamental que a escrita e a leitura, dentro do espaço educativo, também possuam função social.

No entanto, para que isso ocorra de maneira significativa, é importante que se rompa as barreiras do tradicionalismo, bem como com os métodos precários de ensino, passando a implementar e a utilizar novas técnicas e novos recursos para se alcançar o objetivo proposto, assim como afirmam os PCNs de Língua Portuguesa, “Quando entram na escola, os textos que circulam socialmente cumprem um papel modelizador, servindo

como fonte de referência, repertório textual, suporte de atividade intertextual. A diversidade textual que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno". (BRASIL, 1997, p.34).

Enfim, é de suma importância que as instituições de ensino trabalhem de maneira eficaz na apropriação da língua escrita e oral, pois é por intermédio dessas modalidades que as pessoas desenvolvem diversos saberes para se comunicar, bem como conseguirem ter acesso às informações circulantes na sociedade atual, sendo críticos ao defender as suas opiniões e os seus pontos de vista.

O processo de alfabetização vem ganhando o apoio das tecnologias nas escolas através de atividades e de jogos digitais, contribuindo de maneira significativa para que o aluno possa se apropriar do sistema de escrita e de leitura de forma dinâmica e interativa. A Base Nacional Comum Curricular, salienta a importância da tecnologia como instrumento de aprendizagem.

Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos (BRASIL, 2018, p. 63).

A alfabetização da atualidade não se utiliza somente do lápis, da lousa, dos cadernos etc., mas divide espaço com computadores, smartphones, *tablets*, entre outros. A esse processo damos o nome de letramento digital, que surge com o propósito de ensinar os educandos a utilizarem as tecnologias de forma construtiva e ativa em sua aprendizagem. Observe o que salienta Frade:

[...] a criança precisa e pode dominar diferentes técnicas relacionadas ao que se chama de usabilidade: aprender a lidar com as ferramentas do sistema para ligar a máquina; compreender o teclado, seus símbolos e a função de cada tecla para além de digitar as letras; operar com a tela, interagir com ícones, localizar programas, manusear o mouse de adulto com suas mãos pequenas (sabendo que ele tem mais de uma função), arrastar, clicar e desenvolver operações cognitivas que permitam memorizar e internalizar tais operações (FRADE, 2014. p. 26).

A teoria dos multiletramentos surge para justificar o uso das tecnologias na alfabetização, sendo que tal abordagem possibilita o acesso dos alunos às TICs, facilitando o seu processo de alfabetização, que vai muito além da ludicidade, do dinamismo e da mediação, possibilitando o desenvolvimento de habilidades para as novas práticas de

letramento, os novos gêneros que circulam no ambiente virtual, com o intuito de que os alunos sejam capazes de desvelar os valores e as ideologias presentes nesses discursos.

Assim, o conceito de letramento amplia-se e junto a essa ampliação vem a ação de intervir e de interagir para além do ato de interpretar, dessa forma, os alunos utilizam-se das suas práticas de leitura e de escrita no convívio social mediante a interação como intervenção.

Segundo Almeida:

[...] a participação apenas como uma questão de acesso físico individual à tecnologia é equivocada. O problema da participação traz à tona o complexo problema relacionado à formação discursiva da vontade. Que diz respeito, também, a uma política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo (ALMEIDA, 2003, p. 214).

A teoria dos multiletramento é primordial para possibilitar a capacitação dos alunos no que se refere às diversas novas exigências sociais de escrita e de leitura.

A abordagem dos multiletramentos propõe uma pedagogia para a participação ativa do cidadão, centrada nos alunos como agentes de seus próprios processos de conhecimento, capazes de contribuir por conta própria, bem como negociar as diferenças entre uma comunidade e a próxima (COPE; KALANTZIS, 2009, p.172)

Como afirma Rojo (2009), os letramentos múltiplos são considerados complexos e muitas vezes ambíguos, pois, através deles, é possível envolver questões a respeito da multimodalidade e multissemiose da língua, dando origem a práticas de multiplicidade de letramentos que estão inseridos em esferas diferentes da multiculturalidade da sociedade, ou seja, pelo fato de que essas práticas são vivenciadas de modo diferente, dependo do local cultural. Em outras palavras, existem várias maneiras e possibilidades de realização de práticas de letramentos que variam de acordo com o espaço, o tempo, a cultura, o suporte, as ferramentas etc.

Desse modo, uma mesma prática pode variar de acordo com onde, como e quem está realizando, como por exemplo: ao realizar a leitura de um jornal, algumas pessoas podem achar que serve para se obter informações sobre cultura, política, economia etc.; já, para outras pessoas, pode ser apenas uma maneira de passar o tempo, lendo notícias de celebridades, e, para outros, pode ser uma maneira de encontrar uma vaga de emprego ou um aluguel.

Portanto, as práticas de letramento são as mesmas, mas se apresentam com

objetivos e maneiras diferentes. Nesse sentido, pode-se entender que os multiletramentos surgiram a partir da necessidade de se cumprir as novas exigências no que se refere às práticas de escrita e de leitura na sociedade atual.

Esse “novos escritos” obviamente dão lugar a novos gêneros discursivos, quase diariamente: *chats*, páginas, *twits*, *posts*, *ezines*, *epulps*, *fancclips* etc. E isso se dá porque hoje dispomos de novas tecnologias e ferramentas de “leitura-escrita”, que, convocando novos letramentos, configuram os enunciados/textos em sua multissemiose ou em sua multiplicidade de modos de significar (ROJO, 2013, p. 20-21).

O uso das TICs tem aumentado significantemente no ambiente escolar. De acordo com a LDB/96, esse uso deve estar atrelado à função do objetivo maior do Ensino Fundamental que é o de propiciar, a todos, a formação básica para a cidadania a partir da criação de condições de aprendizagem nas escolas para “a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (Brasil, 1996, art. 32). De acordo com Almeida:

O que as TICs podem trazer com contribuição efetiva à evolução do letramento é o emprego das múltiplas linguagens hipermidiáticas para a representação do próprio pensamento associado com a recuperação instantânea e a leitura de textos e hipertextos produzidos por si mesmo ou pelo outro, para o diálogo de ideias, a reconstrução do pensamento a partir do pensamento explicitado pelo outro, a análise da própria representação com a possibilidade de reelaboração. Emerge uma nova concepção do erro como objeto de análise, revisão e reformulação, cuja compreensão pode levar à evolução e à aprendizagem (ALMEIDA, 2005, p.183-184).

Para mais, a tecnologia na escola é também uma aliada para a inclusão, ou seja, as crianças com necessidades educativas especiais possuem diversas alternativas que os recursos tecnológicos podem auxiliar e facilitar no aprendizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este texto teve como objetivo discutir aspectos que envolvem o trabalho com as tecnologias digitais no processo educacional de multiletramento de alunos na fase de alfabetização. Os pressupostos teóricos foram de suma importância para elucidar as informações aqui relatadas, trazendo embasamento teórico que contribui significativamente para se obter o conhecimento esperado a respeito da temática abordada, demonstrando que as condicionantes e os problemas sobre a alfabetização e o

letramento proporcionam uma reflexão e auxiliam na elaboração de considerações próprias.

Nesse sentido pode-se concluir que este trabalho é essencial a educadores que buscam se aprofundar nos conhecimentos de autores fundantes para aprimorar os seus conhecimentos, adaptando a tecnologia às práticas de alfabetização e de letramento.

O texto traz a reflexão de que somente a alfabetização, no sentido do domínio das estruturas da língua, não garante a aprendizagem significativa do aluno com o intuito de que ele possa agir de maneira ética e crítica no mundo social. Portanto, pode-se concluir que o elo entre alfabetização, letramento e tecnologia está na teoria dos multiletramentos (COPE; KALANTZIS, 2009; ROJO, 2009, 2013) que possibilita, aos alunos em processo de alfabetização, o contato com as práticas sociais da linguagem que estão no suporte da Internet.

Além disso, a utilização das TICs permite uma nova forma de aprendizagem mais estimulante, dinâmica, criativa e interativa. Com isso, as aulas se tornam mais produtivas e os alunos ficam mais envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth B. Educação, ambientes virtuais e interatividade. In: SILVA, Marcos. (Org.). **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. Letramento digital e hipertexto: contribuições à educação. In: SCHLUNZEN JUNIOR, Klaus. (Org.). **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

AUSUBEL, David Paul. et al. **Educational Psychology: A Cognitive View**. New York: Holt Rinehart and Winston, 1978.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares Nacionais. Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília. MEC/SEF. 1997.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Portaria Nº 617, de 3 de agosto de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em

<<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-617-2020-08-03.pdf>>.

Acesso em:

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1997.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. Multiliteracies: New Literacies, New Learning, Pedagogies. In: **An International Journal**, v. 4, n. 3. London: jul. 2009, p. 164-195. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15544800903076044>>.

FONSECA, Vitor da. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Petrópolis: Vozes; 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que completam. São Paulo: Cortez, 1992.

KENSKI, Vania Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação e tecnologias**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MORAIS, José. **A arte de ler**. São Paulo: UESP, 1996.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Gêneros discursivos do círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, Roxane. (org.). **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema de três gêneros**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e letramento**. 7 ed. São Paulo. Contexto, 2017. E-book.  
SOUZA JÚNIOR, Marcílio. **A constituição dos saberes escolares na educação básica**. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.



## Capítulo 8

# EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - UM NOVO PARADIGMA

*Tatiane de Souza Gil*

*Gracielly Keith de Souza Gil*

*Elaine Tunes Parreira*

*Érica Nascimento Lopes*

*Josiani Aparecida de Mello França*

*Sirley Aparecida Tristão*

# **EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - UM NOVO PARADIGMA**

**Tatiane de Souza Gil**

*Doutoranda em Educação pelo PPGEDU URI/FW. Assessora Pedagógica da educação especial SEMED, proftatigil@gmail.com*

**Gracielly Keith de Souza Gil**

*Mestre em Educação (URI/FW). Docente da educação especial- Semed e Seduc MT,  
Graksgil@gmail.com*

**Elaine Tunes Parreira**

*Mestranda em Educação (URI/FW). Docente da educação especial – Seduc MT, Pedagoga,  
elainetunesparreira2@gmail.com*

**Érica Nascimento Lopes**

*Psicopedagoga Clínica. Professora efetiva da Rede Municipal de educação- Semed MT,  
erica.unir@hotmail.com*

**Josiani Aparecida de Mello França**

*Mestre em educação (URI/FW). Professora efetiva da Rede Municipal de educação- Semed  
MT, josanimello@gmail.com*

**Sirley Aparecida Tristão**

*Docente na SRM/AEE – Seduc e Semed MT. Letras (UFMT) e Pedagogia (FALBE),  
sirley\_tristao@yahoo.com.br*

## RESUMO

O presente texto tem por objetivo refletir acerca da educação especial e inclusiva no campo educacional tendo em vista a capacidade de aceitação acerca de "um novo olhar" no que diz respeito à diversidade dos indivíduos na sociedade e na comunidade escolar de modo a garantir o acesso igualitário e equitativo a todos. Para essa compreensão foi realizada uma análise bibliográfica exploratória, baseada em artigos e trabalhos de estudiosos da área educacional, como Maria Teresa Mantoan (2015), pedagoga e doutora em educação que se dedica suas pesquisas na área da educação especial numa perspectiva inclusiva uma vez que, se faz necessário e imprescindível incluir crianças com deficiência de modo a garantir o desenvolvimento da aprendizagem em um ambiente que colabore com a construção de sua cidadania de forma justa e digna. Portanto, ao examinarmos a evolução da educação no Brasil ao longo do tempo, percebemos muitos professores que não possuem a preparação necessária para lidar de forma eficaz com as diferentes limitações e características individuais dos alunos, garantindo um aprendizado verdadeiramente inclusivo. Especialmente ao enfrentar desafios com alunos que possuem deficiências mais severas, torna-se evidente que não há soluções rápidas ou fórmulas mágicas; resolver essas questões requer o engajamento de todos os envolvidos, incluindo família, professores e a comunidade escolar como um todo.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Educação Inclusiva. Escola. Deficiência.

## ABSTRACT

The present text aims to reflect on special and inclusive education in the educational field, considering the capacity for acceptance of "a new perspective" regarding the diversity of individuals in society and the school community, in order to ensure equal and equitable access for all. To achieve this understanding, an exploratory bibliographical analysis was conducted based on articles and works by scholars in the educational field, such as Maria Tereza Mantoan (2015), a pedagogue and doctor in education who dedicates her research to special education from an inclusive perspective. It is necessary and essential to include children with disabilities to ensure the development of learning in an environment that contributes to the construction of their citizenship fairly and dignifiedly. Therefore, when examining the evolution of education in Brazil over time, we observe many teachers who lack the necessary preparation to effectively address the diverse limitations and individual characteristics of students, ensuring a truly inclusive learning experience. Particularly when facing challenges with students who have more severe disabilities, it becomes evident that there are no quick solutions or magic formulas; addressing these issues requires the engagement of all parties involved, including family, teachers, and the school community as a whole.

**Keywords:** Special Education. Inclusive Education. School. Disability

## INTRODUÇÃO

Quando se trata de Educação Especial e Inclusiva na área educacional, nota-se uma certa resistência em relação às mudanças que se propõem, já que historicamente, no caso da sociedade brasileira, está enraizada a questão do paternalismo que se contrapõem a uma visão de respeito e aceitação do diferente.

Para esse entendimento da Educação Especial e Inclusiva na historicidade brasileira devemos levar em conta que as pessoas com deficiência já tiveram negados inúmeros direitos devido ao preconceito culturalmente enraizado nessa mesma sociedade.

Desde os períodos mais remotos da humanidade, considere-se já, desde a pré-história, as pessoas com deficiência eram consideradas pelos demais membros de suas comunidades como um empecilho devido sua dependência e morosidade e em nada podiam colaborar de maneira significativa, ainda mais que essas sociedades primitivas praticavam o nomadismo. Dessa maneira eram entregues à própria sorte. Outro exemplo, podemos verificar no período da Antiguidade Clássica grega, em meio aos “Espartanos” que desprezavam crianças consideradas deficientes, justificando essa ação de abandono em vista ao culto ao corpo atlético, perfeito e belo para seu povo, como cita Barbosa (2012), a compreensão da deficiência na Grécia Antiga era influenciada por fatores culturais e sociais específicos.

Em meio ao Cristianismo durante a Idade Média, as pessoas portadoras<sup>3</sup> de deficiências deixam de serem consideradas e eram menosprezadas como seres diabólicos, uma vez que a Igreja Católica estabelecia a existência de uma alma que precisa ser acolhida e protegida nesses indivíduos. Nessa perspectiva, deixa-se de lado o estigma de punição dos pecados realizados pelos pais e parte para uma premissa ligada aos ensinamentos evangélicos do Cristo Jesus, a prática da caridade.

Para tal tarefa de cuidados sistemático a esse público, já no século XIII surge a primeira instituição em território belga (Bélgica) que proporciona um tratamento efetivo com base na alimentação, exercícios e ar puro para atenuar os efeitos da “deficiência” como atesta Rodrigues (2008, p. 9).

Na Inglaterra do século XIV, sob o reinado de Eduardo II, o governo institui a primeira legislação (prerrogativa real) que tratará sobre os cuidados com a garantia de sobrevivência e de proteção dos bens das pessoas portadoras de deficiência mental

(Rodrigues, 2008). Nas primeiras décadas do século XX, a comunidade médica científica tratará a deficiência como algo de natureza biológica e ligada a fatores de hereditariedade e, também segundo a influência de alguns autores da época. Rodrigues (2008) descreve que as escolas para crianças com deficiência mental foram desenvolvidas para promover sua autonomia e exemplificou com a escola de Abenberg, fundada em 1840, que buscava reabilitar crianças com deficiências mentais severas, chamadas na época de "cretinas" e "idiotas". O fundador dessa escola, não contribuiu com métodos ou doutrinas específicas, mas disseminou a ideia de que essas crianças poderiam ser educadas.

O educador e divulgador de temas pedagógicos Johan Heinrich Pestalozzi, foi um dos maiores defensores da ideia de uma escola pública como de direito de todos, inclusive das camadas populares, ideia esta que afrontava os ditames socioculturais e econômicos europeus. Dessa forma Rodrigues (2008) nos conta que Froebel, ao visitar a escola de seu mentor Pestalozzi, pesquisou intensamente e criou estratégias para a Educação Especial usando como recursos jogos específicos, simples e eficazes. Esses recursos tornavam o ensino eficiente, por meio da ludicidade e do concreto. Esses princípios metodológicos de Froebel incluem o respeito às especificidades de cada criança, reconhecer que as crianças aprendem mais fazendo do que apenas recebendo informações, e começar pela educação infantil.

Maria Montessori (séc. XX), pedagoga, professora e médica, criou um método para o ensino aprendizagem de crianças portadoras de deficiências que partia do concreto para o abstrato, por esse método entendia-se que o aprendizado ocorria através da observação e da experiência direta, da procura e da descoberta. No Brasil, a Educação Especial foi introduzida através de um caráter elitista, já que pouquíssimas pessoas tinham acesso a esse tipo de atendimento.

Essas problemáticas perpassam por questões relacionadas às deficiências físicas e/ou deficiências visuais e auditivas, e quanto aquelas deficiências relacionadas à mente, quase nada se fazia para sanar o problema que se apresentava por diagnóstico. De acordo com Mantoan (2003), somente por volta do final dos anos de 1950 e início da década seguinte surge no Brasil a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) e a Associação Pestalozzi visando o cuidado com pessoas portadoras de deficiências e pensar em outros tipos de deficiências a fim promover um enfoque menos clínico e mais voltado para o aprendizado por meio das chamadas Atividades de Vida Diária e Atividades de Vida Prática.

Por outro lado, com a ampliação dessas instituições privadas de caráter filantrópico, parece isentar o governo da obrigatoriedade em oferecer o atendimento necessário às pessoas portadoras de deficiência dentro de seus estabelecimentos de ensino, situação que se estende até os dias atuais, numa realidade um pouco diferente, embora com o mesmo propósito.

Vale lembrar que, o termo “retardo mental” que sempre prevaleceu como mecanismo de classificação de pessoas com esses tipos de deficiências ligadas à mente, ainda faz parte dos mais importantes códigos de classificação de doenças. A partir de 1960, essas pessoas serão classificadas como “indivíduo excepcional”, cujo significado positivamente vai ao contrário do termo retardo mental, de maneira a superar o preconceito. Tão logo, surge nesse contexto, novas expressões como, por exemplo, pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoa especial ou apenas especial. Assim, entende-se que:

As diferentes formas de nomear podem apenas representar o esconderijo de velhas arapucas a maquiar valores sociais contraditórios e a encobrir as tensões geradoras de novas formas veladas de exclusão (PAM, 2008, p. 28).

No decorrer dos anos de 1970, foram criadas aqui no Brasil as chamadas classes especiais com o intuito de integrar socialmente em ambientes escolares os indivíduos que apresentam deficiência cujo objetivo principal, seria atingir em nível cada vez mais abrangente a conquista da igualdade e do exercício de direito desse público.

Ao mesmo tempo, as inúmeras pressões de toda a comunidade envolvida, buscou que o estado reconhecesse como seu dever e responsabilidade a Educação Especial. Desse modo, à época surgem programas de reabilitação global e a inclusão profissional de pessoas com deficiência.

A partir da década de 80 surgem, em nosso país, principalmente no Rio Grande do Sul, os estudos e aplicações da estimulação precoce, em crianças de zero a três anos de idade que apresentam alguma alteração global em seu desenvolvimento, tanto na área hospitalar e médica, como nas escolas especiais e, posteriormente, nas creches e escolas infantis. A partir desta nova abordagem dinâmica no tratamento de bebês com deficiência mental, inicia-se a intervir mais precocemente nas desordens neuromotoras, cognitivas e afetivas desses sujeitos, modificando o prognóstico de aprendizagem dos mesmos (MOSQUERA; STOBAUS, 2004, p. 19).

Nessa trajetória de movimentos, de lutas e conquistas de direitos à cidadania, se deve ao determinante papel exercido pelas instituições particulares e beneficentes que através de suas denúncias e debates visavam superar as barreiras do preconceito, do desinteresse e da falta de programas educacionais básicos.

Nessa perspectiva, a Educação Especial se caracteriza por uma modalidade de ensino cuja aplicação perpassa todo sistema educacional do país em que se insere, de modo a proporcionar e contribuir para que as pessoas com deficiência desenvolvam suas capacidades, sua personalidade e se torne um cidadão ativo e participe de sua sociedade, alcançando o mundo do trabalho e a aquisição de conhecimentos.

A importância e implementação da Educação Especial atende às crescentes exigências de uma sociedade em constante processo de renovação e busca incessante de direito cidadão para todos, dentro das premissas democrática, e isso, só se torna possível, quando a todos é reservado o direito à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para uma formação plena e integral.

Neste transcurso pode-se registrar muitos avanços, na conquista de igualdade e do exercício de direito, através de marcos legais nacionais e internacionais de maneira a fortalecer a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, como por exemplo, a Lei nº 4024/61 que enquadrou a educação de excepcionais no sistema geral de educação uma vez que, o atendimento a esse público era feito por instituições e oficinas separadas do ensino regular; a Lei nº 5692/71 que intencionava antevê “tratamento aos excepcionais” considerando que as escolas e classes especiais passaram a ter um número elevado de alunos com “problemas” e que não teriam necessidade de estar ali.

Isso levou a oficialização da Educação Especial e de classes especiais através da criação do Centro Nacional de Educação Especial. O Parecer nº 848/72 do Conselho Federal de Educação sugerindo a adoção de medidas dinamizadas ao ensino e amparo ao excepcional; a Constituição Federal (1988) assegurando o dever do Estado para promover o bem comum através de seu Artigo 3º, Inciso IV e em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988, Art. 5º, Inciso I)

A Constituição Federal é clara ao garantir em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seu Artigo 206, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal em seu Artigo 208, Inciso III. Assim, a Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio de igualdade.

Dessa maneira, todo aluno tem direito de estar matriculado e frequentar o ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não podendo haver atos discriminatórios a qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto.

Outro avanço é a Lei nº 7853/89 que prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, quer seja público ou privado; a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), aprovada em Jomtien na Tailândia, em 1990, através de um compromisso estabelecido internacionalmente, com intuito de garantir que todas as pessoas, especialmente crianças, tenham acesso a uma educação básica de qualidade, a Declaração de Salamanca em julho de 1994, cujo objetivo foi realçar no princípio orientador o desafio da educação inclusiva lançado às escolas, pois seu objetivo e dever é acolher e ensinar a todos os alunos.

Ainda nas políticas públicas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, que preconiza a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família em promovê-la, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho; também temos a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência em Guatemala no ano de 2001. Outro documento importante é a Convenção de Guatemala em suas diretrizes e deliberações coparticipativas (países que comporiam a Convenção) fica evidente que, todas as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos das outras pessoas de não serem discriminadas por terem uma deficiência.

Isto posto, no Artigo 1º, § 2, “a” a Convenção defini o termo discriminação:

O termo “discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em

deficiência, antecedente de eficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (ONU, 2006, Artigo 1º, § 2, "a")

Neste documento deixa claro que pessoas com deficiência não podem receber tratamento desigual e comprehende a discriminação como forma de diferenciação, restrição ou exclusão com base na deficiência. Este tratado internacional visa promover, proteger e assegurar o gozo pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Permeando ainda os caminhos da legislação, temos o Decreto nº 6.571/2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e consolida diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva, sua importância reside principalmente na consolidação de políticas públicas para o público da educação especial. Além disso, ao reafirmar o compromisso com a educação inclusiva, o decreto também fomenta uma cultura educacional mais diversa e respeitosa, preparando melhor a sociedade para lidar com a diversidade e promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva como um todo.

Por fim, neste artigo citamos ainda o Decreto nº 6.949, 25 de agosto de 2009, cujo propósito visa promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito por sua dignidade inerente. Quando nos reportamos a esses documentos em seus apontamentos percebemos um progressivo avanço sobre o tema em questão.

Tudo isso, têm contribuído para que se efetive o atendimento às pessoas deficientes e reafirme que a Educação é um direito incondicional de todos com efetivo dever do Estado e participação da família. Devemos promover constitucionalmente e numa envergadura de humanidade a aceitação e valorização das diferenças como nos descreve Paulo Freire (2005), a ideia de inclusão não representa um ideal inalcançável, mas sim uma chance que podemos aproveitar, desde que estejamos dispostos a combater nossos preconceitos e práticas de exclusão que muitas vezes são disfarçadas.

Apesar dos avanços significativos em políticas públicas que garantem os direitos das pessoas com deficiência, especialmente no campo da educação inclusiva, ainda

enfrentamos desafios consideráveis que limitam o alcance pleno dessa idealização. Esses desafios podemos mencionar a necessidade contínua de compromisso político, investimento financeiro, capacitação profissional, sensibilização social e ações coordenadas a fim de avançarmos em direção a uma educação inclusiva, em que todas as pessoas, independentemente de suas limitações, possam participar ativamente e alcançar seu máximo potencial.

## **2. Incluir para não excluir: a necessidade de uma nova perspectiva para a Educação Especial e Inclusiva no espaço escolar**

Considerando a importância do tema em questão, faz-se necessário, no âmbito escolar, promover e desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas através de uma nova perspectiva da educação especial e a inclusão de sua clientela, crianças e estudantes com deficiência.

Sem isso, torna-se inviável inserir o indivíduo no processo educativo de modo a lhe proporcionar uma aprendizagem significativa e inclusiva, uma vez que, a inclusão educacional é um direito do aluno e para que se efetive, requer mudanças que vão desde suas concepções e práticas de gestão, recursos adequados em sala de aula até a formação continua dos profissionais da área da educação.

Para que isso ocorra na prática deve-se reportar aos fundamentos da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. Incluir pessoas com deficiência no âmbito da escola converge para um lugar mais propício e favorável à aprendizagem, desde que conte com e respeite as singularidades e o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo.

Isso permite olhar o aluno de forma individualizada e com caráter colaborativo observando suas potencialidades antes das dificuldades. Essa possibilidade ocorre quando se constrói um espaço tempo de gestão que abrace as diferenças existentes. Nessa compreensão, tal atitude vai contra o que se tem feito com crianças com deficiência, simplesmente “matricular por matricular”. Mas, sim garantir e assegurar aos professores e a própria escola as condições e os suportes necessários à sua ação pedagógica.

Deve-se levar em conta, no contexto da escola, o apoio profissional e sala de recursos multiprofissionais que sejam apropriados e que possam mediar e auxiliar nesse processo de inclusão para aprender e exercer a cidadania. Neste panorama, verifica-se

que a inclusão é um processo amplo e progressivo, que requer uma transformação que perpassa pela mentalidade coletiva e da própria pessoa com deficiência e pelos ambientes físicos, ou seja, nos últimos cinquenta anos em todo o mundo, vem ocorrendo mudanças no que se refere a inclusão como processo social amplo e complexo e que foca seus interesses em promover o desenvolvimento e o exercício da cidadania de pessoas com necessidades especiais como enfatiza SASSAKI (1997).

No decorrer dessas últimas décadas, frente a inúmeras lutas e conquistas, a escola como espaço inclusivo tem sido o ponto central para inúmeras reflexões e debates acalorados. Isso começa pelas dimensões físicas e estruturais dos estabelecimentos de ensino que se somam a diversos outros elementos que caracterizam esses espaços, quer sejam, físicos-estruturais e de caráter humano (experiências, sentimentos, comportamentos, conhecimentos, etc.,).

Importante salientar, que essas discussões levam a debates sobre o real papel político do Estado acerca dessa problemática e quais são os programas por ele aplicados em suas deliberações. Pois incluir e ensinar qualquer indivíduo que seja, sobretudo as crianças, com qualquer especificidade (deficiência) é um desafio enorme para o sistema regular de ensino em nosso país.

Não é preciso nos reportarmos aos compêndios ou livros de História para saber que ao longo de sua trajetória a humanidade demonstra preconceitos e discriminação que geram movimentos em diversos níveis e segmentos da sociedade. Essa exclusão social abrange a mulher, o estrangeiro, o deficiente físico e/ou intelectual e outras pessoas tidas como fora dos “padrões” considerados “normais”, por exemplo, na Esparta era natural excluir um indivíduo “anormal” jogando-o precipício abaixo, uma vez que, essa sociedade preconizava no humano um ideal de beleza e perfeição.

As práticas excludentes acontecem devido aos valores culturais impregnados nas sociedades humanas para nortearem suas ações. Isto é o resultado de um longo processo histórico de construção de valores morais em diversas culturas e em todo o globo. No âmbito escolar o que é considerado “normal” e/ou “anormal” também provoca esse movimento de exclusão.

No Brasil e em outras partes do mundo, a escola esteve voltada para atender os interesses e os privilégios das classes dominantes. Nesse sentido, podemos lembrar o papel que a escola exerce para a construção de valores que auxiliem os indivíduos a pautar

sua vida pessoal e coletiva no respeito pelas diferenças. Diferenças provocadoras de exclusão.

Cabe à escola criar as condições necessárias, em seu dia-a-dia, para a prática de uma convivência harmônica, respeitosa, tolerante e de ajuda mútua considerando os pontos de vista do outro. Assim, é necessário que diante do campo da Educação Especial e Inclusiva ocorra seu debate em meio a sociedade para discutir o papel da escola na superação da lógica da exclusão.

O autor Facion, nos diz que,

“A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55).

No cenário do mundo pós-industrial (pois, vivemos na era de inúmeros avanços tecnocientíficos) é possível ser diferente, mas não se admite viver e demonstrar a (in)diferença em meio a luta por liberdade de expressão quer sejam físicas, intelectuais, sexuais, linguísticas, culturais e de outra natureza.

Dessa forma o princípio da educação inclusiva se fundamenta num sentido de que independentemente das diferenças e dificuldades, todos devem aprender juntos. Essa premissa permite apontar como dever do Estado garantir que todos tenham acesso ao Sistema Educacional inclusivo e que delibere, ao mesmo tempo, ações que combatam e penalizem atitudes discriminatórias.

Entrementes, levando-se em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente – através da Lei nº 8.069/90, em seu artigo 55, esclarece que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, obrigação que, por sua vez se dá, como direito de todos, indiferente de qualquer tipo de diferença.

Pensar em inclusão, é reconhecer a necessidade de valorizar o ser humano em suas mais variadas características e fortalecer a aceitação das diferenças pessoais e/ou coletivas para que se aprenda a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos os envolvidos.

Por esses caminhos de lutas e desafios com o uso recorrente no ideário dos verbos “incluir” e/ou “integrar” que, semanticamente possuem definições parecidas, vale dizer que, no que ainda se refere a esses “movimentos de lutas”, essas palavras denotam “filosofias” diferentes, com o intuito principal, de inserir socialmente pessoas deficientes.

Para Mantoan (2003), a inclusão é a garantia de conviver com as diferenças, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.

É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Ainda citando a autora: “Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos” (Mantoan, 2003, p.41).

No entanto, analisando o percurso histórico da educação no Brasil nos deparamos com muitos professores que não estão preparados para lidar com as especificidades de modo a garantir um aprendizado. E quando se trata de alunos com deficiências maiores são os entraves, pois não se resolve tais questões através de fórmulas mágicas e instantâneas e sem o envolvimento de todos, família, professores e comunidade escolar.

### **3 Conclusão**

A análise histórica da Educação Especial e Inclusiva revela uma trajetória complexa de exclusão e estigmatização das pessoas com deficiência, que remonta aos tempos pré-históricos e perpassa diversas culturas e períodos históricos. Dessa forma, observa-se que ao longo dos séculos, a perspectiva sobre a deficiência evoluiu, passando de um olhar de segregação para uma abordagem mais inclusiva e humanizada.

No entanto, essa mudança ainda enfrenta resistências significativas, especialmente em contextos onde o preconceito e a discriminação são culturalmente arraigados. No Brasil, a Educação Especial e Inclusiva tem se estruturado e avançado a partir de marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que asseguram o direito à educação para todos, incluindo as pessoas com deficiência.

Esses avanços legais são importantes para garantir a inclusão efetiva, que deve ir além da simples integração dos estudantes/crianças com deficiência nas escolas regulares, buscando a sua plena participação e aprendizagem significativa.

É imprescindível reconhecer que a inclusão exige uma mudança intensa nas práticas pedagógicas, na formação dos profissionais de educação e na estrutura das instituições escolares. A inclusão deve ser entendida como um processo contínuo e dinâmico, que requer o compromisso de toda a comunidade escolar e da sociedade em geral. Essa atitude inclui a adaptação de currículos, a oferta de recursos adequados e a valorização das especificidades de cada sujeito, promovendo um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade.

Logo, a Educação Especial e Inclusiva não deve ser vista apenas como uma política educacional, mas como uma filosofia que permeia todos os aspectos da vida social, assegurando que todas as pessoas, independentemente de suas limitações ou diferenças, tenham a oportunidade de participar plenamente na sociedade e alcançar seu máximo potencial.

Isto posto, a implementação efetiva desse pensamento, conceito, depende de uma ação conjunta para eliminar preconceitos, garantir direitos e promover uma educação de fato inclusiva e democrática.

## Referências

**BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 08 jul. 2024.

**BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria CENESP/MEC,** Brasília, n. 69, 1986. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2024.

**BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

**BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007.

**FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

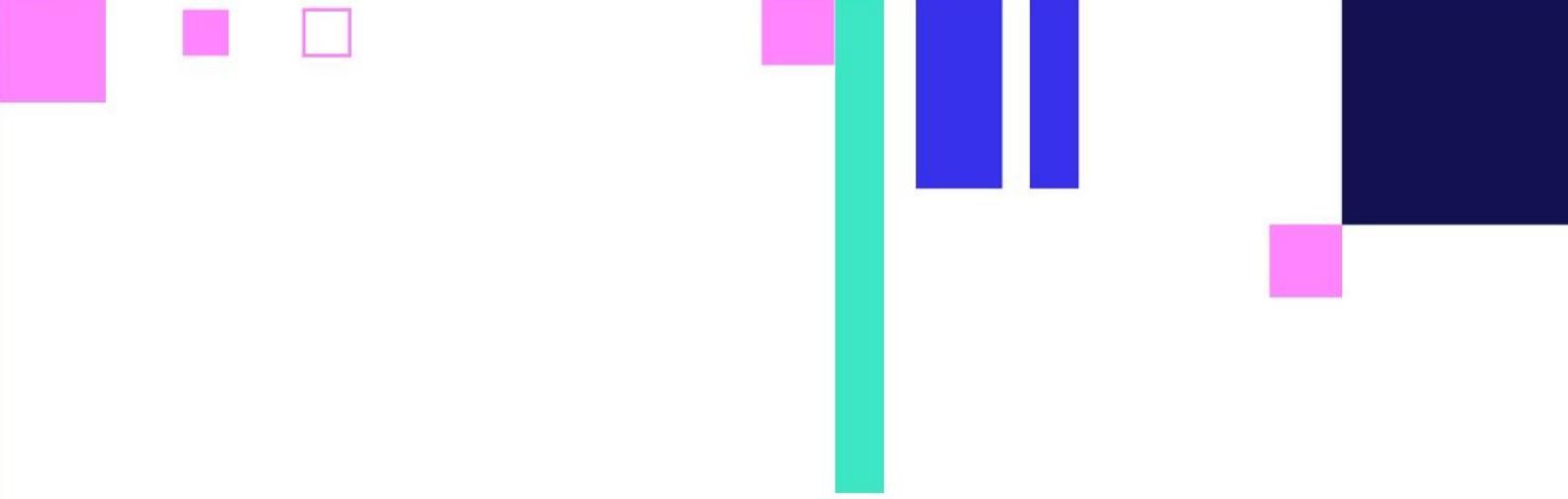
**MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Scipione, 1988.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** / Olga Maria Piazzentim Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranhe In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

UNESCO; Ministério da Educação e Ciência da Espanha. (1994) Relatório Final da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 junho, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 08 jul. 2024.



## Capítulo 9

# O USO DE AÇÕES LÚDICAS COMO FERRAMENTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

*Ana Paula de Sousa Costa  
Vanessa Genário de Aquino Soares  
Wérica Martins do Nascimento  
Eliana Ester Cristante Mendes  
Nadia Geane Bernardo Neves  
Bruna Gomes Gimenes*



# O USO DE AÇÕES LÚDICAS COMO FERRAMENTAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Ana Paula de Sousa Costa**

*Graduada em Pedagogia*

**Vanessa Genário de Aquino Soares**

*Graduada em Pedagogia*

**Wérica Martins do Nascimento**

*Graduada em Pedagogia*

**Eliana Ester Cristante Mendes**

*Graduada em Pedagogia*

**Nadia Geane Bernardo Neves**

*Graduada em Pedagogia*

**Bruna Gomes Gimenes**

*Graduada em Pedagogia*

## **RESUMO**

A inclusão é um assunto cada vez mais recorrente nas mídias e um direito constitucional das pessoas com deficiência. Esse processo exige grandes mudanças nas estruturas físicas e na mentalidade das pessoas, pois, falando de uma maneira ampla, a sociedade não aprendeu a pensar, olhar e valorizar as diferenças, sendo o ambiente sócio - cultural de nossa realidade, inclusive a escola, pouco propício a compreender e cooperar com o outro. As atividades recreativas adaptadas caracterizam-se como uma grande oportunidade para que o indivíduo com necessidades especiais possa desenvolver uma atividade física, deixando de lado o sedentarismo e o isolamento social. Um aspecto importante a ser

abordado, é que além das limitações impostas pela deficiência, o indivíduo com necessidades especiais pode sofrer ainda, com outros problemas decorrentes da falta de estruturas físicas dos centros urbanos não adaptados para as condições individuais básicas de mobilidade necessárias para vida cotidiana, onde muitas vezes dificultam ou impedem a realização da prática de exercícios físicos. Para essa pesquisa utilizaremos teóricos como HEIL (2014) e NEGRINE (1994).

**Palavras-chave:** Lúdico. Inclusão. Prática pedagógica

### **ABSTRACT**

Inclusion is an increasingly recurrent topic in the media and a constitutional right of people with disabilities. This process requires major changes in people's physical structures and mentality, because, broadly speaking, society has not learned to think, look at and value differences, and the socio-cultural environment of our reality, including schools, is not very conducive to understanding and cooperating with others. Adapted recreational activities are characterized as a great opportunity for individuals with special needs to develop physical activity, leaving aside a sedentary lifestyle and social isolation. An important aspect to be addressed is that in addition to the limitations imposed by the disability, individuals with special needs may also suffer from other problems resulting from the lack of physical structures in urban centers that are not adapted to the basic individual mobility conditions necessary for daily life, which often make it difficult or impossible to practice physical exercise. For this research, we will use theorists such as HEIL (2014) and NEGRINE (1994).

**Keywords:** Playful. Inclusion. Pedagogical practice

## **INTRODUÇÃO**

A Educação inclusiva está sendo atualmente muito discutido no cenário educacional, em que diversos autores buscam refletir despertando nos leitores mudanças de ensino para uma melhor aprendizagem aos alunos especiais, fazendo com que eles se sintam incluídos dentro do contexto educacional.

Para muitos, o lúdico é uma das principais formas de inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência. Outros acreditam que por meio do esporte, somos capazes de diminuir consideravelmente os índices de exclusão.

A inclusão social dos alunados tem se tornado uma realidade através da prática de atividades recreativas. Nessa perspectiva, o presente projeto é voltado para o ensino fundamental I, onde os alunos necessitam de uma maior capacidade de entendimento das ideias inclusivas, a fim de se tornarem adultos conscientes. A aplicação das atividades

recreativas adaptadas nesse projeto nos permite refletir sobre o potencial da escola em unir pessoas de diferentes condições físicas.

Dessa forma, as práticas recreativas adaptadas são capazes de dar um sentido para a vida, assim como alunos que possuem dificuldade de se inserir dentro do contexto escolar. Nessa perspectiva, visa desempenhar o papel de incluir a percepção de competência e identidade pessoal, identidade esta como aluno do contexto escolar e não como deficiente físico.

Assim, destaca-se que o esporte para pessoas com algum tipo de deficiência teve início com uma tentativa de colaborar no processo terapêutico delas e logo cresceu e ganhou muitos adeptos, chegando a extrapolar o meio de recuperação e passou a se tornar uma grande alternativa no processo de inclusão social e escolar.

Atualmente mais do que terapia o esporte para esta população caminha para o alto rendimento e o nível técnico dos atletas impressiona cada vez mais o público e os estudiosos da educação.

Nesse sentido, observou-se a relevância em elaborar uma pesquisa bibliográfica envolvendo a recriação de atividades adaptadas e pessoas com deficiência física, promovendo uma melhor qualidade de vida em seu cotidiano.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

As práticas recreativas adaptadas devem ser trabalhadas de forma única e de forma integrada, em indivíduos com ou sem limitações físicas, ou seja, com ou sem deficiência, ou de forma segregada, em que as pessoas com deficiência praticam e competem separadamente daqueles sem deficiência.

Heil (2008) explica que é uma prática recorrente da sociedade fazer uma associação da pessoa com deficiência a falta de produtividade, ou seja, que a possibilidade do fracasso é facilmente apontado e o sucesso é pouco percebido e quando percebido é atribuído com mérito, não sendo valorizado o esforço depositado para tal proeza. O esporte adaptado exerce um papel importante na sociedade porque ele combate este tipo de preconceito e estereótipo em torno das pessoas com deficiência, ajuda na promoção social e financeira daqueles que buscam nele uma alternativa de vida.

Corroborando com o supracitado, Moura (2006) evidencia que a Paraolimpíada é dos grandes exemplos de importância atribuído ao esporte adaptado, e da perspectiva

que ele oferece de crescimento multifatorial dos para atletas, onde se podem ver exemplos de adaptação e superação de atletas deficientes.

Para COSTA e SILVIA (2013) o esporte pode ser entendido como um fenômeno sociocultural com formas de manifestações mais distintas que podemos observar. O esporte adaptado se coloca como uma destas possibilidades sendo um objeto complexo com raízes na reabilitação de soldados que perderam membros inferiores ou superiores durante a Segunda Guerra Mundial.

Nessa perspectiva, o conceito de inclusão é dado por meio do processo pelo qual a pessoa com deficiência de qualquer tipo de necessidade especial se preparam para assumir papéis ativos na sociedade e como resposta, a sociedade se adapta para atender as necessidades de todas as pessoas, respeitando os seus limites e aceitando-os como eles realmente são.

Costa e Silva (2013) entende que o processo de inclusão social através do esporte adaptado encontra-se na sociedade atual como um importante pilar e crescimento de pessoas com deficiência, porém o componente competitivo lhe confere uma face de exclusão, onde os sujeitos são selecionados e comparados frente sua capacidade física, deixando de lado aquelas que estão em níveis inferiores, desta forma, o crescimento da importância social e do profissionalismo presente no esporte lhe confere um papel paradoxal frente à inclusão de pessoas com deficiência física.

Quando se fala em esportes adaptados dentro do contexto escolar, e em consequência disso da Educação Física, Winnick (2004), entende que a Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física escolar, onde podemos desenvolver diversas atividades, tais como brincadeiras, danças e esportes são adaptados as necessidades dos alunos deficientes, visando superar a exclusão que comumente ocorre nas aulas ou tendo por objetivo atingir uma participação satisfatória de todos os alunos.

Nas escolas contemporâneas, todos os alunados possuem o mesmo direito de participar das práticas pedagógicas, de modo que possam aprender o mesmo conteúdo e exercer sua cidadania de maneira igualitária sem nenhuma forma de exclusão. Nesse sentido, a Educação Física visa garantir este direito por meio dos esportes adaptados, onde professor irá adaptar suas atividades de modo que todos os alunos, inclusive os deficientes, possam fazer parte do processo de ensino-aprendizagem.

Quando se fala em Esportes Adaptados, ou em Educação Física Adaptada é comum nos remetermos às aulas aplicadas em escolas especiais ou turmas cuja a escola recebe

alunos com deficiência. A maioria dos trabalhos acadêmicos, dentre pesquisas artigos e relatos de experiência, trata de o Esporte Adaptado como um meio facilitador e democrático para os deficientes praticarem as modalidades esportivas. Concordamos com essa finalidade dos Esportes Adaptados, porém entendemos que a discussão sobre deficiência é muito importante e necessária também para os alunos que não são deficientes.

Dessa forma, o esporte adaptado se dá por meio do entendimento de que há relação estreita entre esporte e educação física, principalmente se considerar a escola como principal palco das atividades educacionais desenvolvidas. Primeiramente, esclarecemos que o esporte e a educação física têm se apoiado mutuamente, mesmo tendo aspectos que os diferenciam em termos de objetivos, revelando suas identidades.

Para Almeida (1995), entende que o esporte não é somente educação física, assim como educação física não é basicamente esporte. Ambos andam sim, no mesmo caminho e estão inseridos no estudo do movimento humano. Este autor acrescenta ainda que a falta de reflexão neste sentido tem nos levado cada vez mais a criar distâncias entre esporte e educação física e, consequentemente, a temer uma interposição entre estes.

As atividades lúdicas abrangem inúmeras capacidades de criação e desenvolvimento de metodologias diferenciadas, as quais contribuem de maneira significativa em variados pontos, como por exemplo, no desenvolvimento dos aspectos cognitivos, motores, sociais e afetivos, e, sobre isso Negrine (1994, p. 34), complementa dizendo que,

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

Partindo do pressuposto das inúmeras significações evidenciadas pelas atividades lúdicas, nota-se que nestas estão impregnadas muitas riquezas, e disso decorre a necessidade da efetivação de práticas e ações que as envolvam. Almeida (2003, p. 57), ressalta que,

(...) a educação lúdica, além de contribuir e influenciar na formação da criança e do adolescente, possibilitando um crescimento saudável, um enriquecimento permanente, integra-se ao mais alto espírito de uma prática democrática enquanto investe em uma produção séria do

conhecimento. Sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio.

Corroborando com a fala de Almeida, enfatizamos que o lúdico é um importante aliado no processo de ensino-aprendizagem, haja vista que as atividades contribuem nos estímulos e no desenvolvimento de bons resultados no processo educativo. As dinâmicas das aulas transbordam diversão e prazer, além de muitos conhecimentos, despertando nos sujeitos a sensação de aulas significativas e inesquecíveis. Essas atividades apresentam auxílios na evolução da autoestima, estimulação da criatividade, desejo de aprender, fomentados através de práticas leves e descontraídas. Geralmente, quando nos remetemos a lembrar do processo histórico escolar, e escolhemos especificamente um momento, uma aula, um professor, etc., sempre nos lembramos de momentos/conteúdos/atividades transmitidas de maneira lúdica. Tal afirmação pressupõe o quanto as atividades lúdicas deixam resultados positivos e significativos para a vida dos sujeitos.

Contudo, é válido ressaltar que os docentes, na realização de seu plano de aula diário e/ou planejamento semanal/mensal, não devem minimizar o ensino dos conteúdos necessários, em troca de aulas alegres e prazerosas, todavia, sem apresentar conhecimentos relevantes. Esses momentos devem ser utilizados para a pesquisa da sua própria prática docente, bem como, na busca por informações específicas sobre a identidade dos educandos, e assim potencializar suas aulas, em torno dos diferentes níveis de aprendizagens, das preferências de aprendizagem, entre tantas outras abordagens que devem ser analisadas e (re) pensadas, para que assim as ações possam ser redirecionadas. Essas observações podem ser realizadas até mesmo no dia-a-dia dos docentes, haja vista que, “[...] em todo lugar temos crianças à nossa volta, e o desenvolvimento do conhecimento lógico, matemático, do conhecimento físico, e assim por diante não podemos estudar em nenhum lugar melhor do que em crianças.” (PIAGET, 1978. p. 21).

De acordo com Almeida e Cipriano (2016, p.08):

(...) o brincar, partindo do universo lúdico e acontecendo na forma de brincadeira e/ou do jogo, tendo o brinquedo como o suporte material, traduz-se como recurso, estratégia, instrumento, ação, possibilidade e intervenção propriamente dita junto a crianças que se encontram dentro do Espectro do Autismo.

Face ao exposto, evidencia-se a importância das atividades lúdicas para o desenvolvimento da criança autista, uma vez que possibilita uma gama de benefícios, como a interação, a diversão e o espírito de colaboração entre as crianças.

**É notório que quanto maior o nível econômico das famílias, mais larga será a possibilidade de uma educação de qualidade. Portanto, as crianças que não possuem esse poderio financeiro, necessitam de estímulos maiores para aprender, e, se estes não lhe forem dados, maior será o índice de evasão escolar. Nessa perspectiva, surge o lúdico, que está em todas as atividades que despertam o prazer, a felicidade. Através destas, o educando terá um maior desejo em aprender, e assim, a escola deixará de ser um espaço onde se ministram aulas “chatas”, e passará a ser um espaço atrativo e divertido para as crianças.**

A ludicidade se trata de um importante instrumento pedagógico, que vêm contribuindo com inúmeras alternativas de auxílio ao trabalho docente, como por exemplo: jogos, música, brincadeiras, etc. Cabe salientar que, o espaço da sala de aula é reservado para brincadeiras, desde que os professores consigam aliar os objetivos específicos propostos para a aula, com o desejo dos alunos. Esses momentos necessitam apresentar planejamentos direcionados, com orientações e objetivos pré-definidos, uma vez que, se as brincadeiras forem apresentadas sem fundamentos e intencionalidades, os professores acabam perdendo o rumo das lições, e permitindo que suas aulas se tornem insignificantes e sem desígnios claros.

A educação é um item básico para formar uma vida ativa do ser humano. Com uma boa educação a sociedade terá cidadãos que irão contribuir para o crescimento do mundo.

Em 1988 a Constituição, Leia 7853 de 1989 teve o apoio das pessoas com deficiência e sua integração social, Estatuto da Criança e Adolescente de 1990. Capítulo da LDB 1996, sobre educação Decreto 3298 e3 1999 regulamenta na Lei 7853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional, para integração da Pessoa portadora de deficiência.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais tem que ser feita nas escolas e na sociedade, como este presente na lei, os professores, os familiares e a sociedade, todos devem estar dispostos e empenhados para que essa inclusão aconteça, de maneira mais natural e tranquila possível. Na educação, muitas das vezes o aluno com alguma deficiência é visto como “diferente.” Com base em pesquisa bibliográfica, sobre o tema educação inclusiva, a muita contradição entre discurso e ação.

Vários professores relatam sobre a dificuldade encontrada no ambiente de trabalho, com falta de infraestrutura para que a inclusão aconteça, dentre essas dificuldades o número elevado de alunos em sala de aula e a angustia de ensinar as crianças que necessitam de uma atenção especial.

Lembrando que nas salas de aulas muitas das vezes a somente um professor com turma de até 20 alunos, compostos por crianças que não tem nenhum tipo de deficiência e crianças com alguma síndrome.

Com essas perspectivas a questão norteadora é identificar e fazer valer a inclusão social das crianças. O curso de Pedagogia foi crescendo cada vez mais, os professores já podiam trabalhar em outros lugares, como fabricas ruas, projetos sociais, igrejas, hospitais, entre outros. O pedagogo também exerce o papel de Gestor e Supervisor, em diversos segmentos diferentes.

E seja qual for o local que trabalhamos, vivemos sempre nos deparamos com pessoas com algum tipo de necessidade especial e temos como dever é fazer com que essas pessoas se sintam acolhidas e inclusas, em tudo o que for fazer. O professor tem que estar capacitado para saber lidar com as diferenças do seu dia a dia, cabe a escola dar esse suporte para seus professores, para que a inclusão seja bem-feita, de modo que todos os colaboradores possam participar e exercer a inclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Evidencia-se a partir desse projeto que foi possível identificar como os alunos precisam evoluir nas questões referentes aos deficientes, tendo uma tomada de consciência, percebendo que não são doentes e incapacitados. Conclui-se, portanto, que se houver respeito, ajuda, solidariedade e cooperação todas as crianças podem brincar juntas e se divertirem.

Identificaram a importância de pensarmos nos deficientes, respeitando-os e pensando a importância de pensarmos os espaços públicos para todos. Confirmamos a importância de refletirmos sobre os deficientes nas escolas regulares. Toda criança tem direito a educação com excelência, direito a inclusão, ao respeito.

A família deve assegurar o direito de suas crianças, e apoiar sempre que independente da dificuldade da criança, ela tem direito a fazer o que quiser.

Que poderá estudar trabalhar, constituir sua família, direito de ir e vir. E que a escola tem o dever de aceitar e fazer a inclusão dessas crianças, sempre abordando o tema com amor e dedicação.

A inclusão é um dos princípios garantidos pela Lei de Diretrizes e Base da Educação e a educação é um direito garantido na Constituição Brasileira de 1988 e que deve zelar pela qualidade do ensino e pela equidade entre os estudantes. Pautados nessa igualdade, pensamos num projeto em que a inclusão fossem evidenciadas de forma contundente.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Roberto Hernandez; SILVA, Carlos Fernandez; **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

LIRA, Natali Alves Barros; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A Importância do Brincar na Educação Infantil**. 2014. Disponível em: <[http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Natali.pdf](http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Natali.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2021.

HEIL, E. (2008) **A percepção de atletas com deficiência visual sobre o esporte adaptado**. Disponível em: Acesso em: 10 de junho de 2014. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Edineia%20Benvenutti%20Heil.pdfm>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

Moura, W.L.; Benda, R. N.; Novaes, J. S.; Tubino, M. J. G. (2006). **O Atletismo no desenvolvimento de crianças portadoras de necessidades especiais**. Motricidade 2 (1): 53-61

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**: Simbolismo e Jogo. Porto Alegre: PRODIL, 1994.



**Capítulo 10**

**JOGOS LÚDICOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE  
BIBLIOGRÁFICA**

*Fabiana Girolometto Ferreira*

# **JOGOS LÚDICOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

***Fabiana Girolometto Ferreira***

*Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3579099823061653>*

*Possui graduação em Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (2016). Especialista em Metodologia e Didática da Educação Matemática e Física pela Faculdade Santo André (2018). Especialista em Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Rondônia - Campus Vilhena (2021). Atuou como bolsista do PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência. Atuou como professora substituta de matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia e Orientadora de Estágio do Curso Técnico em Finanças e Técnico em Meio Ambiente promovido pelo Instituto Federal por meio do programa MEDIOTEC. Atualmente é professora de matemática no núcleo de educação indígena da Secretaria do Estado de Educação de Rondônia – SEDUC.*

## **RESUMO**

Os jogos lúdicos na educação inclusiva são fundamentais para entender como essas ferramentas podem promover a participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades. O objetivo geral é investigar o papel e a eficácia dos jogos lúdicos na promoção da educação inclusiva, visando compreender como essas ferramentas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento integral de todos os alunos em ambientes educacionais diversificados. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa apoiando-se em artigos científicos de diversos autores. Pode-se concluir que tivemos avanços significativos na integração dos jogos lúdicos na educação inclusiva, reconhecendo seu potencial para promover a participação e o aprendizado de todos os alunos. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a adaptação de jogos para atender às necessidades específicas dos alunos e a garantia de acesso igualitário a essas práticas educacionais.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Profissionais; Jogos Lúdicos.

## ABSTRACT

Playful games in inclusive education are fundamental to understanding how these tools can promote the participation of all students, regardless of their abilities or needs. The general objective is to investigate the role and effectiveness of playful games in promoting inclusive education, aiming to understand how these pedagogical tools can contribute to the integral development of all students in diverse educational environments. A bibliographical research was carried out with a qualitative approach based on scientific articles by various authors. It can be concluded that we have made significant progress in the integration of playful games in inclusive education, recognizing their potential to promote the participation and learning of all students. However, there are still challenges to be faced, such as adapting games to meet students' specific needs and ensuring equal access to these educational practices.

**Keywords:** Inclusive education; Professionals; Playful Games.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se tornado cada vez mais uma prioridade nas discussões educacionais contemporâneas, visando garantir o acesso equitativo à educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais. Dentro desse contexto, os jogos lúdicos emergem como uma ferramenta pedagógica poderosa, capaz de promover a inclusão e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Nesta análise bibliográfica, exploramos a interseção entre os jogos lúdicos e a educação inclusiva, buscando compreender como essas práticas podem ser articuladas para atender às necessidades diversificadas dos alunos em sala de aula. Ao mergulharmos na literatura acadêmica pertinente, examinamos os fundamentos teóricos que embasam essa abordagem, bem como os benefícios tangíveis que os jogos lúdicos oferecem para a promoção da inclusão educacional.

Além disso, esta análise propõe uma reflexão inicial sobre as possibilidades e desafios envolvidos na implementação efetiva de jogos lúdicos na educação inclusiva. Consideramos não apenas os aspectos pedagógicos, mas também os fatores sociais, culturais e institucionais que influenciam essa prática, buscando identificar estratégias eficazes para superar as barreiras e maximizar os impactos positivos.

A partir dessas reflexões iniciais, cheguei à questão norteadora: Como os jogos lúdicos podem ser efetivamente utilizados como ferramentas pedagógicas na promoção

da educação inclusiva, considerando os desafios e as oportunidades presentes no contexto educacional atual?

O objetivo geral é assim definido: investigar o papel e a eficácia dos jogos lúdicos na promoção da educação inclusiva, visando compreender como essas ferramentas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento integral de todos os alunos em ambientes educacionais diversificados.

Como objetivos específicos elencamos:

- Analisar a literatura acadêmica sobre os fundamentos teóricos que embasam o uso de jogos lúdicos na educação inclusiva.
- Identificar os benefícios associados à implementação de jogos lúdicos em contextos inclusivos de ensino.
- Explorar as estratégias pedagógicas eficazes para integrar jogos lúdicos no currículo inclusivo, levando em consideração as diferentes necessidades e habilidades dos alunos.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, priorizando a pesquisa bibliográfica para analisar a importância dos jogos na educação inclusiva. A busca por dados ocorreu em diversas fontes, incluindo o Scielo e Google Acadêmico. Utilizando palavras-chave como “educação inclusiva”, “profissionais” e “Jogos lúdicos”, foram selecionados artigos em português, fornecendo uma base teórica para o estudo

A motivação para a escolha deste tema reside na urgência de promover práticas inclusivas eficazes no contexto educacional, visando garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade. Pois, acredita-se que os jogos lúdicos representam uma ferramenta pedagógica promissora para alcançar esse objetivo, pois podem engajar os alunos de forma significativa, promover a interação social e facilitar o aprendizado em ambientes diversificados.

Por fim, convido os leitores a explorarem este artigo, uma vez que isso pode enriquecer sua compreensão sobre a relevância dos jogos lúdicos na promoção da educação inclusiva.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A contextualização dos jogos na educação inclusiva evidencia a sua importância como ferramentas pedagógicas versáteis e eficazes. Ao longo dos anos, os jogos têm sido

reconhecidos como instrumentos capazes de promover a interação, o aprendizado e a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais.

Segundo Minetto (2010 p. 46) a luta pela inserção e normalização das pessoas com necessidades especiais fortaleceu-se no século XX através do movimento denominado de “Paradigma da Integração”, que defendia o direito do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE) se matricular na escola regular. Devendo estes adaptar ao ambiente escolar mediante esforços próprios. Ou seja, o sistema de ensino e a escola não tinham responsabilidade nenhuma de adequar-se às necessidades dos alunos.

A inclusão, por outro lado, consiste em garantir o direito de todos a uma educação de qualidade, e as instituições de ensino devem adaptar-se às necessidades dos seus alunos por meio de mudanças estruturais, ajustes curriculares, professores bem formados, equipas de ensino e equipas de apoio prontas para receber educação, proporcionar a esses alunos uma educação de qualidade para que as escolas se tornem ambientes onde todos possam aprender juntos, independentemente de suas diferenças.

Com a chegada da idade moderna o ser humano passou a ser mais valorizado. “começaram as investigações sobre as pessoas com NE, do ponto de vista da medicina aumentaram os estudos sobre as deficiências estarem ligadas à hereditariedade, aspectos orgânicos, biotipologia entre outros” (Ribeiro, 2003 p. 42)

Por volta do século XIX, as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas importantes representantes da sociedade. Neste momento, incentiva-se a criação de organizações que acolham e incluem pessoas com deficiência. Surgiram escolas especiais. “Do final do século XIX até ao final da década de 1950, as instituições para pessoas com deficiência continuaram a crescer em número e tamanho” (Stainback, 1999, p. 37).

Atualmente, todos os envolvidos no processo educativo, incluindo profissionais, pais e pessoas com necessidades educativas especiais, referem-se ao novo paradigma como “inclusão”, que é a inclusão de todos os indivíduos na sociedade, incluindo os níveis de escolaridade.

Segundo Minetto, (2010):

O movimento de inclusão começou por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 1990 naqueles países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século XXI envolvendo todos os países. (Minetto, 2010, p. 47).

O modelo da educação inclusiva é a expressão da democratização escolar e aceitação das diferenças. Não como obstáculo, e sim como características de todo ser humano e intrínseco de cada um. Contudo, a aproximação entre a educação geral e a educação especial é historicamente complexa e requer investigação contínua para responder às expectativas desta aliança.

Hoje a educação deve ser de todos, sem discriminação, sem rótulos, e para haver a inclusão é preciso que todos os alunos tenham acesso e possam se desenvolver em uma escola do ensino regular com uma educação de qualidade.

Segundo Mitller (2003), o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, assinado por 92 países. Esse documento fortalece que: Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. Portanto, as escolas devem oferecer opções curriculares adequadas a crianças com diferentes capacidades e interesses (Declaração de Salamanca, 1994, p. 33).

A Declaração de Salamanca (1994) trouxe o fortalecimento da inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais na escola comum, reafirmando e garantindo não apenas o acesso, mas a permanência do aluno nos diversos níveis de ensino e respeitando sua individualidade e identidade social, ressaltando que as diferenças são normais e a escola deverá considerar essas múltiplas diferenças, promovendo as adaptações necessárias, que atendam as necessidades de aprendizagem de cada educando no processo educativo.

A inclusão propõe mudanças na sociedade, começando pela educação para torná-la possibilí-la e acolher todas as pessoas. Para isto o sistema deve adaptar-se as necessidades educacionais especiais dos alunos por uma educação de qualidade, oferecendo um atendimento que conte com suas necessidades e especificidades. De acordo com Lima (2006, p. 24) “a inclusão exige medidas mais afirmativas para adequar as escolas a todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais”.

## 2.2 BENEFÍCIO DOS JOGOS LÚDICOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os jogos lúdicos oferecem muitos benefícios específicos para alunos com necessidades especiais, contribuindo significativamente para seu desenvolvimento

cognitivo, social, emocional e motor. Oliveira (2012, p. 77) nos coloca que “todas as crianças têm direito a uma educação de qualidade, que atenda a suas necessidades individuais em ambiente que estimulem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social”.

Portanto, é por meio de jogos e brincadeiras que o aluno desenvolve as habilidades necessárias para o aprendizado e a convivência com a sociedade em que está inserido. Para Coelho (2010, p. 8), o ato de brincar não é um privilégio dos tempos modernos. Esta atividade sempre fez parte do dia a dia das crianças, abrindo-lhes novos caminhos e ajudando a melhorar a sua formação social e intelectual.

Nesta perspectiva, os jogos lúdicos devem ser altamente motivadores e envolventes, o que pode ajudar a aumentar o interesse e a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades escolares. A natureza lúdica dos brinquedos permite que os alunos experimentem o aprendizado de forma prática e concreta, facilitando a compreensão de conceitos complexos. Pois, Vygotsky (1991, p. 226-227), considerar o brinquedo como uma atividade condutora que determina a evolução da criança.

Além disso, os jogos fornecem oportunidades naturais para a prática de habilidades sociais, como comunicação, cooperação e trabalho em equipe, ajudando os alunos a desenvolverem relacionamentos positivos com seus colegas. Para alunos com dificuldades motoras, os jogos podem ser adaptados para incentivar o movimento e a coordenação, proporcionando uma forma divertida de desenvolver habilidades físicas.

Neste conceito, os jogos promovem a inclusão em ambiente educacionais, estimulando a participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações. Porque, ao brincar, as crianças não percebem as diferenças ou limitações dos outros, todas agem com o mesmo entusiasmo e ajudam-se mutuamente.

Dentre todas as referências sobre portadores de necessidades especiais, a Declaração de Salamanca (1994) contempla de forma vigorosa esse segmento da sociedade quando preconiza que a escola deve ser:

Para todas as crianças, independentemente de condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, de fala ou outras. As crianças, os jovens e os adultos cujas necessidades decorrem de deficiências ou dificuldades cognitivas são considerados como tendo necessidades educativas especiais e devem ser incluídos em programas educativos concebidos para todos os alunos, mesmo aqueles com circunstâncias graves. Escola inclusiva (uma escola que deve acomodar todas as crianças, independentemente das condições intelectuais, sociais, emocionais,

linguísticas e outras, e deve promover uma educação de alta qualidade para todos os alunos). (Declaração de Salamanca, 1994)

Na perspectiva de uma escola inclusiva, é preciso lembrar que a homogeneidade das práticas docentes é encarada com respeito à diversidade inerente ao ser humano, sendo necessário, portanto, buscar atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos, buscando a excelência em todos; sujeitos no processo educativo aprendizagem significativa e desenvolvimento pessoal.

## 2.3 ADAPTAÇÃO DE JOGOS PARA DIFERENTES NECESSIDADES

Quando se trata em incluir alunos com deficiência nas aulas de educação física, é um desafio que requer estratégias específicas. Adaptar jogos é uma ótima maneira de promover a inclusão e garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de participar e aprender, garantindo uma participação inclusiva e significativa para todos. As adaptações são importantes para inclusão no jogo pelos seguintes motivos:

- Participação: Os jogos adaptados permitem que todos os alunos participem, independentemente da sua capacidade ou deficiência.
- Aprendizagem: Os jogos adaptados podem ser usados para ensinar uma variedade de conceitos, incluindo competências motoras, cognitivas e sociais.
- Interação social: os jogos adaptados podem ajudar os alunos a interagirem uns com os outros de forma positiva (Souto, 2023).

Sendo assim, é importante investir em recursos e capacitação para que educadores e profissionais possam criar e implementar jogos adaptados de forma eficaz e significativa, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado, interação e diversão, porque, segundo Nhary (2009), todos têm a capacidade de realizar coletivamente determinada tarefa dentro de suas limitações físicas, intelectuais e sociais.

No entanto, uma abordagem fundamental é reconhecer a importância da flexibilidade e da personalização na criação de atividades inclusivas, estando aberto à adaptação das regras do jogo para que os materiais e os ambientes lúdicos se tornem relevantes para satisfazer as necessidades específicas dos alunos. Por exemplo, ao adaptar um jogo de queimada (imagem 1) para alunos com deficiência física, é possível utilizar bolas mais leves para garantir que todos possam participar ativamente. Já no caso dos

jogos de quebra-cabeça (imagem 2), destinados a alunos com deficiências cognitivas, é viável simplificar as peças e oferecer pistas visuais adicionais para facilitar a compreensão.

Imagen 1 – Jogo de queimada



Fonte: Disponível em:  
[https://br.freepik.com/vetores-premium/criança-na-cadeira-de-rodas-joga-bola-com-amigo\\_30515319.htm](https://br.freepik.com/vetores-premium/criança-na-cadeira-de-rodas-joga-bola-com-amigo_30515319.htm). Acesso em:  
12. Abril. 2024

Imagen 2 – Quebra cabeça



Fonte: Disponível em:  
<https://br.pinterest.com/ideas/>. Acesso em:  
12. Abril. 2024

Em suma, a adaptação de jogos lúdicos requer uma abordagem personalizada e sensível às necessidades individuais dos alunos, garantindo que todos tenham a oportunidade de se envolver e se beneficiar da atividade de forma inclusiva. Para Aranha (2004), priorizar o desenvolvimento dos sistemas educativos visando incluir todas as crianças, independentemente de suas especificidades individuais, adotar o princípio da educação inclusiva, adaptar as escolas para que elas sejam capazes de oferecer educação de qualidade para todas as crianças.

Além dos exemplos citados acima, há várias maneiras práticas de adaptar regras, materiais e ambientes de jogo para atender as necessidades de alunos com deficiências físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais. Abaixo estão alguns exemplos:

### 2.2.1. Deficiências Físicas:



**Fonte:** <https://pt.dreamstime.com/as-crian%C3%A7as-deficientes-vector-ilustra%C3%A7%C3%A3o-menina-deficiente-e-cega-na-cadeira-de-rodas-ou-no-menino-muleta-image110403563>. Acesso em: 12. Abril. 2024.

- Regras: Em jogos que envolvem movimento físico, como queimada ou futebol, permitir o uso de equipamentos adaptados, como cadeiras de rodas ou bolas mais leves. Além disso, pode-se modificar as regras para permitir que os alunos participem de uma posição sentada, se necessário.
- Materiais: Utilizar materiais táteis ou com texturas diferentes para alunos com deficiências visuais ou auditivas.
- Ambiente: Garantir que o ambiente de jogo seja acessível para alunos com mobilidade reduzida, proporcionando rampas, corredores amplos e superfícies planas para facilitar a locomoção (Instituto Itard, 2023).

### 2.2.2 Deficiências Sensoriais:



**Fonte:** Disponível em: <https://www.dreamstime.com/sensory-activities-kids-disabilities-preschool-children-special-needs-boy-cerebral-palsy-chair-play-mom-home-image208348138>. Acesso em: 12. Abril. 2024.

- Regras: Modificar as regras para incluir sinais visuais ou auditivos que ajudem os alunos com deficiências sensoriais a entender as instruções do jogo. Por exemplo, usar gestos ou sinais sonoros para indicar o início ou o fim de uma rodada.
- Materiais: Utilizar materiais que estimulem os sentidos restantes dos alunos. Por exemplo, em jogos de memória, usar aromas distintos em cada peça para ajudar os alunos com deficiências visuais a identificá-las.
- Ambiente: Garantir que o ambiente de jogo seja adequado para alunos com deficiências sensoriais, minimizando ruídos excessivos, usando cores contrastantes e fornecendo iluminação adequada (Instituto Itard, 2023).

### 2.2.3 Deficiências Cognitivas:



**Fonte:** Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/como-diferenciar-deficiencia-intelectual-de-atraso-cognitivo/>. Acesso em: 12. Abril. 2024.

- Regras: Simplificar as regras do jogo e fornecer instruções claras e diretas.
- Materiais: Utilizar materiais concretos e visuais que facilitem a compreensão dos alunos. Por exemplo, em jogos de contagem, usar fichas coloridas ou marcadores numerados para representar os números.
- Ambiente: Criar um ambiente calmo e estruturado, com poucas distrações, para ajudar os alunos a se concentrarem e se engajarem na atividade de jogo (Instituto Itard, 2023).

#### 2.2.4. Deficiências Emocionais:



**Fonte:** Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/124341639700980293/>. Acesso em: 12. Abril. 2024.

- Regras: Estabelecer regras claras de comportamento e incentivar a cooperação e o respeito entre os participantes.
- Materiais: Utilizar materiais que estimulem a expressão emocional e promovam a compreensão das emoções dos outros. Por exemplo, em jogos de identificação de emoções, usar cartas com expressões faciais diferentes.
- Ambiente: Criar um ambiente seguro e acolhedor, onde os alunos se sintam confortáveis para compartilhar suas emoções e se envolverem na atividade de jogo sem medo de julgamento (Instituto Itard, 2023).

Esses exemplos ilustram como é possível adaptar jogos lúdicos para atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo a inclusão e o engajamento de todos no processo de aprendizagem.

### 3. IMPLEMENTAÇÃO DE JOGOS LÚDICOS NA SALA DE AULA INCLUSIVA

Ao incorporar jogos lúdicos de forma eficaz no currículo de uma sala de aula inclusiva requer estratégias cuidadosamente planejadas para garantir a participação de todos os alunos e promover um ambiente de aprendizado acolhedor. Brito (2015) acredita que para educar as crianças com deficiência é necessário promover a sua integração na sociedade, e neste momento a escola é, sem dúvida, o primeiro passo para a sua integração na sociedade. E sendo assim, uma abordagem eficaz inclui a adaptação dos jogos para atender às necessidades individuais dos alunos, seja por meio de modificação das regras, uso de materiais acessíveis ou suporte adicional, conforme necessário.

Além disso, é fundamental criar uma cultura de inclusão e colaboração, onde cada aluno se sinta valorizado e encorajado a contribuir, independentemente de suas habilidades ou desafios. E os profissionais da escola, tem papel fundamental nesta função, pois segundo Brito (2015) afirma que os profissionais das escolas necessitam observar os progressos que a criança vai conquistando a partir do ponto de vista da própria criança. A autora ainda descreve que: “é preciso analisar o processo desde seu ingresso na escola, como a criança se portava e o que passou a ser capaz de realizar” (Brito, 2015, p. 86).

Ao usar jogos na sala de aula inclusiva, é importante reconhecer que diferentes áreas de aprendizagem podem ser abordadas de maneira criativa e engajadora. Por exemplo, jogos de matemática podem ajudar os alunos a praticarem habilidades numéricas e de resolução de problemas, enquanto jogos de linguagem podem promover a alfabetização, a comunicação verbal e a compreensão textual. Da mesma forma, jogos relacionados à ciência podem oferecer oportunidades para explorar conceitos científicos de forma prática e interativa, enquanto jogos de habilidades sociais podem incentivar a cooperação, a empatia e a resolução de conflitos.

Freire (2002, p. 52) enfatiza o papel dos professores no processo de aprendizagem, afirmindo que “saber ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a produção ou construção do próprio conhecimento”. Portanto, fica claro que métodos interessantes auxiliam os professores no processo de construção e geração de conhecimento dos alunos em diferentes áreas do conhecimento.

Ao incorporar jogos lúdicos ao currículo, os educadores podem criar experiências de aprendizagem mais dinâmicas e significativas, que atendam às diversas necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos dentro da escola inclusiva.

Para Aranha (2004, p. 7), afirma que:

Uma escola inclusiva é aquela que garante a qualidade da educação de cada aluno, reconhece e respeita a diversidade e responde às potencialidades e necessidades de cada aluno. Segundo a autora, a escola só poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação.

A educação inclusiva possui a proposta de integrar ao ambiente escolar a valorização e aceitação das diferenças presente em cada indivíduo, tendo como desafio colocar em prática os preceitos da educação especial, que é o de transformar a escola em um espaço igualitário, onde todos os alunos possam estar incluídos no processo de ensino aprendizagem, seguindo o mesmo contexto escolar.

## CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia a significativa contribuição dos jogos lúdicos para a promoção da educação inclusiva. Ao longo deste estudo, foi possível compreender como essas ferramentas pedagógicas podem ser eficazmente utilizadas para atender às necessidades diversificadas dos alunos, promovendo a participação, o engajamento e o aprendizado de todos, independentemente de suas diferenças individuais.

Os jogos lúdicos não apenas proporcionam uma abordagem mais dinâmica e interativa ao processo de ensino-aprendizagem, mas também têm o potencial de criar ambientes educacionais mais acolhedores e acessíveis. Ao estimular a colaboração, a criatividade e a resolução de problemas, os jogos lúdicos não apenas fortalecem as habilidades cognitivas e socioemocionais dos alunos, mas também promovem uma cultura inclusiva dentro das escolas e da sociedade toda.

No entanto, é importante reconhecer que a efetiva implementação dos jogos lúdicos na educação inclusiva requer um compromisso contínuo por parte dos educadores, gestores e demais envolvidos no processo educacional. É necessário superar desafios como a falta de recursos, a resistência à mudança e a necessidade de adaptação dos jogos para atender às necessidades específicas dos alunos.

Portanto, para consolidar e expandir os benefícios dos jogos lúdicos na promoção da educação inclusiva, é fundamental investir em formação profissional, desenvolvimento de materiais adaptados e criação de políticas educacionais que valorizem a diversidade e a inclusão. Somente assim poderemos construir um futuro em que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Sendo assim, a pergunta norteadora foi respondida de maneira satisfatória. Na análise realizada, foram abordados os benefícios dos jogos lúdicos na promoção da educação inclusiva, destacando como essas ferramentas pedagógicas podem ser efetivamente utilizadas para atender às necessidades diversificadas dos alunos.

Em síntese, é muito significativo falar deste tema, que precisa ser cada vez mais integrado no sistema educacional, e encorajo futuros leitores a explorarem esta temática com mais profundamente no que se refere a educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F.: **transformações sociais ou retórica.** Inclusão: intenção e realidade, Marilia: Fundepe, 2004.
- BRITO, E. R. **A inclusão do autista a partir da educação infantil:** um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop – Mato Grosso, Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015.
- COELHO. N. N. **Literatura infantil:** teoria, análise e didática. São Paulo: Moderna, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 22<sup>a</sup> ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006.
- MINETTO, M. F. J. **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais** – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.
- MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais - Porto Alegre: Artimed, 2003.
- NHARY, T. **O que está em jogo no jogo:** cultura, imagens e simbolismos na formação de professores. Dissertação de Mestrado em Educação. UFF. Niterói, 2009.
- OLIVEIRA, E. S.G. **Tópicos especiais em educação inclusiva-** 1<sup>a</sup>. Ed., ver. – Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.
- RIBEIRO, M. L. S. **Educação especial:** do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.
- SOUTO. D. **Estratégias para Inclusão:** Jogos Adaptados para Todos os Alunos. 2023.
- STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores – P. Alegre: Artimed, 1999
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Espanha, 1994.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.



## AUTORES

**Alexandra da Silva**

Associação Educacional Nove De Julho- UNINOVE- Pedagogia

**Ana Paula de Sousa Costa**

Graduada em Pedagogia

**Andressa da Costa Tito**

Graduada em Pedagogia

**Bruna Gomes Gimenes**

Graduada em Pedagogia

**Edna Regina da Silva Artioli**

Graduada em Pedagogia

**Elaine Tunes Parreira**

Mestranda em Educação (URI/FW). Docente da educação especial – Seduc MT, Pedagoga,  
elainetunesparreira2@gmail.com

**Eliana Ester Cristante Mendes**

Graduada em Pedagogia

**Érica Nascimento Lopes**

Psicopedagoga Clínica. Professora efetiva da Rede Municipal de educação- Semed MT,  
erica.unir@hotmail.com

**Fabiana Girolometto Ferreira**

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3579099823061653>. Possui graduação em Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (2016). Especialista em Metodologia e Didática da Educação Matemática e Física pela Faculdade Santo André (2018). Especialista em Ensino de Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Rondônia - Campus Vilhena (2021). Atuou como bolsista do PIBID - Programa Institucional de Iniciação à Docência. Atuou como professora substituta de matemática do

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia e Orientadora de Estágio do Curso Técnico em Finanças e Técnico em Meio Ambiente promovido pelo Instituto Federal por meio do programa MEDIOTEC. Atualmente é professora de matemática no núcleo de educação indígena da Secretaria do Estado de Educação de Rondônia – SEDUC.

**Fabiana Pontes Elias**

Graduada em Pedagogia

**Fábio José Brito dos Santos**

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Quilombola paraense e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Mestre em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, E-mail: fabyosantos819@gmail.com

**Fernanda Brito dos Santos**

Mestranda em Etnodiversidade pela Universidade Federal do Pará – UFPA, quilombola paraense e bolsista da Coordenação Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Licenciada em Matemática pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA, e-mail: feffffesanttos@gmail.com

**Franttieli Correa Pereira**

Graduada em Pedagogia

**Gessiani dos Santos Oliveira**

Centro de Ensino Superior Unicesumar-Pedagogia

**Gracielly Keith de Souza Gil**

Mestre em Educação (URI/FW). Docente da educação especial- Semed e Seduc MT, Graksgil@gmail.com

**Jeann Aparecida Ferreira da Costa**

Graduada em Pedagogia

**José Afrânio Fortunato Celestino**

Universidade Estadual do Mato Grosso do sul- UEMS- Normal Superior

**Josiani Aparecida de Mello França**

Mestre em educação (URI/FW). Professora efetiva da Rede Municipal de educação- Semed MT, josanimello@gmail.com

**Julianete Nunes da Silva**

Graduada em Pedagogia

**Luana Silva Marcacine**

Graduada em Pedagogia

**Maria Rita Scarpassi**

Graduada em Pedagogia

**Marilza Maila**

Graduada em Pedagogia

**Nadia Geane Bernardo Neves**

Graduada em Pedagogia

**Neli Hoffmann**

Graduada em Pedagogia

**Otávio Junior Laranjeira**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Ciências Sociais

**Patrícia Lana Oliveira Rigonato**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)- Pedagogia

**Rayssa Amandha da Silva Ribeiro Rocha**

Universidade Anhanguera - UNIDERP. Pedagogia

**Rosemar Rodrigues Dias Camacho**

Universidade Anhanguera - UNIDERP. Pedagogia

**Simone Alexandre da Silva**

Universidade Anhanguera - UNIDERP. Pedagogia

**Sirley Aparecida Tristão**

Docente na SRM/AEE – Seduc e Semed MT. Letras (UFMT) e Pedagogia (FALBE),

sirley\_tristao@yahoo.com.br

**Tatiane de Souza Gil**

Doutoranda em Educação pelo PPGEDU URI/FW. Assessora Pedagógica da educação especial SEMED, proftatigil@gmail.com

**Tatiane Farias Alves**

Graduada em Pedagogia

**Thais Mirian Ferreira**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)- Pedagogia

**Vanessa Cristina André Felicio**

Graduada em Pedagogia

**Vanessa Genário de Aquino Soares**

Graduada em Pedagogia

**Vonilda Germani Oliveira**

Centro Universitário Cidade Verde- Pedagogia

**Wérica Martins do Nascimento**

Graduada em Pedagogia



## ORGANIZADOR

***Organizador***

**Maciel da Paixão Borges**

Graduado em Letras – UNEMAT, Pedagogia – INVEST, especialista em EJA e Literatura Infantil FIAVEC, mestre em Estudos Literários – UNEMAT. Atualmente é professor da Educação Básica no Município de Barra do Bugres e pesquisador nas áreas de linguística e literatura, com ênfase em Metodologias de Ensino e Literatura Africana.

 **Editora**  
**DUCERE**

ISBN 978-658322203-9



9 786583 222039

